



II EEABED-RR

II Encontro Estadual da Associação
Brasileira de Estudos de Defesa de Roraima

Boa Vista - Roraima - 2016

Anais

18 a 20 de maio de 2016 - Boa Vista/RR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CAMPUS PARICARANA

Realização:



Apoio:



ANAIS



**II ENCONTRO ESTADUAL DA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
ESTUDOS DE DEFESA DE RORAIMA**

Projetos Estratégicos e a Questão Orçamentária

18-20 de maio de 2016

REITOR
Jefferson Fernandes do Nascimento

VICE-REITOR
Professor Américo Alves de Lyra Júnior

INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS
Universidade Federal de Roraima
Centro de Ciências Humanas
Associação Brasileira de Estudos de Defesa

Organização Geral

Geyza Alves Pimentel
Anahí de Castro Barbosa
Cleber Batalha Franklin

Conselho Editorial

Andreza de Melo Lima
Rebeca Venancio Coutinho
José Victor Dornelles Mattioni
Balbina Líbia de Souza Santos

Organização Local

Júlia de Oliveira Hadad
Fernanda Maria da Silva
Tamires Luz Gabriel
Vitória Soares Santos
Luciane Pereira dos S. Guilherme
Paloma Silva de Oliveira

Editoração Eletrônica

Direção
Cezário Paulino Bezerra de Queiroz

Diagramação e Capa
George Brendom Pereira dos Santos



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

II Encontro Estadual da Associação Brasileira de Estudos de Defesa: Projetos Estratégicos e a Questão Orçamentária (1. : 2016 : Boa Vista, RR)
Anais - Boa Vista : EDUFRR 2016.

114p. ISSN ON-LINE XXXX-XXXX

1 - Política 2- Economia 3 - Orçamento 4- Forças Armadas 5 - Amazônia

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
---------------------------	----------

ARTIGOS

A OPERAÇÃO TRAÍRA E O POSICIONAMENTO DO GOVERNO BRASILEIRO EM REALAÇÃO ÀS FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS DA COLÔMBIA (FARC)	7
--	----------

Vitória Soares Santos

A DEFESA DO ESPAÇO AÉREO EM RORAIMA	16
--	-----------

Theresa S. Melville

A EVOLUÇÃO DA SEGURANÇA AMBIENTAL NAS PRINCIPAIS CONFERÊNCIAS DA ONU	29
---	-----------

Fernanda Maria da Silva

Tamires Luz Gabriel

TERRORISMO INTERNACIONAL: UM ESTUDO DE CASO DOS ATENTADOS TERRORISTAS DO GRUPO EXTREMISTA BOKO HARAM NA NIGÉRIA .	41
--	-----------

Kely Cristina de S. Lúcio

Rayanne Santos Silva

ATRIBUIÇÕES OCASIONAIS DO 1º PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA, EM BONFIM – RR.	52
---	-----------

Marcos L. Gomes

Alexandre H. Silva

Wagner S. Dias

RELAÇÃO BILATERAL BRASIL-COLÔMBIA: OPERAÇÃO COBRA	68
--	-----------

Bianca Batista de Melo

EPIDEMIAS GLOBAIS EMERGENTES	75
---	-----------

Noelline Freire Lemos

Rodrigo Alessandro Santana

SEGURANÇA REGIONAL: O CASO DO CONTRABANDO DE ALHO NA FRONTEIRA BRASIL – GUYANA	86
---	-----------

Kely Cristina de S. Lúcio

Fernanda M. Silva

ATUAÇÃO DA ONU NO COMBATE AO TRÁFICO DE MULHERES	99
---	-----------

Júlia de Oliveira Hadad

RESUMOS

**ANALISE DE SEGURANÇA INTERNACIONAL COM O USO POLÍTICO DE
COMPANHIAS MILITARES PRIVADAS NA GUERRA DO IRAQUE 111**

Samuel P. Franklin

**AS NOVAS AMEAÇAS À SEGURANÇA NA TRÍPLICE FRONTEIRA
SETENTRIONAL BRASILEIRA: ONGISMO, INDIGENISMO, AMBIENTALISMO
E OUTROS “ISMOS” 111**

Marcos Lazaro Ferreira Gomes

**A SECURITIZAÇÃO NAS FRONTEIRAS DE RORAIMA FRENTE ÀS NOVAS
AMEAÇAS 112**

Francisco César B. Visgueira

Elói Martins Senhoras

**TERRA INDÍGENA YANOMAMI E DEFESA NACIONAL: BUSCANDO A
COSMOVISÃO YANOMAMI DO EXÉRCITO BRASILEIRO 113**

Alan Robson Alexandrino Ramos

**A QUESTÃO ORÇAMENTÁRIA E O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO
EXÉRCITO BRASILEIRO 114**

Emerson Luís de Araújo Pângaro

APRESENTAÇÃO

O II ENCONTRO ESTADUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA (ABED), que ocorreu entre os dias 18 a 20 de maio de 2016, foi uma iniciativa do Centro de Ciências Humanas (CCH) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). O evento teve como objetivo discutir assuntos voltados aos estudos de defesa do país e segurança internacional, com tema central voltado para o orçamento das Forças Armadas, em especial para a Amazônia e ao Estado de Roraima. Desta forma, proporcionou aos participantes do evento a troca de experiência com pesquisadores que estudam a temática de defesa nacional, fortalecendo a parceria UFRR/ABED no âmbito das instituições parceiras desta associação.

Diante de um quadro político e econômico de incertezas e a necessidade governamental em equilibrar as contas públicas há a possibilidade de aumentar o contingenciamento do orçamento das Forças Armadas, o que levou ao Senhor Comandante a externar as suas preocupações quanto ao cumprimento do cronograma de implantação do SISFRON. Ao compartilharmos dessa opinião como cidadãos e estudiosos filiados à Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), propomos a iniciativa de discutir com profundidade esse quadro para a Amazônia e em especial no que tange ao Estado de Roraima, a partir da realização do II Encontro Estadual da ABED, cujo tema central é “Projetos Estratégicos e a Questão Orçamentária”.

Comissão Organizadora



II ENCONTRO ESTADUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA DE RORAIMA

18-20 de maio de 2016

ARTIGOS

A OPERAÇÃO TRAÍRA E O POSCIONAMENTO DO GOVERNO BRASILEIRO EM REALAÇÃO ÀS FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS DA COLÔMBIA (FARC)

Vitória Soares Santos¹

Resumo

A Colômbia tem vivenciado cerca de cinco décadas de fortes disputas de poder entre o governo e grupos insurgentes. Entre eles estão as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC – EP). Esta guerrilha procurou, nas suas origens, representar a população rural na luta por uma sociedade menos desigual a partir de concepções marxistas e leninistas. Os principais meios pelos quais o grupo se financia são sequestros, extorsões e o narcotráfico. Em 1991, as FARC invadiram o território brasileiro e atacaram o Destacamento do Exército Brasileiro às margens do Rio Traíra, fronteira entre Brasil e Colômbia. O grupo se apropriou das estações de rádio, uniformes, munições e demais armamentos que estavam no local. O ataque deu origem a Operação Traíra, uma ação conjunta entre as Forças Armadas Brasileiras e Colombianas com o objetivo de trocar informações acerca dos movimentos de subversão e de narcotráfico para manter a ordem na fronteira, neutralizando qualquer possível ameaça. Mesmo depois da violação do seu território o governo brasileiro manteve distância do conflito direto com as FARC e por isso já foi acusado de ser ambíguo e indiferente. O presente artigo busca analisar, a partir da invasão ao território nacional, qual a posição do governo brasileiro em relação a esta guerrilha, levando em consideração também como o grupo é classificado no sistema internacional.

Palavras-chave: FARC; Operação Traíra; Brasil; Posicionamento.

Breve histórico das FARC

O surgimento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC – EP) é precedido de um longo período de violência na Colômbia. O movimento camponês colombiano e a luta pela reforma agrária são, desde muito cedo, latentes no país.

¹ Graduanda em Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima. E-mail: soaress.vi@gmail.com

Em 1946 o Partido Conservador assumiu o governo na Colômbia². As divergências entre conservadores e liberais se tornaram ainda mais visíveis, uma vez que estes estavam personificados nas figuras de latifundiários e camponeses, respectivamente. Levando em consideração o contexto internacional de Guerra Fria, os conservadores tentavam comparar os liberais aos comunistas, alegando que eles representavam uma ameaça para o país.

Jorge Eliecer Gaitán, líder do Partido Liberal (PL), possuía grande aceitação entre a população colombiana e em 9 de abril de 1948 foi assassinado³. A revolta da população atingiu tanto a esfera urbana, quanto a camponesa, dando origem ao movimento chamado de “*Bogotazo*”. O governo, que era conservador, em resposta reprimia, saqueava, torturava e matava todos aqueles que eram simpatizantes da causa liberal.

Nas eleições de 1950 novamente o Partido Conservador alcançou o poder, uma vez que o PL se absteve de participar devido a forte repressão que seus membros haviam sofrido. A incapacidade do próprio governo, e até mesmo do Partido Liberal, em representar e lutar pelos interesses dos camponeses, originou as primeiras guerrilhas, comunidades armadas de autodefesa que se autodenominavam liberais ou comunistas.

A solução apresentada pelos conservadores foi um golpe militar. Em 13 de junho 1953 Gustavo Rojas Pinilla tomou o poder e ofereceu anistia aos guerrilheiros⁴. Mas a violência não diminuiu, já que os ex-guerrilheiros passaram a ser pagos pelo próprio governo para atacar os grupos remanescentes.

Em 1957 formou-se um governo de coalizão no qual o Partido Liberal e o Partido Conservador se revezavam nos diversos níveis de poder. A chamada Frente Nacional durou 16 anos, entre 1958 e 1974⁵. A insatisfação tanto no setor urbano quanto no rural manteve-se.

Em 1959 sucedeu a Revolução Cubana trazendo para mais perto a ameaça comunista. Com forte apoio financeiro estadunidense as Forças Armadas colombianas combatiam qualquer tipo de protesto social que representasse perigo a ideologia capitalista. Em 27 de maio de 1964 iniciou-se a Operação Marquetalia, o pânico foi instaurado e soldados fortemente armados atacavam áreas dominadas pelas guerrilhas campesinas⁶. Os fugitivos dessas regiões fundaram as *Fuerzas Armadas Revolucionarias da Colômbia* que:

² SILVA, 2011.

³ Disponível em: < <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1736> >. Acesso em: 20 de jan. de 2016.

⁴ Disponível em: < <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1736> >. Acesso em: 20 de jan. de 2016.

⁵ CASTRO, 2009.

⁶ Disponível em: < <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1736> >. Acesso em: 20 de jan. de 2016.

Seguia orientação marxista-leninista e originara-se nas guerrilhas liberais nascidas nos anos 40, nos llanos orientales e na cordilheira central, nos departamentos de Tolima e Huila. Era integrada por frações do Partido Comunista Colômbiano (PCC) e de liberais radicais. (CASTRO, 2009, p.25)

Em 20 de julho de 1964 ocorreu a I Conferência do Bloco Sul, a qual reunia guerrilhas de diversas regiões, entre elas El Pato e Guayabero. Apesar das diretrizes e do Programa Agrário utilizado pelas FARC terem sido instituídos nesta conferência, apenas em 1966, na II Conferência das Guerrilhas do Bloco Sul, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia foram fundadas oficialmente. É apenas na VII Conferência o nome Exército do Povo foi acrescentado⁷.

A mudança estrutural da guerrilha

Quando da sua fundação as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia possuíam um cunho político ideológico muito evidente. Era um movimento de reação a repressão militar oficial, contra o antagonismo das classes sociais e a predominância econômica latifundiária. Como representantes da população rural defendiam as culturas de subsistência e lutavam contra a privatização dos recursos naturais⁸.

Historicamente a Colômbia possui envolvimento com o cultivo e refinamento de drogas. Nos anos 60 a área de plantação se concentrava no Peru e na Bolívia enquanto o resto do processo de produção era feito na Colômbia, as drogas era majoritariamente maconha, cocaína e crack. Nos anos 70 e 80 com o crescimento da demanda e conseqüentemente da oferta, as drogas começaram também a ser plantadas na Colômbia⁹.

A produção de coca se instalou em áreas afastadas no norte da Amazônia colombiana onde não havia presença do governo, mas de acordo com Castro (2009, p.30) “As FARC já estavam na maioria dessas regiões e tornaram-se o governo de fato, taxando produtores, traficantes, transportadores e lojistas.” A guerrilha passou a utilizar todo o aparato da produção e tráfico de drogas para se financiar.

O poder gerado pelo tráfico de drogas penetrou nas instituições estatais e na guerrilha, que viu esvaziado seu conteúdo ideológico e a legitimidade de suas reivindicações frente à maioria dos colombianos, em razão das extorsões e sequestros. (CASTRO, 2009, p.30)

⁷ SILVA, 2011.

⁸ Disponível em: <<http://www.unric.org/en/colombia/27013-the-guerrilla-groups-in-colombia>>. Acesso em: 20 de jan. de 2016.

⁹ CASTRO, 2009.

As ações da guerrilha variam desde taxações cobradas pela “proteção” de produtores de drogas no campo e pela comercialização dessa droga (chamadas de “taxa revolucionária”), passando por sequestros e extorsões de pessoas físicas ou jurídicas com alto poder econômico, furto de gado, e ataques a postos policiais e militares afastados.

Violação da soberania brasileira e Operação Traíra

O conceito clássico de soberania defende que o Estado tem o monopólio de jurisdição e regulamentação sobre seu território. No Brasil esse fundamento é garantido ao Estado pela Constituição Federal de 1988 no artigo 1º inciso I.

Em sentido lato, o conceito político-jurídico de soberania indica o poder de mando de última instância numa sociedade política e, conseqüentemente, a diferença entre esta e as demais associações humanas em cuja organização não se encontrava esse poder supremo, exclusivo e não derivado. Este conceito está, pois, intimamente ligado ao de poder político: de fato, a soberania pretende ser a racionalização jurídica do poder, no sentido de transformação da força em poder legítimo, do poder de fato em poder de direito. (MATTEUCCI; BOBBIO, 1992, p. 1179)

No dia 26 de fevereiro de 1992 aproximadamente 40 guerrilheiros das FARC identificados como pertencentes ao Comando Símon Bolívar atacaram o Destacamento do Exército Brasileiro próximo ao rio Traíra, fronteira entre Colômbia e Brasil¹⁰. O posto do exército brasileiro contava com a presença de apenas 17 homens e estava localizado 400 km ao norte da sede do Exército Brasileiro em Tabatinga¹¹.

O ataque foi motivado pela ação de combate ao garimpo ilegal desenvolvida pelo Exército Brasileiro. O destacamento situado próximo ao Traíra possuía a missão de deportar garimpeiros colombianos e impedir a instalação de garimpeiros brasileiros na região. O resultado foi o roubo de armas, munições e uniformes, a morte de três soldados brasileiros, além de outros nove feridos. Dois garimpeiros ilegais que estavam detidos no acampamento também morreram durante o ataque¹².

Apesar da presença militar e do alto fluxo de ilícitos na fronteira, desde o estabelecimento das delimitações entre Brasil e Colômbia nenhuma invasão desse tipo havia acontecido¹³. A violação da soberania nacional brasileira pela atividade das FARC

¹⁰ PINHEIRO, 1996.

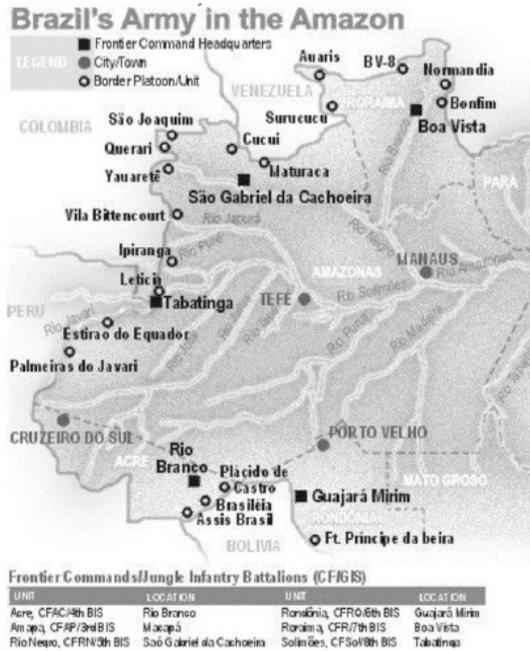
¹¹ Disponível em: <<http://www.oocities.org/toamazon/toamilrevbrasileira.htm>>. Acesso em: 08 de fev. de 2016.

¹² PINHEIRO, 1996.

¹³ PINHEIRO, 1996.

resultou em uma operação conjunta entre o Brasil e a Colômbia, com o objetivo de recuperar os equipamentos que haviam sido roubados e punir os responsáveis.

FIGURA 1: Presença do Exército Brasileiro na Amazônia



Fonte: MILITARY REVIEW, 1999.

Denominada de Operação Traíra a ação conjunta de represália à guerrilha alcançou seu objetivo. O Exército Brasileiro conseguiu recuperar a maior parte dos equipamentos militares, capturou vários membros da guerrilha e matou sete dos guerrilheiros que haviam atacado o destacamento¹⁴.

O Exército brasileiro não agiu sozinho na perseguição às FARC. A Força área Brasileira forneceu seis helicópteros de transporte de tropas (H-1H); caças bombardeiros (AT-27 Tucano) e aviões de apoio logístico (C-130 Hércules e C-115 Búfalo). A Marinha brasileira deixou a disposição da operação o Navio Patrulha Fluvial (NaPaFlu), responsável por ajudar em questões logísticas e de segurança. Houve também participação da Aviação do Exército que forneceu quatro helicópteros de

¹⁴ PINHEIRO, 1996.

manobra (HM-1 Pantera) e dois helicópteros de reconhecimento e ataque (HA-1 Esquilo)¹⁵.

Também participaram da ação o 1º Batalhão Especial de Fronteira (posteriormente chamado de 8º Batalhão de Infantaria de Selva); o 1º Batalhão de Infantaria de Selva Aeromóvel, também conhecido como Batalhão Amazonas; e o 1º Batalhão de Forças Especiais¹⁶.

As Forças Armadas Colombianas ficaram responsáveis pelo bloqueio das possíveis rotas de fuga que poderiam ser utilizadas para escapar do Exército Brasileiro. O *Batallón Bejarano Muñoz*, situado em La Pedrera na Colômbia, controlou a área impedindo a evasão dos guerrilheiros para a imensidão da floresta amazônica colombiana. Uma vez que os membros das FARC - EP conseguissem escapar para essa região seria extremamente difícil para as Forças Armadas Brasileiras detê-los, considerando que eles já estariam em território colombiano e a falta de conhecimento sobre a região dos soldados brasileiros.

O posicionamento do governo brasileiro e do sistema internacional

A década de 90 representa o início de uma nova ordem mundial. Em 1989 ocorreu a queda do muro de Berlim marcando o encerramento da Guerra Fria, conflito ideológico entre o capitalismo estadunidense e o socialismo soviético.

Enquanto isso no Brasil com a queda do regime militar em 1985 foi promulgada uma nova constituição. A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 4º regula as relações internacionais do Brasil de acordo com alguns princípios, entre eles, a prevalência dos direitos humanos, a não intervenção, a solução pacífica de controvérsias e o repúdio ao terrorismo e ao racismo¹⁷. De acordo com Castro (2009) esses princípios estão intrinsecamente ligados ao posicionamento do Brasil em relação as FARC:

¹⁵ Disponível em: < <http://www.infodefensa.com/latam/2011/08/23/noticia-patrolhamento-fluvial-do-exercito-e-marinha-do-brasil-em-conjunto-com-o-exercito-colombiano-e-realizado-na-calha-do-rio-traira.html> >. Acesso em: 02 de mar. de 2016.

¹⁶ PINHEIRO, 1996.

¹⁷ “Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - não-intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político. Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.”

Para o Brasil, os efeitos da crise colombiana afetam diversos interesses nacionais e princípios constitucionais. Na verdade dos princípios que a Constituição Federal determina para reger as relações internacionais do Brasil, todos, de alguma maneira, dizem respeito à crise colombiana e a seus reflexos externos [...]. (p.15)

Apesar da atuação das FARC – EP ter consequências diretas e indiretas no Brasil, o país sempre tentou se manter afastado do conflito, até porque os comandos da guerrilha se localizam em território colombiano, respeitando assim o princípio da não intervenção. Entretanto é inegável que a presença da guerrilha na fronteira com o Brasil ocasiona impactos tanto na Amazônia quanto nas regiões urbanas do país.

As fronteiras ainda são consideradas áreas periféricas em relação ao resto do território brasileiro, quanto se trata de fronteiras amazônicas prevalecem o desconhecimento e a ausência do poder estatal. A falta efetiva do governo brasileiro e de povoamento na Amazônia facilita atividades ilícitas na região. Entre as atividades desenvolvidas estão o garimpo ilegal, o tráfico de armas, de drogas e de pessoas.

Na maioria das vezes o Brasil é utilizado como um “corredor”, apenas um local de passagem por onde o produto originado da Colômbia passa e segue para outro país, mas independente do destino final, é gerado um aumento da criminalidade no Brasil ocasionado pelo esquema do narcotráfico.

Apesar de não gerar um número impactante de migrantes colombianos para o Brasil, diferente do que ocorre em relação à Bolívia e ao Peru a presença de comandos das FARC – EP na fronteira entre Brasil e Colômbia se beneficia das atividades ilícitas desenvolvidas na região. Por meio do uso da força a guerrilha extorque e taxa produtores, garimpeiros e traficantes, utilizando esse dinheiro para o seu financiamento.

Respaldado pelo artigo 4º da Constituição Federal o governo Brasileiro apesar de se posicionar contrário a ação das FARC – EP e até ter liderado a Operação Traíra foi acusado e ainda é de ser indiferente a crise colombiana. Em audiência pública da reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal em 25 de agosto de 1999, o então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampréia com o objetivo de explanar sobre as dificuldades do MERCOSUL e a situação da Colômbia afirmou:

O Governo brasileiro acompanha com atenção a evolução dos acontecimentos na Colômbia e compartilha a preocupação com a situação no país vizinho. Continuaremos a apoiar, ademais, o Governo do Presidente Pastrana e seus esforços em prol de uma paz negociada para o conflito interno.

Mas nosso interesse e disposição em apoiar as decisões e iniciativas colombianas a esse respeito pautam-se pelo respeito estrito ao princípio da não intervenção. Esse é um assunto interno colombiano, sobre o qual não cabe nenhuma ingerência externa, a não ser que o governo colombiano solicite e na forma que o solicitar.

Nenhuma das indicações de que dispomos contemplam qualquer intervenção estrangeira na Colômbia, seja ela sob um guarda-chuva hemisférico, sob a capa de uma forma interamericana ou qualquer coisa do gênero, ou sob um modelo regional ou sob uma forma nacional.

A posição do Brasil tem se mantido prudente, mediante acompanhamento atento e um diálogo fluido. Tenho falado pessoalmente e regularmente com o Ministro do Exterior da Colômbia. Por meio de várias autoridades temos tido esse diálogo freqüente e temos estimulado a perspectiva do avanço nas negociações internas colombianas às quais oferecemos, sem ingerência, o respaldo político que for solicitado.

Essa linha de atuação brasileira, solidamente embasada em princípios tradicionais de política externa, refletidos em nosso texto constitucional, é reforçada pela análise que fazemos da situação em suas diferentes vertentes.

No começo da década de 90 o status quo do mundo estava abalado em todos os sentidos possíveis e é nesse contexto que as FARC – EP se tornam um assunto internacional, uma vez que sua rede de narcotráfico estava alcançando diversos países, além de uma possível ameaça para o governo brasileiro (incidente do Pírara).

Em função disso em 1997 a guerrilha foi classificada como sendo uma instituição terrorista pelos Estados Unidos e posteriormente também pela União Europeia. No caso do Brasil a guerrilha não é considerada terrorista, afinal não há uma descrição legal acerca do que seria terrorismo.

Conclusão

Apesar de ter desempenhado um importante papel no combate à ação das FARC a Operação Traíra representou apenas uma resposta ao ataque cometido. A medida tomada pelo exército não diverge da posição do governo brasileiro de neutralidade e distância do conflito colombiano.

O ataque ao destacamento do exercito brasileiro pelas FARC não ficou impune, as Forças Armadas brasileira, além do apoio colombiano, conseguiram encontrar os responsáveis e penalizá-los. Em nenhum outro momento há registros de interferência brasileira no que diz respeito às FARC, sem que houvesse uma solicitação do governo colombiano.

Referências bibliográficas

CASTRO, André Dunham de. **A crise na Colômbia: impactos e implicações para o Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009. 152 p.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL. Sala de reuniões da Comissão. **Ata da 20ª Reunião (Extraordinária), da 7ª sessão legislativa, da 51ª legislatura, realizada em 25 de agosto de 1999**. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/hpsenado>>. Acesso em: 20 de jan. de 2016.

INFODEFENSA. **Patrulhamento fluvial do Exército e Marinha do Brasil, em conjunto com o Exército Colombiano, é realizado na calha do Rio Traíra**. Disponível em: <<http://www.infodefensa.com/latam/2011/08/23/noticia-patrolhamento-fluvial-do-exercito-e-marinha-do-brasil-em-conjunto-com-o-exercito-colombiano-e-realizado-na-calha-do-rio-traira.html>>. Acesso em: 02 de mar. de 2016.

MATTEUCCI, Nicola; BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992. p. 1179. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/886-Soberania_ nao_intervencao_e_nao_indiferenca.pdf>. Acesso em: 05 de fev. de 2016

MENDEL, William W. (Exército dos EUA). **A Amazônia Brasileira: Controlando a Hidra**. Military Review, 2º trim. de 1999, Edição Brasileira. Disponível em: <<http://www.oocities.org/toamazon/toamilrevbrasileira.htm>>. Acesso em: 08 de fev. de 2016

OSPINA, Hernando Calvo. **Colômbia: repressão e insurgência**. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1736>>. Acesso em: 20 de jan. de 2016.

PINHEIRO, Álvaro de Souza (Exército Brasileiro). **Guerrilla in the brasilian Amazon**. Military Review, March/April de 1995, Edição Americana, pp. 38-55.

SILVA, Ana Carolina Ramos. Notas sobre a origem das FARC-EP. **Revista Mouro**, São Paulo, n. 4, jan. 2011. Disponível em: <<http://www.comunistas.spruz.com/pt/A-Historia-das-FARC/blog.htm>>. Acesso em: 02 de fev. de 2016.

UNRIC. **The guerrilla groups in Colombia**. Disponível em: <<http://www.unric.org/en/colombia/27013-the-guerrilla-groups-in-colombia>>. Acesso em: 20 de jan. de 2016

A DEFESA DO ESPAÇO AÉREO EM RORAIMA

Theresa S. Melville¹

Resumo

A região de Roraima apresenta fronteiras e através delas aviões intrusos conseguem atingir o espaço aéreo brasileiro no período de território federal e início de estado. Buscando solucionar esse problema foi ativada a Base Aérea de Boa Vista ativada em 30 de outubro de 1984. Além da invasão do espaço aéreo, existem outros crimes como narcotráfico, contrabando e descaminho, tráfico de armas e munições, crimes ambientais, imigração e garimpo ilegais atualmente. A pesquisa será bibliográfica e visa mostrar as operações de proteção à Amazônia por parte da Força Aérea Brasileira, mais especificamente Roraima, expor os seus resultados e o envolvimento de outras instituições públicas para o combate aos crimes cometidos em uma área específica do estado, bem como os desafios que devem ser vencidos pela Força Aérea Brasileira.

Palavras-chave: Segurança; Espaço aéreo; Roraima; Força Aérea Brasileira.

1. Introdução

O sistema internacional apresenta preocupação quanto à segurança desde o âmbito interno dos Estados quanto o externo. É relevante citar que cada Estado observa a necessidade da segurança e a maioria mantém Forças Armadas com o objetivo de proteção diante de ameaças que atualmente aparecem como ilícitos transfronteiriços.

O Brasil é um país com extensão continental e uma extensa área de fronteira com 10 países da América Latina, á qual deve manter controle sobre esta região e perscrutar o que poderá afetá-la e ao melhores formas de assegurar a sua soberania seja em espaços terrestres, fluvial e aéreo.

¹ Graduada de Relações Internacionais da UFRR. E-mail: theresafinf@gmail.com

A América Latina é observada a questão das drogas, aviões que fazem o tráfico destas substâncias, a biopirataria, as FARC e danos ao meio ambiente por parte de criminosos que ultrapassam a fronteira pela porosidade apresentada.

Quanto ao estado de Roraima que faz fronteira com a Venezuela e a Guiana, foi feito pesquisas bibliográficas e midiáticas relacionadas à proteção que as Forças Armadas executam em parceria com outros órgãos ao combater os ilícitos transfronteiriços, mas estudar a segurança do espaço aéreo neste estado.

Este trabalho apresenta as seguintes seções: as influências do sistema internacional na defesa nacional que observa-se o desenvolvimento do Livro Branco como um esforço de mostrar clareza e determinação pelo Estado Brasileiro quanto a implementação de ações de prevenção e combate aos crimes contra a soberania, a Força Aérea Brasileira por ser responsável pela defesa aérea e sua atuação em Roraima, a Lei do Abate que mostra os procedimentos de interceptação até em caso extremo de destruir a aeronave intrusa e as Operações Militares que foram desenvolvidas neste estado e quais principais regiões apresentam questões preocupantes que devem ser superadas em vista de um estado mais seguro em consequência da proteção da soberania brasileira.

2. O sistema internacional e suas influências na defesa nacional

A época da Guerra Fria era reconhecida pela ameaça de crescimento da influência soviética no mundo, ao qual teve os EUA como uma potência que buscou conter essa expansão de ideologia soviética-planificada diante de ações de promoção à regimes castrenses na América Latina, à qual sofreu sua influência, menos Cuba, mostrando que não é por questão geográfica que se identifica a influência. (MOREIRA, K, 3 e 5)

Como passar das décadas houve uma liberalização por parte do Regime Soviético e a ONU em 1992 através de suas recomendações em referência à segurança internacional afirma que os padrões haviam mudado, portanto as análises devem buscar esses novos paradigmas. (PATRIOTA, 1998, 48)

O Brasil passou por diversas etapas de governo até chegar ao atual e a sua diplomacia teve papel relevante atualmente, pois o país é conhecido pela sua via diplomática em solução de dissídios e percebe os novos temas que surgem bem como o Ministério da Defesa trabalha pelo recolhimento de informações e o seu melhor uso para a neutralização das ameaças.

Em relação à segurança, o século XXI traz consigo várias ameaças como as provocações quanto à soberania, vinculado ao revés das drogas em âmbito global e transgressões afins, a preservação da biodiversidade, a biopirataria, a defesa cibernética, as inquietudes resultantes do aumento do desprovimento de recursos, os desastres naturais, ilícitos transnacionais, atos terroristas e grupos armados ao limite da lei evidenciam a progressiva orientação oblíqua dos temas de segurança e de defesa. Perante eles, o Brasil admite — em referência às antecipações da Constituição — a imprescindibilidade de políticas dispostas entre variados órgãos do governo.

O país estuda a conjuntura internacional salientada por dubiedade se percebe que poderá haver interferência direta tanto na elucidação da política externa brasileira quanto em sua política de defesa. Infelizmente a globalização é acompanhada por crimes que transpassam países e tornam mais agudas os problemas à qual o país deve solucionar.

O Brasil ao observar que as suas fronteiras precisam de proteção, reconhece a importância de implementar uma ação participativa com outros Estados, fortalecendo as alianças militares, mas também em âmbito político. O país através desta política se orienta pela paz e segurança internacional que em âmbito regional devem ser mostrados de forma intensa para evitar danos graves à sua soberania.

O Estado Brasileiro começa a se instrumentaliza de uma forma bem definida da revisão da Política de Defesa Nacional, em 2005, e da difusão da Estratégia Nacional de Defesa, em 2008, as duas examinadas em 2012, pois com esses documentos a área da segurança se mostra mais reconhecida e orientada pela estratégia frente as ameaças que surgem durante o tempo de tecnologia, transporte e comunicação que é vivido neste século.

Na América do Sul, é visto a ação de cooperação quanto à defesa através da constituição da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e, especificamente, de seu Conselho de Defesa (CDS). Mais à frente veremos o sistema regional do Brasil, pois o estudo se volta para Roraima, apesar que o Brasil tem fronteiras com 10 países da América Latina e existem específicas atividades militares em cooperação com esses países.

2.1. Sistema regional

2.1.1. Sistemas regionais

A união sul-americana é mantida como objetivo estratégico da política externa brasileira, pois o País declara através da concentração das relações políticas, sociais e econômicas entre os países sul-americanos um componente primordial para o desenvolvimento socioeconômico e para a manutenção da paz regionalmente. Da mesma forma, o fomento de um mercado sul-americano e o a consolidação da aptidão de ação e entendimento dos governos nos fóruns internacionais subordinam-se à ininterrupção e da estabilidade de relações de amizade entre os países da região de acordo com o Livro Branco de Defesa.

A segurança de um país é atingida pelo nível de inconstância da região em que está localizado. A estabilidade regional é, pois, objetivo nacional, sendo assim o Brasil julga desejável que prevaleçam o entendimento, a simetria política e a concentração de ações entre os países sul-americanos com vistas a transformar a região de forma mais unida e mais fortalecida.

Ainda que o Brasil busque o diálogo e a cooperação entre outros países é perceptível a fragilidade na área fronteiriça, levando ao Estado se preocupar com ações que devam ser permanentes, pois uma vez a ameaça atingindo o espaço brasileiro consequentemente a população é afetada. Desta forma surgem atualmente os sistemas de controle que serão expostos a seguir visando esclarecer a forma de conexão entre os sistemas criados e as suas ações.

2.1.2. Sistemas de controle

De acordo com Livro Branco de Defesa o Sistema Brasileiro de Vigilância (SIS-BRAV) é um sistema em estágio de planejamento que realizará a união de todos os sistemas de monitoramento e controle detalhados a seguir.

O Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz). O SisGAAz foi criado para ser um sistema de monitoramento e controle com relação à ideia internacional de segurança marítima e para a proteção do litoral brasileiro.

Foi delineado para se converterem um imprescindível sistema de comando e controle da Marinha e antecipa a gerência das ações ligadas ao mar que abrangem vigilância, monitoramento, prevenção da poluição, recursos naturais, entre outras.

O Sistema busca a desenvolvimento do conhecimento sobre o ambiente marítimo e a disposição, se for necessário, dos meios operativos acessíveis para reagir imediatamente às crises ou emergências que acontecem no litoral brasileiro.

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON). O SISFRON, de acordo com as diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa e fundamentado em monitoramento/controle, mobilidade e presença, possibilitará à Força Terrestre conservar as fronteiras monitoradas e reagir de imediato a qualquer hostilidade ou ataque, especialmente na região Amazônica.

Com o ponto de vista de encadear o SISFRON aos sistemas similares das demais Forças, do Ministério da Defesa e de outros órgãos federais, ascendendo para um sistema integrado de monitoramento, o Sistema ajudará para disposições unificadas de cunho socioeconômico que oportunizem o desenvolvimento sustentável das regiões fronteiriças.

Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB) Para o controle do espaço aéreo e a segurança da navegação aérea, o Comando da Aeronáutica é o órgão de coordenação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (SISCEAB). A coordenação é executada através do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), o qual detém os meios de uma rede de radares e equipamentos de comunicação que abrangem todo o território nacional.

O Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA) é integrante do SISCEAB, fazendo uso dos mesmos instrumentos de vigilância controlados pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo. O DECEA controla o espaço aéreo brasileiro através de seus órgãos regionais, dentre os quais se distinguem os Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA), que têm a responsabilidade de conservar seguro e fidedigno o fluxo da circulação aérea nas áreas sob sua jurisdição. Há quatro CINDACTA: CINDACTA IV — com sede no estado do Amazonas, seus radares são incumbidos pela abrangência de cerca de 60% do território nacional e resguardam a Amazônia Legal, que compreendam os estados do Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Tocantins, Pará, Roraima, Rondônia e parte do Maranhão.

Estes sistemas são utilizados para agirem em áreas específicas do espaço brasileiro e também como solução para detecção de ataques ou ameaças seguindo as respostas que cada ameaça deve receber para proteção do espaço brasileiro.

3. Força aérea brasileira

A sua missão é de responsabilidade de manter a soberania no espaço aéreo nacional em perspectiva à defesa da Pátria, impossibilitando o uso do espaço aéreo brasileiro para a execução de atos hostis ou contrários aos interesses nacionais. Para esse fim, é disposta de competência de vigilância, controle e defesa do espaço aéreo, com meios de detecção, interceptação e destruição.

O Livro Branco mostra que as obrigações secundárias especiais à Força Aérea são:

- atender a segurança da navegação aérea;
- determinar, prover e executar a infraestrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária, sob sua incumbência;
- executar o Correio Aéreo Nacional;
- colaborar com os órgãos federais na contenção aos delitos que abrangem o uso do espaço aéreo e de áreas aeroportuárias, na condição de apoio logístico, inteligência, comunicações e instrução; e
- resguardadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, agir, de forma contínua e permanente, através das atividades de gerência do espaço aéreo brasileiro, em combate a todos os tipos de tráfego aéreo ilícito, realçando os referentes ao tráfico de drogas, armas, munições e passageiros ilegais.

A Força Aérea age em colaboração com organismos de fiscalização competentes, aos quais concerne a responsabilidade de operar após a aterragem das aeronaves ligadas ao tráfego aéreo ilícito. Na ausência desses órgãos, a Força é permitida fazer revista nas pessoas, veículos terrestres, embarcações e aeronaves, igualmente executar prisões em flagrante delito.

A FAB, resguardada por lei específica e quando recebendo a autorização pelo presidente da República ou autoridade por ele concedida, detém a competência de, após terminados os meios compulsivos legalmente previstos, eliminar aeronave que seja considerada como hostil, de acordo com a Lei no 7.565, de 19 de dezembro de 1986, alterada pela Lei no 9.614, de 5 de março de 1998. É atribuição do Comandante da Aeronáutica o trato das questões acima, estando, para tal, denominado como “Autoridade Aeronáutica Militar”.

A Força Aérea Brasileira tem importante papel em Roraima por causa da fronteira que apresenta porosidade e os ilícitos transfronteiriços que entram no Brasil, principalmente drogas e armas através de aviões intrusos, mas também a FAB tem

a possibilidade de identificar os danos ao meio ambiente através de imagens e agir quanto a esses crimes.

4. Lei do abate

A lei nº 9.614, de 5 de março de 1998 alterou a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para incluir hipótese destruição de aeronave através do art. 303, §2º ao qual expressa que esgotados os meios coercitivos legalmente previstos, a aeronave será classificada como hostil, ficando sujeito à medida de destruição, nos casos dos incisos do caput deste artigo e após autorização do Presidente da República ou autoridade por ele delegada. Esta lei só foi regulamentada através do Decreto Presidencial em 2004.

O decreto nº 5.144, de 16 de julho de 2004 se refere a aeronaves hostis e com ou suspeitas de tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins, levando em conta que estas podem apresentar ameaça à segurança pública.

É expresso neste decreto os seguintes procedimentos à aeronave considerada hostil por não apresentar plano de voo vindas de áreas conhecidas pelo envolvimento com drogas bem como às que omitirem informações necessárias à sua identificação ao órgãos de controle de tráfego aéreo.

As ações a serem realizadas quanto ao abate estão mostradas abaixo, e se observa que em caso de esgotamento de tentativas de comunicação a última alternativa será a destruição da aeronave.

§ 1º As medidas de averiguação visam a determinar ou a confirmar a identidade de uma aeronave, ou, ainda, a vigiar o seu comportamento, consistindo na aproximação ostensiva da aeronave de interceptação à aeronave interceptada, com a finalidade de interrogá-la, por intermédio de comunicação via rádio ou sinais visuais, de acordo com as regras de tráfego aéreo, de conhecimento obrigatório dos aeronavegantes.

§ 2º As medidas de intervenção seguem-se às medidas de averiguação e consistem na determinação à aeronave interceptada para que modifique sua rota com o objetivo de forçar o seu pouso em aeródromo que lhe for determinado, para ser submetida a medidas de controle no solo.

§ 3º As medidas de persuasão seguem-se às medidas de intervenção e consistem no disparo de tiros de aviso, com munição traçante, pela aeronave interceptadora, de maneira que possam ser observados pela tripulação da aeronave interceptada, com o objetivo de persuadi-la a obedecer às ordens transmitidas.

Art. 4º A aeronave suspeita de tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins que não atenda aos procedimentos coercitivos descritos no art. 3º será classificada como aeronave hostil e estará sujeita à medida de destruição.

Art. 5º A medida de destruição consiste no disparo de tiros, feitos pela aeronave de interceptação, com a finalidade de provocar danos e impedir o prosseguimento do vôo da aeronave hostil e somente poderá ser utilizada como último recurso e após o cumprimento de todos os procedimentos que previnam a perda de vidas inocentes, no ar ou em terra.

A Lei do Abate é desempenhada pelo Esquadrão Escorpião que atua pela Base Aérea de Boa Vista tendo que agir diariamente diante da fronteira que Roraima apresenta e fazendo interceptações para evitar que a aeronave adentre o espaço brasileiro.

5. Operação Ágata

Através do decreto nº 7496 de 08 de junho de 2011, foi instituído o Plano Estratégico de Fronteiras que visa fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira.

Em seu artigo 2º, incisos I e II declara as suas diretrizes a atuação integrada dos órgãos de segurança pública, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e das Forças Armadas a integração com os países vizinhos.

Percebe-se que na área de fronteiras há ilícitos que devem ser combatidos em virtude da soberania e também das consequências nefastas a sociedade brasileira que residem na extensão de fronteira, mas também além desta área que podem sofrer quanto à disseminação de armas e drogas que adentram o Brasil.

Através deste decreto podemos estudar as missões na área amazônica abrangendo o estado de Roraima, sendo assim a primeira das Operações Ágata realizada em 2012, entre 2 à 17 de maio, a Ágata 4, ocorreu na região Norte do país na fronteira com a Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, uma extensão de mais de 5 mil quilômetros. O objetivo principal da Ágata 4, de acordo com o comandante da Operação, o general Villas Bôas, foi o de mapear tal faixa fronteiriça que é vista como um abrangente ponto cego para o Estado brasileiro, possuía existência na cidade de Bonfim até o Oiapoque era praticamente ausente.(ZAIA, 2013)

Quanto aos órgãos e agências participantes da Ágata 4 estavam: as Forças Armadas, o IBAMA, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a Polícia Federal, a FNS, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), a RFB entre outras agências (FORÇA AÉREA BRASILEIRA, 2012) (FORÇA NAVAL, 2012).

A Operação Ágata 7, ocorreu de 18 de maio a 6 de junho de 2013, alcançando por volta de 16.886 quilômetros de fronteira com 10 países sul-americanos (Guiana Francesa, Guiana, Suriname, Venezuela, Colômbia, Bolívia, Peru, Paraguai, Argenti-

na e Uruguai) e 11 estados brasileiros (Amapá, Pará, Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul), entre o Oiapoque e o Chuí, com número aproximado de 25 mil militares. A Ágata 7, teve os mesmos objetivos das edições anteriores e movimentou 25 mil militares e agentes das polícias federal, rodoviária federal, militar e de agências governamentais, por toda a extensão da fronteira brasileira com os dez países sul-americanos (16,8 mil km). Sendo considerada a maior mobilização realizada pelo governo brasileiro vésperas da Copa das Confederações, evento realizado nas cidades-sede: Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Fortaleza (CE), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA).

Em 2013, a 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SL), em colaboração com diversos órgãos governamentais, iniciou na manhã do dia 18 a Operação Ágata 7 nas regiões de fronteira do estado de Roraima. O objetivo desta operação é reforçar a presença do Estado Brasileiro nas zonas limítrofes de seu território e fixar pontos de controle e bloqueio nas principais vias de acesso ao país. Em Roraima, participam das atividades 930 militares e 227 civis. De acordo com o General José Luiz Jaborandy Rodrigues, comandante da 1ª Brigada de Infantaria e Selva, em um dia de Operação foram realizados 1.099 atendimentos médicos, 612 atendimentos odontológicos, 4.029 atividades preventivas de saúde e 12.000 atividades culturais. Receberam esses benefícios as comunidades indígenas de Ingarumã e Samã, em Pacaraima, e do Contão, Surucucu e Auaris, além das populações de Bonfim, Novo Paraíso e Cantá. A repressão ao crime, outro foco da Operação, tem em vista as áreas críticas de Roraima que foram objeto de monitoramento. (G1, 2013)

O general Jaborandy mostra quais áreas foram atingidas durante a Operação.

Na área yanomami, foi combatido o garimpo ilegal; na entrada da BR-174 em Pacaraima, contrabando e descaminho; em Uiramutã, igualmente, além de garimpo ilegal; Normandia e Bonfim, contrabando e tráfico de pessoas; e, por fim, na região sudeste do estado, a extração ilegal de madeira. (G1/RR, 09 de maio de 2013)

Ao final da Operação Ágata 7, a apreensão de drogas teve balanço recorde pelo EMCFA: 25,342 toneladas de maconha e 657 quilos de cocaína, crack e haxixe. Com o auxílio de agências reguladoras, como a ANAC, Agência Nacional do Petróleo, Agência Nacional de Telecomunicações, DNPM, IBAMA, Funai, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Capitânicas de Portos, foram inspecionadas 17.587 embarcações e vistoriados 267.590 veículos e 17.165 pedestres. (ZAIA, 2013)

Quanto à Ágata 8, A operação aconteceu em todo o arco fronteiro e áreas do interior de Roraima como Pacaraima, município que faz fronteira com a Venezuela e Bonfim, região fronteira com a República Cooperativista da Guiana. A 1ª Brigada de Infantaria de Selva preferiu não informar os locais a serem abrangidos para causar surpresa aos criminosos.

Quanto a operação Ágata 10 os militares da 1ª Brigada de Infantaria de Selva em parceria com agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e policiais da Companhia Independente de Policiamento Ambiental (CIPA) apreenderam 400 m³ de madeira, oriundos de extração ilegal. (G1, 2015)

Em todas as operações Ágata as três Forças Armadas participam, sendo assim a FAB através de seus esquadrões de caça se deslocam para as fronteiras e realizam intercepções, forçando pousos e destruindo pistas clandestinas que favorecem o garimpo ilegal. Estas operações em Roraima mostram que os ilícitos transfronteiriços para serem combatidos é necessário a colaboração de outros órgãos governamentais, pois a abrangência da fronteira bem como as formas de penetrar o país ainda se tornam fáceis aos criminosos e somente uma ação permanente poderá diminuir de forma gradativa a frequência de crimes.

6. *VENBRA*

O treinamento entre as Forças Aéreas Venezuelana e Brasileira, que tem assinatura do acordo bilateral em 2000, conhecido como VENBRA, já foram realizadas seis edições com a finalidade de fortalecer os sistemas de defesa aérea em ambos os países. As Forças Aéreas realizaram o exercício combinado para realizar o treinamento de pilotos e controladores de tráfegos aéreos desconhecidos em Santa Elena de Uairén, Venezuela, durante cinco dias, com cerca de 200 horas de voo.

Como alvo foram utilizadas as aeronaves C-98 Caravan (brasileira) e C-208 (venezuelana), desempenhando 21 surtidas. Após ultrapassar um dos pontos determinados na faixa fronteira de 700 km usada para o treinamento, os alvos sofreram intercepções por aeronaves de caça.

O Major-Brigadeiro do Ar Marcelo Mário de Holanda Coutinho declarou que “Os benefícios são para os dois países à medida que dificulta o tráfego aéreo de ilícitos”. (FAB, 2012)

É relevante para a Base Aérea de Boa Vista participar deste exercício para que fortaleça a proteção na fronteira através da sincronia que o treinamento exige, além

de trocarem conhecimento quanto às formas de atuação entre os dois países e a boa relação que deve ser preservada.

Roraima apresenta uma área de invasão de aeronaves intrusas e torna a interceptação diária extremamente necessária em virtude de países que estão envolvidos com a plantação e o tráfico de substâncias entorpecentes ao Brasil, além de armas ou outros ilícitos que devem ser combatidos.

Considerações finais

O estado sofre com as consequências dos crimes transfronteiriços seja através da criminalidade que está relacionada com a comercialização das drogas trazidas para o Brasil pela fronteira, além disto a contaminação do rio Catrimani, que leva a morte por intoxicação dos indígenas Ianomami até a morte de fetos pela ingestão de água contaminada por mercúrio pela mãe, os danos ao meio ambiente seja pela degradação da floresta para pistas clandestinas para o garimpo ilegal e a insegurança que é observável pela porosidade que a fronteira apresenta.

O Estado Brasileiro tem em seu sistema jurídico amparo para o desempenho de atividade de defesa na área de fronteira, mas é necessário que haja condições a serem realizados exercícios de controle seja através de maior número de agentes públicos, equipamentos a serem usados, mas também políticas públicas que visem bloquear a facilidade de acesso ao crime principalmente o de venda de drogas e o de garimpo ilegal, que se observa que as pessoas cometem esses crimes como forma de manter uma renda que beneficie a si e a sua família em detrimento de outras vidas.

Cabe ao governo federal buscar fazer uso das informações colhidas seja pelos Comandos de Inteligência do Exército quanto da Aeronáutica, Polícia Federal e Rodoviária Federal para agir de forma a abranger toda a área de fronteira com o objetivo de prevenção ao crime e não somente de combate, pois a faixa fronteiriça não só contém a fauna e a flora, bem como o espaço aéreo, mas há cidadãos brasileiros que têm o direito de ter a sua dignidade humana assegurada nesta região e mostrar que o Estado Brasileiro é dedicado a questão de direitos humanos por ser relevante primordialmente pela defesa dos princípios que o país acredita e deve implementar em relação aos direitos assegurados em nossa Constituição.

Referência bibliográficas

_____. **Decreto n. 5144**, de 16 de julho de 2004. Regulamenta os §§1º, 2º e 3º do artigo 303 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, no que concerne às aeronaves hostis ou suspeitas de tráfico de substância entorpecentes e drogas afins. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 jul.2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5144.htm> Acesso em: 13 de maio de 2016, às 10:56.

_____. **Decreto n. 7.496**, de 8 de junho de 2011. Institui o Plano estratégico de Fronteiras. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 8 jun. 2011. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Decreto/D7496.htm> Acesso em: 12 de maio de 2016, às 14:55.

_____. **Ministério da defesa**. Estratégia Nacional de defesa. 2. Ed. Brasília, DF. 2008.

DEFESA NET. **Ágata 4 – Balanço da Operação**.<<http://www.defesanet.com.br/fronteiras/noticia/5991/AGATA-4--Balanco-da-Operacao>> Acesso em: 14 de maio de 2016 às 11:00.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. **GCC garante a comunicação na VENBRA V**.<www.fab.mil.br/noticias/mostra/1171/GCC%20garante%20a20comunicao%20na%20VENBRA%20V> Acesso em: 14 de maio de 2016 às 10:10.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. **Treinamento fortalece sistemas de defesa aérea do Brasil e Venezuela**. <fab.mil.br/noticias/tag/VENBRA> Acesso em: 12 de maio de 2016 às 11:00.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. **Unidades aéreas que atuam na fronteira amazônica do Brasil completam 20 anos**. <<http://fab.mil.br/noticias/mostra/23037/DEFESA-A%C3%89REA---Unidades-a%C3%A9reas-que-atuam-na-fronteira-amaz%C3%B4nica-do-Brasil-completam-20-anos->> Acesso em: 14 de maio de 2016 às 10:00.

G1. **Exército brasileiro realiza operação Ágata 8 nas fronteiras de Roraima**. <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2014/05/exercito-brasileiro-realiza-operacao-agata-8-nas-fronteiras-de-roraima.html>> Acesso em: 14 de maio de 2016 às 09:50.

_____. **Exército brasileiro realiza operação Ágata 8 nas fronteiras de Roraima**. <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2014/05/exercito-brasileiro-realiza-operacao-agata-8-nas-fronteiras-de-roraima.html>> Acesso em: 14 de maio de 2016 às 09:30.

_____. **Operação Ágata do Exército Brasileiro fiscaliza fronteira de RR**. <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2015/10/operacao-agata-10-do-exercito-brasileiro-fiscaliza-fronteiras-de-rr.html>> Acesso em: 14 de maio de 2016 às 09:35.

MOREIRA, K. **A percepção de ameaça na política de defesa brasileira no pós Guerra Fria.** 2004. 119 p. Dissertação (Mestrado em Relações internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

PORTO, L. **Esquadrões.** Disponível em: <http://www.spotter.com.br/esquadrões/esquadrões.htm> Acesso em: 02 de maio de 2016 às 08:20.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RORAIMA. **MPF RR participa de videoconferência sobre operação Ágata 7.** <<http://www.prrr.mpf.mp.br/noticias/27-05-13-mpf-rr-participa-de-videoconferencia-sobre-operacao-agata-7/>> Acesso em: 14 de maio de 2016 às 09:40.

SATO, Eiiti. **A agenda internacional depois da Guerra Fria:** novos temas e novas percepções. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, vol. 43, n. 1, [s.p], jan/jun, 2000.

SILVA, C. **Narcotráfico securitizado: Operações Ágata 5.** *Conjuntura Global*, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 37-40, out./dez.,[s.a]

SILVA, M. **Amazônia e Política de Defesa no Brasil (1985-2002).** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Departamento de ciência Política/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2004.

ZAIA, S. **As Operações Ágata.** *Conjuntura Global*, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 173-180, jul./set., 2013

A EVOLUÇÃO DA SEGURANÇA AMBIENTAL NAS PRINCIPAIS CONFERÊNCIAS DA ONU

*Fernanda Maria da Silva¹
Tamires Luz Gabriel²*

Resumo

O mundo pós Revolução Industrial sofreu grandes transformações, principalmente nos sistemas de produção, o qual passou a afetar significativamente o meio ambiente, resultando em uma sequência de acidentes, como o desastre de Minamata e de Bophal, que exerceram papéis fundamentais na evolução da preocupação com o meio ambiente e no desenvolvimento da segurança ambiental. Como reflexo desse processo, a ONU realizou uma série de conferências interacionais, com o intuito de promover a cooperação entre os países para que sejam feitas ações conjuntas em prol do restabelecimento do equilíbrio ecológico. Porém, poucos foram os resultados e, apesar da consciência mundial sobre a importância de a segurança ambiental ter sofrido uma importante evolução, ainda existe a ausência de um maior comprometimento internacional.

Palavras-chaves: Conferências; acidentes; meio ambiente; Segurança ambiental.

Introdução

É fato que a Revolução Industrial trouxe um grande progresso para o sistema de produção, levando vários países do mundo a buscar os benefícios dessa transformação. No século XIX, então, nota-se o início de um contínuo processo de industrialização dos países e, conseqüentemente, uma desenfreada utilização dos recursos naturais do mundo, que por muito tempo eram considerados infinitos, isto é, não havia uma preocupação com o modo e o ritmo com que eram usados, pois existia uma falta de atenção e consciência a respeito da capacidade limitada de oferta desses recursos, assim como das conseqüências que o modo capitalista de produção iria causar (CUNHA; GUERRA,2012).

¹ E-mail: Fernandams02@hotmail.com

² E-mail: Tamires_63@hotmail.com

Esse quadro de exploração descontrolada dos recursos naturais se mostrou contínuo e no século XX já havia assumido proporções muito maiores. Os reflexos dessa rotina e o caminho destrutivo que as ações humanas estavam assumindo começaram, então, a se fazer notar, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, através de uma série de crises ambientais que várias regiões do mundo começaram a apresentar.

A partir deste momento, então, o tema segurança ambiental surge como uma nova perspectiva para a aplicação da segurança internacional e passa a ser cada vez mais presente nos debates internacionais, assim como se transforma em um importante foco de estudo para as relações internacionais.

Perspectiva Teórica

A preocupação com a manutenção da segurança sempre foi muito presente na história das relações Internacionais, principalmente, e até exclusivamente, no que tange a assuntos militares. Após o final da Guerra Fria, porém, novas perspectivas começam a ser dadas à temática, surgindo novas contribuições teóricas para analisar as novas ameaças que vêm se apresentando ao cenário internacional, o que levou ao questionamento das definições dadas até então à ideia de segurança internacional. Uma das principais e mais conhecidas teorias e conceitos sobre segurança Internacional, vem de Berry Buzan.

Primeiramente, ao estudar o campo da segurança, Buzan (1998), estabelece uma separação dos âmbitos domésticos e internacional da segurança, afirmando que, mesmo dividindo características semelhantes em seu sentido, a segurança internacional possui um significado consideravelmente distinto, onde sua atuação é mais voltada para o estudo das tradições das políticas de poder entre os Estados. Neste contexto, a segurança internacional recebe um sentido vindo de uma ótica tradicional, influenciada pelo modelo de Vestefália, e está diretamente relacionado ao sentido de sobrevivência. Assim, para Buzan segurança “é quando um problema se apresenta e se constituiu como uma ameaça existencial para determinado objeto” (BUZAN, 1998, p. 21).

Contudo, o final do cenário mundial bipolar gerou uma redistribuição de poder entre os principais atores do sistema e uma mudança de percepção relativa à segurança dos Estados e indivíduos, provocando uma reorientação na política externa de muitos países e na agenda internacional. Desta forma, novos conceitos são dados à segurança internacional, como o dado por Charles Philippe David, onde:

“A Segurança é concebida ou decidida por um grupo, etnia, um Estado ou uma Organização Internacional (é raro que um indivíduo possa agir sozinho sobre a segurança) decorrendo dessa orientação a segurança pode assim compreender-se como a ausência de ameaças militares e não-militares que pudessem pôr em causa os valores centrais de uma pessoa ou uma comunidade querem promover, e que implicassem em risco de utilização da força”. (DAVID, 2000, p.27)

A contestação teórica que mais contribuiu para o entendimento atual do conceito de segurança humana veio das escolas críticas, que levantaram a questão do sujeito de segurança. Na lógica levantada por eles, a segurança do sujeito é atingível através da “emancipação dos humanos em detrimento e contra os Estados quando estes dificultam essa emancipação” (DAVID, 2000 p. 81). As escolas críticas, então, defendem o desapego com a análise puramente militar da segurança.

Na evolução das discussões sobre conceitos de segurança, gerou-se uma percepção sobre a forte ligação da segurança internacional com a questão da segurança humana. Foi em 1994, no Relatório da PNDU das Nações Unidas sobre o desenvolvimento humano que o termo Segurança Humana foi mencionado pela primeira vez, sendo proposto uma mudança conceitual da segurança nuclear para dar-lhe um sentido humano. Desta forma, conclui-se atualmente que a segurança humana corresponde à “segurança pessoal, política, colectiva, económica, alimentar, do meio ambiente e dos cuidados de saúde.” (DAVID, 2000, p. 82).

Ao colocar a proteção humana em foco, a segurança internacional começa a receber outras interpretações, passando a levar em consideração as novas ameaças que alarmavam a sociedade internacional. Portanto, a segurança ambiental começa a ganhar espaço nas discursões oficiais da ONU até se transformar em um dos principais debates atuais. Um dos conceitos de maior relevância afirma que “a segurança ambiental define-se como a preservação das condições ecológicas que suportam o desenvolvimento da atividade humana” (BUZAN, 1998, p. 19-20). Portanto, a segurança ambiental está diretamente relacionada com as ameaças ecológicas, que apresentam um problema de difícil previsão e exatidão, não tendo, assim, como exercer um tratamento de urgência da segurança ambiental. Porém, há uma noção dos fatores que contribuem para o aumento da vulnerabilidade perante os problemas ambientais, sendo eles a presença natural de fenômenos naturais que podem se transformar em desastres, alterações no equilíbrio dos ecossistemas, causadas, sobretudo, pela ação humana, através da má utilização dos recursos naturais (DAVID, 2000, p. 95).

Esses fatores quando ignoradas ou negligenciados acabam por gerar diversos problemas, como a escassez de recursos, mortes, deslocamentos em massa de pessoas, causando efeitos tanto sociais, econômicos e políticos. Pode-se, assim, dizer que o investimento na segurança ambiental é fundamental tanto para garantir a segurança estatal, quanto e principalmente para garantir a segurança humana.

Prelúdios Ambientais

A conscientização e a preocupação com a convivência do homem e o meio ambiente despertou muitos debates a cerca dessa relação, causando grandes mudanças na sociedade. Assim, as questões ambientais emergiram no final do século XIX, após a Segunda Guerra Mundial, quando a humanidade percebe que os recursos naturais são finitos e que sua má utilização poderá criar um quadro de difícil reversão. Nas últimas duas décadas do século XX, final da Guerra Fria, as ameaças ambientais passam a ter *status* de problema global, assumindo local de destaque na agenda internacional, motivado por sequências de acontecimentos que deixaram uma profunda marca na população mundial. (BERNARDES; FERREIRA, 2012 Cunha e Guerra, 2010, p. 27; Alonso e Costa, 2002, p. 115).

Um dos primeiros desastres de que se tem registro aconteceu no Japão, no período em que ocorria a corrida pela industrialização. Cada vez mais indústrias se instalavam no país e entre elas estava a *Chisso Corporation*, fábrica de acetaldeído, substância usada na produção de material plástico, que se instalou na Baía de Minamata, uma vila de pescadores ao sul do país. A empresa descartava seus resíduos nos rios, contaminando-o com mercúrio que acabava sendo ingerido pelos peixes, principal fonte de alimento da Vila. Somente em 1956 que começaram a surgir os primeiros casos da doença. Inicialmente os gatos foram os que apresentaram efeitos colaterais e posteriormente a população da vila passou emitir os sinais de contaminação, sendo eles dormência nos membros, fraquezas musculares, deficiências visuais, dificuldades de fala, paralisia e deformidades levando até mesmo à óbito. Agravando a situação, um grande índice de pessoas começou a dar à luz a crianças com má formação cerebral, assim como com outros tipos de deficiência.

Já em 1984, foi à vez da Índia sofrer as consequências. A fábrica de pesticidas Carbide Pesticide Plante, pertencente à Union Carbide, sofreu um grave vazamento de gás tóxico, gerando uma nuvem mortal que cobriu praticamente toda a cidade e matando cerca de 200 pessoas em questões de minutos, além de ter contaminado 50 mil pessoas, como aponto o jornal O Globo. Muitas pessoas que sobreviveram

tiveram graves queimaduras, perda da visão, problemas respiratórios e digestivos, assim como a ocorrência de nascimentos de bebês com problemas oriundos da contaminação. Segundo o jornal O Globo:

“O vazamento provocou uma nuvem letal que se espalhou da fábrica para a cidade. Capital do estado de Madhya Pradesh, Bhopal tinha cerca de 900 mil habitantes, muitos vivendo em favelas. Caos e pânico se espalharam pela cidade e por áreas próximas enquanto milhares de pessoas tentavam fugir. Diversos acidentes de trânsito foram registrados.” (O GLOBO, 2010)

Apenas dois anos depois do problema da Índia, acontece o maior desastre nuclear a explosão de um dos reatores da Usina Nuclear de Chernobyl, na então República Socialista Soviética Ucraniana, lançaram grandes quantidades de partículas radioativas na atmosfera, que se espalhou por boa parte da URSS e da Europa ocidental. Os soviéticos tentaram esconder o acidente, anunciando-o apenas três dias depois. Posteriormente, o governo soviético informou a morte de 15 mil pessoas, entretanto organizações não governamentais revelaram que cerca de 80 mil pessoas haviam morrido no acidente. Ainda hoje 2,4 milhões de ucranianos sofrem com doenças decorrentes da contaminação³.

Outro desastre fundamental para o “despertar” das preocupações ambientais ocorreu em 1989. Segundo dados do jornal O Globo, o vazamento de mais de 30 mil toneladas de petróleo, do navio petroleiro Exxon Valdez, que foram lançados ao mar da costa do Alasca, causou a contaminação de uma área de 1.800 km² de praias com alguns pontos contendo até 90 cm de espessura, levando à morte inúmeros animais.

Se antes havia uma noção equivocada da finitude dos recursos naturais e sua utilização desenfreada não era vista como algo preocupante, após tais acontecimentos o tratamento direcionado ao meio ambiente começou a assumir outras formas, passando o tema a ser debatido em várias reuniões das nações unidas, que levavam em conta não só a preocupação com a preservação do ecossistema, mas também com os problemas econômicos que a falta de acesso aos recursos naturais poderia causar.

Movimento Inicial

Um dos primeiros debates acerca dos possíveis cenários para o futuro do planeta foi registrado no relatório intitulado “*The limits to Growth*” (*Os Limites do Desenvolvi-*

³ Números encontrados na matéria: Chernobyl, maior desastre nuclear da história. No site: <http://educacao.globo.com/artigo/chernobyl-maior-acidente-nuclear-da-historia.html>, acessado em 22 de junho de 2015.

mento), exposto pelo Clube de Roma, em 1972. Para Benchimol o autor do relatório havia objetivado apresentar um quadro que:

“(…) demonstrava que a explosão demográfica e o crescimento econômico do mundo, continuados em longo prazo, resultariam catastróficos no próximo século. Ele previa que o envenenamento da atmosfera, como resultado da queima de combustíveis fósseis, a poluição das águas dos rios, lagos, mares e oceanos, pelo lançamento de efluentes químicos, e a degradação dos solos, em razão da erosão e do uso extenso de agrotóxicos, levariam a humanidade a uma aguda escassez de alimento, ressuscitando, assim a velha tese malthusiana.” (Benchimol, 2011, p.141)

Desta forma a solução encontrada no relatório para evitar esta fatalidade seria a adoção da política de crescimento zero, com propósito de se obter um equilíbrio estável no mundo. Para Benchimol (2011) este foi um dos pontos que motivou duros questionamentos por parte de países do Terceiro Mundo, pois esse modelo poderia estratificar a riqueza dos países industrializados e perpetua a pobreza dos países subdesenvolvidos. Assim, vale observar que as questões ambientais estão intrinsecamente ligadas a problemas econômicos, políticos e sociais.

Conferências de Estocolmo – Uma boa atuação brasileira

Foi a partir desses debates, anseios e preocupações que iniciaram as primeiras atitudes mundiais em tentar organizar a convivência do homem com o meio ambiente. Assim, foi necessário que a Organização das Nações Unidas (ONU) inaugurasse a primeira Conferência sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia - devido a isso a Conferência também é conhecida como Conferência de Estocolmo. Realizada em 1972, objetivando que os países propusessem ajudar uns aos outros, como um percentual de contribuição ao ecossistema.

De modo que, Lago (2006) afirma que para alguns autores a Conferência teve como principais conquistas a entrada definitiva na agenda internacional do tema Meio Ambiente, a priorização de futuras negociações sobre o assunto e, principalmente, a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), sendo esse determinante imprescindível à continuidade nos debates nos próximos anos.

A presença do Brasil na conferência foi particularmente importante, principalmente que este se demonstrou bastante atuante na maioria das discussões. Tendo em vista que a nova agenda internacional poderia lhe afetar, direta ou indiretamente,

levando em consideração o tamanho de sua economia, suas dimensões continentais, sua população, seus recursos naturais, assim como suas desigualdades e injustiças sociais. E, diante das grandes reservas de recursos naturais e da maior biodiversidade do planeta, que o Brasil se tornou centro das atenções e foco da opinião pública internacional.

Entretanto, a ênfase dada pela Brasil no desenvolvimento industrial e agrícola confrontou-se com algumas afirmativas de representantes presentes na Conferência. Assim, durante a Conferência consolidou-se a ideia de que o Brasil não parecia ter capacidade em preservar seus majestosos patrimônios, levantando debates à cerca da internacionalização de grandes reservas naturais do planeta, tendo com isso olhares voltados para Amazônia, com a intenção de torna-las patrimônio da humanidade. (Lago, 2006, p. 19-20; Silva, 2013, p.537). Neste contexto, a Amazônia é concebida internacionalmente como espaço a ser preservado, de alto valor econômico e geopolítico (Becker, 2007, p.21)

Conferência da Terra

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ECO-92 ou Cúpula da Terra, sediada no Rio de Janeiro, em junho de 1992, deu novo impulso às questões relacionadas com a Amazônia. As principais ações do Governo, decorrentes da Conferência, concentram-se na Convenção de Biodiversidade Biológica, Convenção de Mudanças Climáticas, bem como na Declaração sobre Florestas e Convenção de Desertificação, assinada em outubro de 1994. Esses temas envolvem questões no âmbito das ações sociais, ambientais e de desenvolvimento. Esse encontro resultou na agenda 21, como principal documento produzido sugeriu um programa de ação que viabiliza o novo padrão de desenvolvimento ambientalmente. Ele concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Este documento está estruturado em quatro seções subdivididas num total de 40 capítulos temáticos. Eles tratam dos temas: Dimensões Econômicas e Sociais, com um enfoque nas políticas internacionais; Conservação e questão dos recursos para o desenvolvimento; Revisão dos instrumentos necessários para a execução das ações propostas e a aceitação do formato e conteúdo da Agenda, aprovada por todos os países presentes à CNUMAD (IPEA, 2009). A conferência, entretanto, não chegou a estipular metas, o que deixou as medidas discutidas nas reuniões sem perspectivas de realização, abrindo espaço para o adiamento de atitudes mais eficientes e palpáveis. Mas, apesar das lacunas que existiram nas decisões finais, a ECO-92 teve um

papel importante ao estimular a participação de cada vez mais países em prol da causa ambiental.

Conferência Quioto – Herdeiro da Eco 92

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, estabelecida a partir da Eco-92 e da Agenda-21, foi ratificada pela maioria dos países, mas o mesmo não aconteceu com o Protocolo, o qual não foi assumido por um dos países mais poluidores, os Estados Unidos. Essa diferença se deve ao fato de a convenção apresentar apenas propostas, sem estabelecer prazos nem limites para a emissão de poluentes. Porém, o Protocolo de Quioto, de fato, estabeleceu metas para a redução da emissão de gases poluentes que intensificam o “efeito estufa”, principalmente o CO₂ (VIOLA, 2002). A ratificação do Protocolo de Quioto pelos países do mundo esbarrou na necessidade de mudanças na sua matriz energética. Os elevados custos recairiam, principalmente, sobre os países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos. O presidente George W. Bush declarou que não iria submeter o avanço da economia norte-americana aos sacrifícios necessários para a implementação das medidas propostas, motivo pelo qual não ratificou o protocolo (VIOLA, 2002).

Cúpula Mundial Sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+10

Dez anos após a ECO 92, acontece em Johannesburgo, na África do Sul, a Cúpula Mundial Sobre Desenvolvimento Sustentável, que pode ser entendida como uma continuação dos assuntos discutidos na Rio 92. Com a participação de 189 países e de várias organizações não governamentais, a conferência trouxe como foco não somente questões ambientais, mas também sociais, estabelecendo como uma das principais metas, a diminuição em 50% da população classificada como abaixo da linha de pobreza, isto é, que ganham menos de um dólar por dia.

No que se refere as negociações da esfera ambiental, assuntos como energia, biodiversidade, saneamento básico foram colocados em pauta, assim como a retomada de discussões trabalhadas na conferência anterior, principalmente as propostas definidas na Agenda 21, uma vez que poucos foram os avanços sobre as medidas decididas no Protocolo de Kyoto (SEQUINEL, 2002).

Ao final da conferência, pouco se foi avançado, tanto em relação as questões ambientais, onde certos países integrantes da OPEP não concordaram com as propostas de utilização de energia limpa, quanto na redução da pobreza, havendo o não

cumprimento do compromisso de cancelamento das dívidas externas por parte dos países desenvolvidos (SEQUINEL, 2002).

Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20

Sediada no estado brasileiro do Rio de Janeiro em 2012, a Rio+20 procurou reafirmar o compromisso dos países com um desenvolvimento sustentável e com as causas sociais, dando, desta vez, ênfase para o problema da falta de moradia da população mundial. Sendo classificada como uma continuação da propostas e metas da Cúpula da Terra, foi considerada a maior conferência realizada pela ONU até a data de sua realização, contando com a participação de 190 países dos 193 esperados.

Durante os dez dias de negociações, assuntos como a importância da economia verde, o desenvolvimento dos países de forma sustentável, a pobreza na sociedade mundial e a governança internacional, estiveram em discussão, existindo a esperança que fosse estabelecido um consenso entre as nações participantes. Como fruto das reuniões, criou-se o Rascunho Zero, onde foram registradas mais de 600 sugestões, criadas pelos Estados participantes (ONU).

Porém, o documentou apresentou um conteúdo fraco e repetitivo, trazendo propostas que já estão em execução e não acrescentando medidas novas e mais eficazes, além de não levantar tópicos de significativa importância, como é o caso do aumento da densidade demográfica. Como resultado, não se conseguiu estabelecer um consenso entre os países e as medidas que seriam decididas foram empurradas para negociações futuras.

21 Conferência das Partes Unidas - COP 21

A última conferência sobre meio ambiente concretizada pela ONU, a Vigésima Primeira Conferência das Partes, resultado da Convenção-Quadro das Nações Unidas, foi realizada recentemente, em 2015, na nação parisiense, e entrou para a história como a maior já efetivada até então, pois, além de contar com a participação de 195 países, todos os Estados presentes ratificaram o acordo criado, nomeado como Acordo de Paris (ONU, 2015).

Dentro do conteúdo do acordo, um dos objetivos principais, o qual os países se comprometeram em cumprir, foi redução do aquecimento global de modo a impedir que ultrapasse os dois graus célsius, teto estabelecido como o limite para que a crise

ambiental que o mundo vem enfrentando ainda possa ser revertida, estabelecendo, inclusive, o comprometimento no esforço de se reduzir o aquecimento para 1,5 C.

Diante da urgência em que o planeta se encontra, onde os efeitos do aquecimento global acelerado já podem ser nitidamente observados, bons resultados são esperados da COP 21, tendo como um bom começo o compromisso assumido por todos os países presentes na conferência, inclusive os que em reuniões anteriores demonstraram falta de empenho na luta contra os problemas ambientais mundiais.

Conclusão

É notório que a relação homem-natureza foi alvo de uma considerável transformação no decorrer do pós-guerra fria, havendo uma nova percepção acerca do tratamento direcionado ao meio ambiente e seus recursos. A ocorrência de inúmeros acidentes que geraram impactos profundos no equilíbrio ecológico foi fundamental para o despertar da recente modalidade de segurança internacional responsável por analisar e lidar com as ameaças ambientais. Como prova da crescente preocupação com as consequências da degradação do meio ambiente, conferências foram planejadas e realizadas, com o intuito de mobilizar a comunidade internacional em prol de estabelecer uma melhor utilização dos recursos naturais, para, assim, evitar consequências negativas para a população mundial.

Contudo, apesar de ser possível afirmar que, desde o final da Guerra Fria, houve uma significativa evolução da segurança ambiental no contexto internacional, ocorrida graças a crescente consciência mundial dos perigos que os problemas ambientais trariam, pouquíssimas medidas foram efetivadas, tendo as conferências assumido um papel muito mais teórico do que prático.

Ao realizarmos uma comparação, podemos afirmar que o protocolo de Kyoto, fruto da Rio+92, proporcionou os melhores resultados para o avanço da reestruturação do equilíbrio ambiental, onde, finalmente, vários países assumiram um compromisso ambiental e estabeleceram metas, apesar de ausência da participação dos Estados Unidos, um dos maiores responsáveis pelos altos níveis de poluição, que não aceitou frear o desenvolvimento do país em prol da desaceleração do aquecimento global.

O comportamento norte-americano nesta conferência evidencia a tendência que rege as relações internacionais nos processos de decisões conjuntas entre os países, apresentando uma carência de ferramentas e atores capazes de impor a contribuição das potências mundiais. O mesmo pode ser notado nos diferentes tratamentos dados

aos acidentes ambientais sucedidos em diferentes territórios. A atenção dada a catástrofes ocorridas em países desenvolvidos é nitidamente maior quando comparada ao apoio dado aos Estados de pouca expressão internacional, sendo estes os que mais apresentam vulnerabilidade para a ocorrência dessas calamidades. Esta realidade se reafirma quando os acidentes ambientais em países subdesenvolvidos dificilmente se tornam um problema internacional e entram na agenda de problemas mundiais, mas quando passam a afetar as grandes potências esta situação muda rapidamente.

Muitos anos após as tragédias trabalhadas no presente artigo, a população mundial continua sendo vítima de novos acidentes e o meio ambiente continua sem receber a urgência necessária na agenda internacional. Porém, os eminentes perigos do aquecimento global atrelado a um cenário político favorável contribuíram para que houvesse um consenso entre todos os países na última conferência trabalhada, a COP 21, que representa uma esperança para um maior e necessário avanço da preocupação ambiental no mundo.

Referências Bibliográficas

CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira. **A Questão Ambiental – diferentes abordagens**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BECKER, Bertha K. **Amazônia – Geopolítica na Virada do III Milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BENCHEMOL, Samuel. **Amazônia: a Guerra na floresta**. 2ª Ed. Manaus: Edua, 2011.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for Analysis**. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1998.

DAVID, Charlis Philippe. **A guerra e a paz, abordagens contemporâneas da segurança e da estratégia**. Ed. Instituto Piaget, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Nações Unidas no Brasil**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/>>. Acessado em: 29 março 2016.

O desastre ecológico do superpetroleiro Exxon Valdez, no Alasca, em 1989. **O Globo**, 12 set. 2013. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/o-desastre-ecologico-do-superpetroleiro-exxon-valdez-no-alasca-em-1989-9938120>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

RELEMBRE o acidente em uma fábrica da Union Carbide que matou milhares na Índia em 1984. O Globo, 7 jun. 2010. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/relembre-acidente-em-uma-fabrica-da-union-carbide-que-matou-milhares-na-india-em-1984-2998271>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

CHERNOBYL, maior acidente nuclear da história. Globo.com, 10 jul. 2015. Disponível em: <<http://educacao.globo.com/artigo/chernobyl-maior-acidente-nuclear-da-historia.html>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

BARRETO, Pedro. **Rio-92**: mundo desperta para o meio ambiente. Ipea, 10 dez. 2009. Edição 56. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2303:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 15 jun. 2016.

SEQUINEL, Maria Carmen Mattana. **Cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável – Joanesburgo**: entre o sonho e o possível. In: *Análise Conjuntural*, v. 24. n. 11-12. p. 12-15, nov./dez., 2002. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/bol_24_6e.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

VIOLA, Eduardo. O regime Internacional de Mudança Climática e o Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17. n. 50. p. 25-46, out., 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2016.

TERRORISMO INTERNACIONAL: UM ESTUDO DE CASO DOS ATENTADOS TERRORISTAS DO GRUPO EXTREMISTA BOKO HARAM NA NIGÉRIA

*Kely Cristina de S. Lúcio¹
Rayanne Santos Silva²*

Resumo

Os temas relacionados à segurança internacional passaram por diversas definições e vem sendo debatidos e conceituados ao longo do tempo por se tratar de um instrumento fundamental em qualquer esfera. Nesse sentido, o objetivo desse artigo é apresentar definições de segurança, causadas pelo surgimento de novas ameaças, dando ênfase à securitização do terrorismo, utilizando como estudo de caso os atentados terroristas na Nigéria efetuados pelo grupo Boko Haram.

Palavras-chave: Nigéria, segurança, terrorismo, securitização.

Introdução

Este artigo buscou analisar os atentados terroristas na Nigéria efetuados pelo grupo extremista islâmico Boko Haram. Primeiramente, trabalhou-se o modo pelo qual segurança internacional é conceituada, tendo em vista as mudanças conceituais decorrentes das transformações ocorridas no mundo. Levou-se em conta os marcos históricos que proporcionaram o surgimento de novas ameaças, sendo mencionados a Guerra Fria e o “11 de setembro” como fundamentais para a redefinição do conceito de segurança internacional.

Nesse contexto surgem novos atores e novos temas a serem trabalhados. Dentre estes, uma nova forma de ataques terroristas, caracterizado como um fenômeno complexo, considerado como forte ameaça ao sistema internacional, além de outras ameaças não-militares trazendo para a agenda internacional casos que envolvam segurança humana, societal, política, econômica e ambiental.

¹ Graduada em Ciências Econômicas e acadêmica do 7º semestre de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima. E-mail: kelylucio@hotmail.com.

² Acadêmica do 7º semestre de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima. E-mail: rayannesansilva@gmail.com.

Para isso, a primeira parte do artigo trata do conceito de segurança e suas transformações para a explicação dos novos fenômenos. Também trataremos da contribuição da Guerra Fria, destacando os ataques terroristas no 11 de setembro como um marco para a securitização do terrorismo, além do ataque ocorrido na França em janeiro de 2015. Em seguida, analisaremos os atentados terroristas à Nigéria efetuados pelo grupo extremista Boko Haram sob a ótica dos conceitos de segurança internacional, e por fim as considerações finais.

Segurança internacional: conceitos e redefinições

O conceito de segurança internacional abrange outros conceitos que devem ser definidos com o objetivo de analisá-lo de forma sistemática. Conforme as mudanças ocorridas no mundo, os estudos passam por reavaliações, podendo sofrer transformações, além de novos temas que emergem num contexto internacional. Isso pode ocasionar num novo conceito, mais adequado para o momento, sendo esse um processo constante.

Podemos observar esse fenômeno, por exemplo, na definição que havia sido construída durante a Guerra Fria que passou por modificações, principalmente em virtude da diminuição das tensões globais provocadas com fim do modelo bipolar. Esse contexto ocasionou o fortalecimento de novos atores e o surgimento de diferentes formas de ameaça no cenário mundial.

Além de englobar questões políticos-militares, o tema segurança internacional passou a abordar outras questões, como economia, meio ambiente e segurança humana, assuntos estes que começam a ser percebidos no contexto internacional como focos de ameaças. Duque (2009), afirma que essa mudança no sistema, proporcionou diálogos no campo da teoria das relações internacionais para diferentes abordagens.

Assim, para conceituar esse tema, deve-se levar em conta diversas definições, como por exemplo: ausência de guerra, proteção de valores fundamentais, ausência de ameaça, capacidade de sobrevivência, reforço dos Estados, entre outras. Segundo David (2000):

“Segurança é concebida ou decidida por grupo, uma etnia, um Estado ou organização internacional. E pode compreender-se como a ausência de ameaças militares e não militares que pudessem pôr em causa os valores centrais que uma pessoa ou uma comunidade querem promover, e que implicassem um risco de utilização da força”. (DAVID, 2000, p.27).

De acordo David (2000), o conceito de segurança pode refletir uma dimensão objetiva, dessa maneira, a ameaça pode ser real, territorial e provocar perdas em vidas humanas, podendo ser exercida por um Estado ou por grupos não-estatais como por exemplo, os grupos terroristas. Robinson (2008), destaca que a segurança pode ser vista como uma avaliação de quantas ameaças as pessoas e instituições efetivamente se deparam e qual o grau de proteção elas realmente possuem contra estas ameaças em contraposição ao quanto elas se sentem seguras.

Após o fim da Guerra Fria, o conceito de segurança passa por uma redefinição, apresentando novos aspectos depois que alguns tipos de ameaças que, no período da rivalidade entre as duas superpotências (EUA e União Soviética) estavam ocultos, mas que tiveram grande dimensão no cenário internacional ultrapassando as fronteiras do Estado. Dessa forma, foi necessário o reconhecimento de novos atores e de ameaças de diversas naturezas, saindo do campo político-militar, que era restrito ao Estado e que o identificava como tendo aspecto tradicional.

Assim, a agenda internacional passa a apresentar novas questões diante do centro das decisões de estratégia e tomada de decisões, tais como: terrorismo, guerra cibernética, segurança humana, conflitos étnicos e intraestatais, dentre outros. Consolidou-se dessa forma uma nova conjuntura internacional, destacando ameaças não-estatais à segurança internacional elevando o conceito de segurança humana com foco no indivíduo, sendo este entendido como sujeito de segurança e não apenas o Estado, como anteriormente. Nessa nova perspectiva o Estado aparece como meio pelo qual o indivíduo pode ter direitos garantidos e efetivados, além da liberdade e o mínimo de bem-estar.

Segundo David (2000), a segurança humana concretiza uma vontade internacional de ingerência, a despeito ou contra a soberania estatal, quando populações estão com dificuldades ou em perigo devido ou não a um problema militar de segurança, ou seja, quando há pessoas em perigo, a ajuda e o socorro destinados a eles deve sobressair a quaisquer outros fatores ou princípios. Essa proteção aos indivíduos deve ser assegurada também em caso de ameaças, pois esta pode ou não ser acompanhada de violência.

As fontes da ameaça, como destaca David (2000), se concentrariam em dois grandes grupos, o primeiro, a natureza e o segundo, o homem. Este último concentraria a maior parte das ameaças pois pode assumir várias posições, como a de concorrentes, adversários ou inimigos, sendo estes representados na figura do Estado, grupos societários ou indivíduos isoladamente. Entre os alvos da ameaça estão: o meio ambiente, a unidade política, os grupos societários e a humanidade.

Em estudos estratégicos há duas correntes que defendem perspectivas opostas tratadas em segurança nacional: a tradicional ou estreita e a nova ou abrangente. O terrorismo se encaixa em ambas perspectivas, pois não representa apenas uma ameaça, seja interno ou externo. Isso fez com que os governos dos países, principalmente os afetados diretamente, dedicassem maior atenção às ameaças vindas tanto de fora quanto de dentro do seu próprio território.

A securitização do terrorismo: algumas considerações sobre o “11 de setembro” e os ataques terroristas à Revista Charlie Hebdo, na França, em janeiro 2015

De acordo com Rudzit (2005), o termo securitização é entendido como:

“uma versão mais extremada da politização, pois, em teoria, qualquer assunto público pode ser posicionado no espectro que varia do não-politizado (significando que o Estado não lida com ele e de nenhum modo é tido como um tópico de debate público e de decisões), passando por politizado (significando que o tópico é parte de uma política pública requerendo uma decisão governamental e alocação de recursos), indo até o securitizado (significando que o tópico é apresentado como uma ameaça existente, requerendo medidas de emergência, o que justifica ações fora dos limites normais do processo político)” (RUDZIT, 2005, p. 308).

Porém, conforme Duque (2008, p. 98), a securitização só é efetivada quando o público considera legítimo a demanda do agente securitizador, e a ameaça é estabelecida de tal forma a se justificar a quebra das regras normais da política vistas a contrabalancear essa ameaça. Aliado a isso, existem as “condições facilitadoras” tais como a posição social do ator securitizador e as características da ameaça por ele identificada. Essas condições contribuem para o sucesso de uma iniciativa de securitização (BUZAN, 1998). De acordo com Rudzit (2005), “um tópico se torna de segurança não necessariamente por causa da existência de uma ameaça real, mas porque ele é apresentado como uma ameaça”.

Além disso, deve-se levar em consideração também os discursos de securitização, no qual o agente securitizador mesmo não utilizando a palavra segurança, faz referência tanto a sobrevivência de uma unidade quanto a atividade prioritária em conter a ameaça que ponha em risco a existência da unidade. Porém, esse discurso não securitiza um tema automaticamente, trata-se apenas de uma iniciativa que poderá ser aceita pelo público ou não (RUDZIT, 2005).

O exemplo do ataque às Torres Gêmeas em setembro de 2001 trouxe à tona a discussão do tema terrorismo, que passou a ser prioridade na Agenda Internacional.

É importante frisar que não se trata de um tema recente, o que houve foram modificações das ações de grupos terroristas, trazendo assim uma nova percepção sobre essas ameaças. Isso foi notado quando do ataque de 11 de setembro, episódio que impactou no tratamento internacional do terrorismo e apresentou novas políticas de segurança incentivadas pela campanha lançada pelo então presidente dos EUA George W. Bush, denominada “Guerra Global ao Terror”.

Nesse caso, o presidente Bush optou por impetrar uma iniciativa de securitização do terrorismo, ao invés de simplesmente engajar-se numa retaliação à rede al Qaeda, buscou-se assim, estender uma retaliação pelos atentados a países que colaborassem com os terroristas (DUQUE, 2008, p.97). Anterior ao 11 de setembro de 2001, os atentados geralmente baseavam-se em um “terrorismo comum” com sequestros, simples explosões e tomadas de reféns.

O atentado deu maior visibilidade ao terrorismo, além de evidenciar conflitos com alta taxa de criminalidade e ligados ao narcotráfico. Com isso, mostrou-se ao mundo que os atentados terroristas estão em uma nova escala que pode ser denominada de “terrorismo catastrófico” e buscam resultados diferentes do anterior fazendo com que, tanto países desenvolvidos quanto aqueles em desenvolvimento tenham que levar em consideração as ameaças vindas de dentro do seu próprio território.

Até mesmo os que estão mais avançados no processo de construção do Estado sentem-se inseguros e estão em busca de segurança interna e externa, visto que esse terrorismo tem tido novas características fortalecidas com capacidade de alcançar um número de vítimas ampliado e possuem acesso ao desenvolvimento de armas de destruição em massa. Assim, novos atores receberam importância diante do pensamento de defesa e segurança trazendo um novo cenário nas relações internacionais, em que enfoque é maior na instabilidade existente no interior dos países do que nos conflitos entre Estados.

Durante algum tempo percebeu-se que o tema terrorismo deixou de ser destaque na mídia, mas é importante frisar que este não deixou de ser tema central na agenda internacional, o que houve apenas foi um arrefecimento, dado que por algum período as potências centrais não estavam sofrendo atentados com grande magnitude que viessem a despertar grande preocupação para essa questão. Porém, EUA continuava com sua política de antiterrorismo dado que era posto como alvo principal.

O tema voltou a ser destaque na mídia e gerou grande comoção mundial quando da ocorrência dos ataques à revista francesa Charlie Hebdo em janeiro de 2015, no qual ocasionou a morte de pelo menos 12 pessoas. Esse caso provocou manifesta-

ções em todo o mundo e pronunciamentos oficiais imediatos de vários países como EUA, Reino Unido, Alemanha, Brasil, além da Comissão Europeia e de Organizações Internacionais, incluindo a ONU, que abominaram o ataque e demonstraram solidariedade à França (G1, 2015).

Esses atentados provocaram também protestos e atos considerados xenófobos, trazendo à tona as discussões acerca do Islamismo e sua presença na Europa. Isso também motivou muitos países a criarem políticas de repressão ao terrorismo. O ataque aqueceu as discussões nas redes sociais, com adesão de pessoas de vários países à campanha em solidariedade à revista, além de outras manifestações que se propagaram pelo mundo

Nesse mesmo período, cerca de duas mil pessoas foram mortas pelo grupo extremista islâmico Boko Haram, evento que ficou conhecido como o massacre da Nigéria, que apesar da maior gravidade provocou pouquíssima repercussão comparada ao ocorrido na França. Além de manifestações de milhares de pessoas ao redor do mundo, o atentado à Charlie Hebdo contou com um foco seletivo da mídia enquanto que os ataques terroristas na Nigéria foram deixados em segundo plano (MARQUES e PARZIANELLO, 2015).

Ataques terroristas na Nigéria: impactos das atuações do grupo extremista Boko Haram sob a ótica de segurança internacional

As fontes da ameaça se concentram em dois grandes grupos, a saber, a natureza e o homem, sendo este o que concentra a maior parte das ameaças, visto que pode assumir várias posições como a de concorrentes, adversários ou inimigos, sendo estes representados na figura do Estado, grupos societários ou indivíduos isoladamente. Entre os alvos da ameaça estão: o meio-ambiente, a unidade política, os grupos societários e a humanidade (SAINT-PIER, 2003). A nossa análise se concentrará nos três últimos, enfocando os atentados efetuados pelo grupo extremista Boko Haram na Nigéria. Para entender melhor a questão, seguem algumas notícias que versam sobre esses acontecimentos:

Rapto de meninas expõe ao mundo fraquezas do governo da Nigéria.

Na manhã em que 276 meninas foram sequestradas de uma escola pública no norte da Nigéria, o Exército do país recebeu telefonemas e avisos com até quatro horas de antecedência do crime. Os insurgentes do grupo islâmico ultraradical Boku Haram não acharam nenhuma resistência para ficar por três horas na escola e saíram depois de incendiar o local, levando as meninas em 20 caminhonetes e 30 motos. Dias depois, o sequestro virou notícia pelo mundo (G1, 09 de maio de 2015).

Ataque do Boko Haram deixa mais de 150 mortos no nordeste da Nigéria.

Mais de 150 pessoas morreram afogadas em um rio ou executadas quando fugiam de homens armados que integram o grupo Boko Haram em uma localidade remota do nordeste da Nigéria informaram testemunhas (G1, 18 de Agosto de 2015).

O grupo militante islâmico Boko Haram - acusado de realizar um massacre na Nigéria na semana passada - luta para derrubar o governo e criar um Estado islâmico.

Além de ataques a cidades do país, ele também realiza sequestros e assassinatos, desde sua fundação no norte nigeriano, em 2002. Seus integrantes seguem a seguinte frase do Corão, o livro sagrado dos muçulmanos: “Qualquer um que não é governado pelo que Deus revelou está entre os transgressores” (BBC, 15 de janeiro de 2015)

Como podemos observar nas notícias os ataques terroristas à Nigéria pelo grupo extremista Boko Haram ocorreram de forma simultânea. Cabe destacar que este grupo atua nesse território desde 1990, porém sua fundação data do ano de 2002. O grupo também age atacando diversos locais como igrejas, áreas de lazer e mercados. Entre suas pretensões estão o combate a quaisquer formas de influências ocidentais, exercendo total poder sobre a política, a economia e a sociedade desse país, através da disseminação do islamismo extremo por meio do uso da força. Dessa forma, pretendem tomar o Estado para si e transformá-lo em um Estado Islâmico.

De acordo com David (2000), os fatores políticos apresentam vulnerabilidades internas e externas em virtude da evolução do terrorismo. Assim, o terrorismo caracteriza-se como um atentado à legitimidade do Estado, situando-se entre segurança política, pois interfere na unidade estatal, e a segurança societal, por representar riscos a identidade coletiva do Estado. Segundo Rudzit (2005, p.305), “as vulnerabilidades internas dos Estados não desenvolvidos são as principais causas para o elevado número de conflitos em diversas partes do globo abrangidas por esses países”.

Conforme Amaral (2015), o grupo extremista recruta homens, mulheres e crianças desde 2009, no entanto o tema só teve grande repercussão internacional quando o governo nigeriano decretou estado de emergência atendendo sobre as atividades do grupo, dentre eles o sequestro de 276 garotas da escola secundária Chibok, em abril de 2014, que se tratou do maior sequestro já efetuado pelo grupo. Isso por algum momento se tornou notícia de destaque na mídia. O alvo principal do grupo extremista são estudantes cristãs.

Passados um ano do sequestro das meninas iniciou-se uma campanha internacional nas redes sociais intitulada “#bringbackourgirls”. A campanha se tornou mais conhecida quando do apoio da Primeira Dama dos EUA Michelle Obama e da adolescente paquistanesa, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz, Malala Yousafzai. É

importante frisar que o governo demorou semanas para admitir o episódio, e por causa dessa campanha houve uma maior mobilização por parte do governo nigeriano (BBC, 2015). Apesar da magnitude dos ataques, houve pouca repercussão e comoção internacional. Conforme o site G1 (2015):

Massacre do Boko Haram teve pouca repercussão internacional; entenda.

Veículos de imprensa e analistas internacionais questionam como um caso desse porte teve uma repercussão tão pequena, especialmente em comparação ao ataque terrorista na França, ocorrido menos de uma semana depois. (...) O arcebispo da cidade nigeriana de Jos, ouvido pela BBC disse que a luta contra o extremismo no país requer o mesmo apoio internacional e espírito de unidade que foram demonstrados após os ataques de militantes na França (G1, 31 de janeiro de 2015).

De acordo com a organização internacional Human Rights Watch, o Boko Haram atuou com maior intensidade a partir 2013 realizando centenas de ataques a mercados, escolas e outros locais públicos como os cultos cristãos. Estima-se que em 2014, 3.750 civis foram mortos por ataques deste grupo extremista (WEST, 2015). O mais recente ataque do grupo ocorreu no vilarejo Dalori em janeiro de 2016, no qual 86 pessoas morreram, dentre as quais crianças, que foram incendiadas vivas, vítimas de explosões de homens bombas e tiroteios (VEJA, 2016).

Pode-se dizer que os referidos ataques representam grande ameaça a segurança política da Nigéria na medida em que causam desestabilização ao Estado enquanto unidade política. Dentre as pretensões do grupo está a de controlar e até mesmo assumir o papel do Estado, ditando regras e impondo castigos a quem se opõe, expondo o Estado à situações de vulnerabilidade. A postura adotada pelo presidente nigeriano nesses casos revela ainda mais essa condição.

No que tange às origens das guerras Couto (2000), menciona a existência de três categorias, a saber, a origem teológica, a biossociológica e a evolucionista. Com base nisto, poderíamos dizer que a natureza desses ataques situam-se na categoria da guerra teológica, dados que esse grupo atua sob o ímpeto de uma religião, o Islamismo, na prerrogativa de ser esta a religião salvadora de toda a humanidade, sendo a guerra encarada como algo inevitável. Nesse sentido, Couto (2000), ressalta que:

“Nas concepções teológicas, a guerra faria parte das forças que trabalham para um último fixado por Deus, ou pela Providência ou pela própria História, devendo ser interpretada à luz do movimento para esse fim último. Quer a explicação seja religiosa – um colectivo sacrificio de sangue inerente a várias religiões, um ordálio ou uma forma de expiação pela qual Deus pune e corrige os homens; quer seja – forma extrema de superação de conflitos

e de progressivas integrações de povos e de culturas com vistas à unificação da Humanidade e a uma Paz Universal” (COUTO, 2000, p. 23).

No que tange à relação à segurança societal do país, o grupo age na imposição de uma nova identidade, e assim ameaça outras culturas que ajudam a compor a identidade do território. Isso coloca em risco a sobrevivência de etnias, religiões, dentre outras. Dessa forma, a segurança societal se caracteriza como uma questão securitária, visto que trata de ameaças à sobrevivência de etnias, nações e religiões, por isso é considerado um tema especial.

Outro tema que merece relevância nesse caso é a segurança econômica. A economia da Nigéria, sofre grande impacto com esses ataques, visto que os mesmos representam forte ameaça a esse setor, não só internamente, como também para outros países que mantem com a Nigéria importantes relações comerciais. Este país concentra boa parte do PIB do Continente Africano, sendo grande produtor de petróleo e de outros recursos estratégicos. Também mantém relações comerciais com o Ocidente, o que para o grupo extremista representa uma afronta, pois o mesmo abomina qualquer relação com esta região. Assim, o controle deste grupo sobre o Estado também provoca enfraquecimento financeiro para o país.

Considerações finais

Podemos perceber o quão impactante tem sido as atuações do grupo extremista Boko Haram no território da Nigéria, expondo o país a diversos riscos de segurança. O grupo age de forma simultânea e já domina grande parte da Nigéria, porém, isso não provocou mobilização da comunidade internacional para conter esses ataques. Percebe-se que a gravidade do assunto não tem sido razão suficiente para uma intervenção internacional, o que é algo que contraria a própria Carta das Nações Unidas, a qual admite-se intervenção nesses casos.

O tema terrorismo só se tornou prioridade na Agenda Internacional após o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001 nos EUA, o qual gerou grande comoção pelo mundo, visto que tratava-se de um ataque de grande magnitude a uma potência central, pois a Nigéria muito antes disso já sofria com atentados terroristas, e continua sofrendo até hoje. Porém, foi necessário que isso ocorresse com um país central para que o terrorismo se torna-se tema securitário.

O atentado à França, em janeiro de 2015, reaqueceu a temática, que por algum tempo deixou de estampar as manchetes dos jornais, provocando grande mobiliza-

ção internacional. Mas o que chama a atenção é o descaso que sempre existiu em relação aos fatos ocorridos em países não centrais, como é o caso da Nigéria. Pouco deu-se importância em relação aos inúmeros ataques ocorridos no país praticados pelo grupo extremista Boko Haram.

Podemos notar isso ao compararmos o impacto internacional causado pelos ataques na França, que geraram manifestações oficiais quase que imediatas, e os ataques simultâneos na Nigéria efetuados pelo grupo Boko Haram nesse mesmo período, que pouco tiveram repercussão. Percebe-se aí o quão determinante é a figura do país central na formação de uma agenda de segurança e até mesmo na definição grau da importância dado aos acontecimentos impactantes, também podemos destacar aí o papel da mídia como condutora dos eventos.

Referências bibliográficas

AMARAL, Rodrigo Augusto Duarte. **Considerações sobre a violência pela ótica de Johan Galtung**: alguns aspectos do terrorismo e o advento da intolerância. Cadernos de campo, Programa de pós graduação em Sociologia, capa, n.19 (2015). Disponível em: <http://www.seer.fclar.unesp.br/cadernos/article/download/7661/5530>.

BUZAN, Barry .WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

COUTO, Abel Cabral. Segurança e estudos para a paz. Colóquio “Prevenção de Conflitos e Cultura da Paz”. **Instituto de Defesa Nacional**, Lisboa, julho/2000, n. 95/96. 2ª série, p.21-31.

BBC BRASIL, 15 de janeiro de 2015. Disponível em:<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150115-boko-haram-entenda-rb>. Acesso em: 11 de dezembro de 2015.

DAVID, Charles Philippe. **A guerra e a paz, abordagens contemporâneas da segurança e da estratégia**. Ed. Instituto Piaget, 2000.

DUQUE, Marina Guedes. **A teoria de securitização e o processo decisório da estratégia militar dos Estados Unidos na guerra do Iraque**. Dissertação de Mestrado. UnB: Brasília, 2008.

G1, 09 de maio de 2014. Disponível em:<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/05/rapto-de-meninas-expoe-ao-mundo-fraquezas-do-governo-da-nigeria.html>>. Acesso em: 19 de março de 2016.

_____, 18 de agosto de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/08/mais-de-150-mortos-em-ataque-do-boko-haram-no-nordeste-da-nigeria.html>. Acesso em: 11 de dezembro de 2015.

_____.31 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/01/massacre-do-boko-haram-teve-pouca-repercussao-internacional-entenda.html>. Acesso em: 20 de março de 2016.

_____. 31 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/01/veja-repercussao-do-ataque-revista-francesa-charlie-hebdo.html> >Acesso em: 20 de março de 2016.

MARQUES, Rafael Borges; PARZIANELLO, Geder Luis. Análise comunicacional do atentado terrorista à revista francesa Charlie Hebdo. **XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul**. Joinville, SC: 2015

ROBINSON, Paul. **Dictionary of International Security**. Cambridge: Polity Press, 2008.

RUDZIT, Gunther. **O debate teórico em segurança internacional**: Mudanças frente ao terrorismo? Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/5/1598>. Acesso em: 20 de janeiro de 2016.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. Reconceitualizando “novas ameaças”: a subjetividade da percepção à segurança cooperativa. In: SOARES, Samuel Alves; MATHIAS, Suzeley Kalil (org). **Novas Ameaças**: dimensões e perspectivas. Desafios para a cooperação entre Brasil e Argentina. São Paulo: Sicuzeira, 2003.

VEJA. 31 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/mundo/boko-haram-queima-criancas-vivas-na-nigeria>. Acesso em: 20 de março de 2016.

WEST Africa: regional boko haram offensive. Abuja, 11 fev. 2015. Disponível em: <http://www.hrw.org/news/2015/02/11/west-africa-regional-boko-haram-offensive>. Acesso em: 20 de março de 2016.

ATRIBUIÇÕES OCASIONAIS DO 1º PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA, EM BONFIM – RR

Marcos L. Gomes¹
Alexandre H. Silva²
Wagner S. Dias³

Resumo

Roraima é o estado brasileiro que está localizado ao norte do Brasil, possui quinze municípios todos em faixa de fronteira. O município de Bonfim está localizado a leste do estado. O 1º Pelotão Especial de Fronteira (PEF) é a representação das Forças Armadas no município. O PEF possui uma estrutura de pequeno porte e geralmente conta com cerca de sessenta e seis militares. Dessa forma, salientaremos as missões institucionais do PEF, com ênfase nas missões ocasionais realizada pelo PEF em prol do município. Um PEF, além da missão institucional de combate, que está relacionada diretamente com a vigilância de pontos ou frentes limitadas e reconhecimento de áreas, frentes e eixos fluviais e terrestres, em sua área de atuação ofensivas e defensivas, apoio a órgãos públicos nas três esferas, bem como a “vivi-ficação” da faixa de fronteira brasileira, tendo a tríade da Vida, Combate e Trabalho como pilares da Soberania na região onde atua. Contudo, o dia-a-dia do PEF não se limita às atividades militares propriamente ditas, mas também atividades subsidiárias que preveem a prestação serviços as comunidades existentes ao redor do aquartelamento, como as Ações Cívicos-Sociais que proveem assistência e auxílio às comunidades, prestação de serviços assistencial, como as médico-hospitalar, laboratorial, dentre outras que não são inerentes a sua missão constitucional. A ausência do poder público municipal, faz com que o PEF realize tarefas que não são de sua competência, tidas aqui como ocasionais, como, doação de gêneros alimentícios a comunidade indígena, apoio de pessoal, prestação de serviços qualificados, dentre outros. Dessa forma, destacamos a importância da presença do Exército Brasileiro,

¹ Graduando do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Roraima. E-mail: mlgmarcos@hotmail.com

² Graduando do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Roraima. E-mail: cbformiga@hotmail.com

³ Prof. Me do curso de Geografia da Universidade Federal de Roraima. E-mail: wagner.dias@ufr.br

representado aqui por meio do 1º PEF, pois possui funções importantes para o crescimento sócio – econômico da região que subsidiam e preenchem lacunas do poder público municipal, o que por vezes se torna obrigação para o Pelotão.

Palavras-chave: Pelotão Especial de Fronteira; Opcionais; Município de Bonfim.

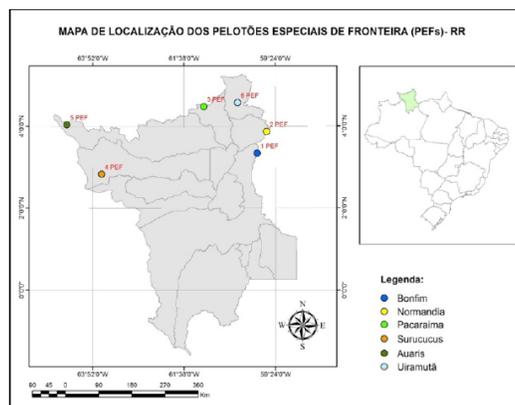
Apresentação

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 142 define as atribuições das Forças Armadas (FA) que são constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, sendo instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina sob a autoridade suprema do Presidente da República e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Segundo Brasil (2010) o estado de Roraima possui cerca de 220 km² fazendo fronteira com a Venezuela e a República Cooperativista da Guiana, com 958 e 964 km respectivamente, perfazendo num total de 1.422 km de linha de fronteira. Nesse sentido, o papel das Forças Armadas junto a manutenção, proteção e defesa nacional surge como fundamental importância para o estado brasileiro.

No estado de Roraima encontra-se instalados seis Pelotões Especiais de Fronteira (PEFs) todos localizados em faixa de fronteira (Figura: 1).

Figura 1: Mapa de localização dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEFs), no estado de Roraima.



Fonte: Base cartográfica IBGE 2011, adaptado Maia, V. V. 2016.

O 1º Pelotão Especial de Fronteira (1º PEF) está localizado no município de Bonfim que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) possui uma área de 8.095 km² e uma população de 10.943 habitantes.

O Exército Brasileiro se faz presente no estado de Roraima por meio do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI) sediada em Boa Vista capital, sendo subordinada ao Comando Militar da Amazônia (CMA) sediado em Manaus – AM.

A 1ª Bda Inf SI tem sob seu comando nove Unidades Militares (UM). Dentre elas o Comando de Fronteira Roraima / 7º Batalhão de Infantaria de Selva (CFR/7º BIS), que é o responsável pela operação e manutenção dos PEFs, distribuídos assim: O 1º PEF sediado no município de Bonfim, 2º PEF sediado no município de Normandia, 3º PEF sediado no município de Pacaraima, 4º PEF sediado em terras indígenas de Surucucus, 5º PEF sediado em terras indígenas de Auaris e 6º PEF sediado no município Uiramutã.

Os PEFs são considerados uma espécie de vanguarda avançada do Comando Militar da Amazônia. “O Pelotão Especial de Fronteira (PEF) é uma Organização Militar (OM) com características verdadeiramente diferenciadas, uma vez que nele o Comandante tem responsabilidades que ultrapassam as lides normais da caserna” (BRASIL, 2006, p.40).

As rotinas dos PEFs são regulamentadas por normas e/ou regulamentos internos, contudo, cada unidade possui suas particularidades e peculiaridades, é nesse sentido que o presente trabalho tem como objetivo apontar as missões ocasionais do 1º PEF situado no município de Bonfim.

Segundo o Manual de Instruções Provisórias IP: 72-20 (Brasil, 1997, p 9-5) que regulamenta as atividades dos Pelotões Especiais de Fronteira tem a missão da vigilância da fronteira, cooperando ainda com a vivificação da área. Entretanto, não é somente de atividades de combate que o PEF sobrevive, existem outras atividades que não são inerentes as atividades militares ditas como subsidiárias que estão ligadas no dia a dia do PEF como a de produção de gêneros em pequena escala de origem animal e vegetal, e as de prestação de serviços para si próprio e para a comunidade civil existente ao redor do quartelamento.

Para Brasil (2005), a vivificação visa em especialmente o desenvolvimento da faixa de fronteira por meio de implementação de ações para desenvolver e integrar a região amazônica com apoio da sociedade.

Um PEF é considerado uma pequena fração pelo Exército Brasileiro (EB), geralmente comandado por um Oficial da Arma de Infantaria (podendo ser Capitão, 1º

Tenente ou 2º Tenente) formado na Academia de Agulhas Negras (AMAN) Resende – RJ. Possui em sua constituição um efetivo previsto por sessenta e seis homens, dentre eles, Oficial Médico, Dentista, Bioquímico e/ou Farmacêutico, Subtenente (raramente), Sargentos, Cabos e Soldados.

A missão balizar dos PEFs em faixa de fronteira está diretamente ligado na agregação da vivificação das áreas, vigiar pontos ou frentes limitadas, reconhecer áreas, eixo fluvial ou terrestre, por meio de transporte terrestre, aéreo ou fluvial, e ainda a pé, dentro de sua área de responsabilidade, defender as suas instalações a fim de proporcionar a segurança do aquartelamento e da família militar; controle e utilização do campo de pouso do PEF, bem como contribuir com as comunidades do entorno do aquartelamento nas missões subsidiárias.

Segundo Brasil (1997), a faixa de fronteira brasileira, é a área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 km (cento e cinquenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que será designada como Faixa de Fronteira.

A atuação dos PEFs em faixa de fronteira é considerada pelo Comando Militar da Amazônia (CMA) como os pilares da chamada Tríade da Soberania: vida, exercida durante as atividades relacionadas a sobrevivência dos PEFs, combate, as atividades afins da defesa e trabalho relacionado à prestação de serviços aos PEFs e as comunidades.

As atividades em caráter complementar às atribuições constitucionais tidas como subsidiárias e/ou complementares são previstas no Manual de Instruções Provisórias IP: 72-20, são aquelas:

- Relacionadas com a produção do tipo: exploração de recursos locais através da caça e pesca, em caráter emergencial; criação de animais, particularmente os de menor porte; implantação de horta comunitária; reflorestamento com árvores frutíferas; exploração de armazém reembolsável, mediante ordem.

- Relacionadas com a prestação de serviços: realização, com a sua infraestrutura de apoio, de trabalhos de serraria, carpintaria, olaria, eletricitista, bombeiro, manutenção do patrimônio sob a sua responsabilidade etc.

A presença do estado brasileiro em linha e faixa de fronteira se faz muitas vezes pela presença das Forças Armadas em especial pelo Exército Brasileiro por meio dos PEFs principalmente na Amazônia brasileira, parafraseando Nascimento e Marinho (2015).

Especificamente, na fronteira amazônica, os militares das Forças Armadas, sobretudo do Exército Brasileiro, por vezes são a única presença do Estado, com árdua missão, de diurnamente, defender o território e manter a soberania, além das atribuições subsidiárias de atuar por meio de ações preventivas e repressivas contra delitos transfronteiriços e ambientais (NASCIMENTO e MARINHO, 2015, p. 306).

Dessa forma, ressalta-se aqui a importância da presença e manutenção das Forças Armadas em especial em faixa e linha de fronteira, que segundo Nascimento e Marinho (2005) são essas Organizações Militares, a única presença do Estado, que outrora se faz ausente entre outros aspectos fundamentais.

Origem e criação do 1º PEF – Bonfim

Segundo Silva (2014) no dia 01 de janeiro de 1969, militares da então 9ª Companhia de Fronteira (9ª Cia Fron) foram deslocados para a atual região do município de Bonfim, sob o Comando do então Capitão Airton Amorim de Lima. Tal fato foi em virtude de acontecimentos que havia ocorridos no país vizinho da Guiana, principalmente na região de Rupununi (Figuras 2 e 3).

Figura 2: Chegada dos primeiros militares da 9ª Cia Fron 1969.



Fonte: Acervo pessoal Capitão Damásio.

Figura 3: Chegada dos primeiros militares da 9ª Cia Fron 1969.



Fonte: Acervo pessoal Capitão Damásio.

Segundo Pereira (2008) Rupununi é uma das dez regiões geográficas da Guiana que faz fronteira com o Brasil, sendo ela a nova região. Localiza-se nas terras do sudoeste da Guiana que são banhadas numa extensão de 6.000 km pelo rio do mesmo nome. Nessa extensão estão às fronteiras da Guiana com o Brasil e da Guiana com a Venezuela.

Missões subsidiárias realizadas pelo 1º PEF

Sem que haja o comprometimento de suas destinações constitucionais, caberá também às Forças Armadas o cumprimento das atribuições subsidiárias explicitadas em Leis Complementares: Lei Complementar no 97 de 9 de junho de 2009, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, alterada pelas Leis Complementares no 117 de 2 de setembro de 2004 e de no 136 de 25 de agosto de 2010.

Dessa forma, além de suas atribuições constitucionais, as Forças Armadas terão como missões subsidiárias por meio de ações preventivas e repressivas na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra

delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações.

As atividades de rotina do 1º PEF destacam-se: (i) patrulhamento, por meio de Reconhecimento de Fronteiras (Refron); (ii) revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves, durante os Refron e operações conjuntas com órgãos federais e/ou estadual Figuras (4 e 5); (iii) prisões em flagrante delito quando em patrulhamento e operações; (iv) contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao Poder Militar Terrestre; (v) cooperar com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e excepcionalmente, com empresas privadas, na execução de obras e serviços de engenharia, sendo os recursos advindos do órgão solicitante, principalmente por meio do 6º Batalhão de Engenharia de Campanha (6º BEC); (vi) cooperar com órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional, no território nacional, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução.

Figura 4: Operação Curaretinga mar 2014.



Fonte: Acervo pessoal Sgt Ferreira.

Figura 5: Operação Curaretinga mar 2014.



Fonte: Acervo pessoal Sgt Ferreira.

Por meio da Portaria Normativa Interministerial nº 2.203, de 26 de julho de 2013, foi criado pelo governo federal o Programa Forças no Esporte (Profesp), que tem por objetivo proporcionar à jovens uma opção de lazer e esporte, com atividades esportivas e físicas saudáveis para a comunidade em geral, priorizando o atendimento de crianças, adolescentes e jovens em estado de vulnerabilidade social.

Com parceria entre o PEF e o município de Bonfim, o programa foi implantado no segundo semestre de 2015, que contemplou 30 jovens entre 12 e 14 anos que foram selecionados pela prefeitura e o Comando do PEF. Os jovens permanecem entres os horários de 7 às 11h, onde são praticadas atividades físicas, ordem unida, corrida em forma, futebol, voleibol dentre outras e ao final é servido um lanche (Figuras 6,7 e 8).

Figura 6: Hasteamento do pavilhão nacional.



Fonte: Acervo pessoal Sgt Ferreira.

Figura 7: Instrução de cultivo de hortaliças.



Fonte: Acervo pessoal Sgt Ferreira.

Figura 8: Treinamento Físico Militar.



Fonte: Acervo pessoal Sgt Ferreira.

No decorrer do ano o PEF participa de diversas solenidades cívico-militares durante comemorações de dias festivos, tais como: Proclamação da República Brasileira no dia 7 de setembro, aniversário do município (1º de julho), dia da criação do estado (5 de outubro), recepção de autoridades no PEF, dentre outras (Figuras 9 e 10).

Figura 9: Formatura do dia da Proclamação da República no dia 7 de setembro.



Fonte: Acervo pessoal Sgt Ferreira.

Figura 10: Formatura de licenciamento de militares do serviço militar obrigatório, que serviram no PEF.



Fonte: Acervo pessoal Sgt Ferreira.

A área de atuação do 1º PEF, se limita a toda área do município de Bonfim, cerca de 8.095 km² (IBGE, 2010) sendo assim, uma área grande para um contingente pequeno, com de cerca de 66 militares, onde possui 23 comunidades indígenas que são visitadas rotineiramente.

Atribuições ocasionais do 1º PEF

Como visto, são inúmeras as atividades e missões de responsabilidade de um PEF. Contudo, além das missões institucionais e subsidiárias, existem outras atividades tidas ocasionais que o 1º PEF realiza em prol da comunidade no entorno do aquartelamento.

A tríade da soberania é praticada no decorrer das atividades do PEF, no entanto, essa rotina é quebrada por fatos esporádicos que ocorrem rotineiramente cada vez mais no PEF.

Bonfim encontra-se ao redor de áreas indígenas, principalmente das etnias Mauxí e Wapixana, dessa forma, devido a boa convivência com o PEF torna-se comum certas comunidades “baterem as portas” do PEF para solicitarem diversos itens principalmente de gêneros alimentícios e atendimento médico-hospitalar, o que são atendidos dentro possível, pois o PEF não possui autonomia própria e depende do apoio da sede (CFR/7º BIS) em Boa Vista.

Durante o período de estiagem em Roraima (entre os meses de março e outubro) é comum o surgimento de focos de incêndios e/ou queimadas, principalmente no cerrado, e com isso o poder público local recorre diretamente ao comando do PEF para que possa fazer os primeiros combates aos incêndios e/ou queimadas, pois não existe representação de bombeiros militares no município.

Os militares que participam das ações de combate aos incêndios e/ou queimadas são aqueles que possuem ao menos um estágio de combate a incêndio ministrado por pessoal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA, e devidamente equipados principalmente abafadores e bolsa com capacidade de 20 litros de água nas costas (Figura 11).

Figura 11: Estágio de combate a incêndio ministrado por pessoal do IBAMA, a militares do PEF.



Fonte: Acervo pessoal Sgt Ferreira.

Outra prática que se tornou comum é o empréstimo de material por parte do PEF, quando da visita e excursões ao município, dentre outras atividades. Os pedidos são desde colchões, apoio de alojamento para pernoite (atualmente por parte de integrantes do pessoal da Polícia Rodoviária Federal), remédios em geral, mão de obra qualificada para manutenção e reparos em igrejas, repartições públicas municipal e/ou estadual, escolas municipal e/ou estadual, apoio de traslado de pacientes por meio de ambulância do PEF, dentre outros.

O PEF possui uma pequena academia de musculação para uso dos militares e seus dependentes, contudo, o Pelotão abriu uma exceção para alguns munícipes do local, onde é cobrado uma taxa para manutenção e reposição de material caso haja necessidade (Figura 12 e 13).

Figura 12: Academia de musculação nas instalações do 1º PEF.



Fonte: Acervo pessoal GOMES, M. L.

Figura 13: Academia de musculação nas instalações do 1º PEF.



Fonte: Acervo pessoal GOMES, M. L.

Nota-se aqui que são diversos tipos de serviços que o município deixa de fazer em prol dos municípios. Tal ausência de poder local sobrecarregam o PEF, pois além de possuir suas missões institucionais e as subsidiárias, termina por desenvolver diversas outras missões ocasionais que não são inerentes ao PEF e que invariavelmente se torna como “missão” para o próprio PEF.

Considerações finais

São 1422 km de linha de fronteira ou 213.300 m² de faixa de fronteira⁴ entre os países limítrofes da Venezuela e Guiana com o estado de Roraima denotando quão grande é a dificuldade de controle, guarda e manutenção da soberania nacional nessa área.

As Forças Armadas e principalmente por meio do Exército Brasileiro vêm contribuindo de forma significativa com suas funções institucionais e em alguns casos realizando tarefas além de suas possibilidades.

O vazio demográfico na região fronteira amazônica é sentido em quase toda linha e faixa de fronteira, com isso, a ausência de poder público nas três esferas (federal, estadual e municipal) também é fator preocupante para a Política de Defesa Nacional e da Estratégia Nacional de Defesa.

As Organizações Militares de Fronteira que atuam nessa área por meio principalmente dos seus vinte e dois Pelotões Especiais de Fronteira, geralmente aqueles isolados, surgem em muitos casos como forma paliativa para suprir a ausência das populações do entorno do aquartelamento.

O dia a dia do PEF percorre sobre a tríade da soberania vida, combate e trabalho, sendo considerado primordial para o cumprimento dos deveres constitucionais, contudo, cabe aqui a ressalva para a desmitificação do “ócio” que se tem destes militares, pois cumprem e cumpriram suas missões a eles delegados.

As missões previstas em manuais são bem cumpridas, embora, nota-se a grande dificuldade por parte do Pelotão, que muitas vezes possuem material humano deficitário e equipamentos inadequados para o cumprimento de suas missões de defesa e manutenção da soberania nacional, pois é por meio do PEFs que o estado brasileiro tenta suprir essa ausência de poder estatal com a instalação dessas pequenas unidades militares.

⁴ Segundo o Brasil (1979) a Faixa de Fronteira é a faixa interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória (linha de fronteira) terrestre entre territórios de países limítrofes.

Por fim, cabe aqui enfatizar, a grande responsabilidade dessas Organizações Militares das Forças Armadas, em especial do Exército Brasileiro, que apesar das dificuldades impostas pela região, principalmente de logística e abastecimento, possui grande relevância na defesa, proteção e guarda do Estado brasileiro.

Referências bibliográficas

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. 1988.

_____. Centro de Comunicação Social do Exército Brasileiro. Amazônia – Pelotões Especiais de Fronteira. **Revista Verde Oliva**. Brasília-DF. Ano XXXIII, nº 189, jul/ago//set 2006. p.40-44.

_____. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 03 mai. 1979. Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1.979.

_____. IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Acesso em mai 2016 (Brasilhttp://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=14. 2010.

_____. **Ministério da Defesa – Estado Maior do Exército. IP 72-20: O Batalhão de Infantaria de Selva**. Brasília. 1997.

_____. Ministério da Defesa Gabinete do Ministro. **Portaria Normativa Interministerial nº 2.203**, de 26 de julho de 2013. DOU de 01/08/2013 = (nº 147, Seção 1, pág. 10).

_____. Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.484 de 30 de junho de 2005. **Dispõe sobre a Política de Defesa Nacional**. Brasília. 2005.

NASCIMENTO, L. L.; MARINHO, B. C. Atuação do Exército Brasileiro no combate aos crimes transfronteiriços e ambientais na Amazônia. **XXIV Encontro Nacional do CONPEDI – UFS**. Direito penal, Processo Penal, Constituição I. Encontro Nacional do CONPEDI/UFS, 24: 2015: Aracaju, SE. 2015.

SILVA, V. A. Fortes e Pelotões Especiais de Fronteira na Amazônia: O Exército Brasileiro como fator de ocupação, defesa e desenvolvimento regional. In: PACHECO, J. E. C. (Org.) **Socioambientalismo de Fronteiras Relações Homem-Ambiente na Amazônia** Vol. III. Curitiba – PR. Ed Juruá, 2015. p. 69-87.

RELAÇÃO BILATERAL BRASIL-COLÔMBIA: OPERAÇÃO COBRA

Bianca Batista de Melo¹

Resumo

A implantação do Plano Colômbia, uma ação conjunta entre o governo colombiano e norte-americano angariou certas implicações no âmbito regional, pois ultrapassou os limites do país. O Brasil temia que as atividades de tráfico de drogas e grupos paramilitares penetrassem a fronteira². A região amazônica tornou-se zona prioritária no patrulhamento das fronteiras e manutenção da soberania nacional, uma das razões para esse enfoque na área foi a situação apresentada em pela Colômbia. A Operação COBRA ocorreu no início dos anos 2000, é tida como a maior ação realizada pela Polícia Federal na fronteira do Brasil com a Colômbia³. A operação visava empreender um controle nas vias de acesso da fronteira Brasil-Colômbia a fim de atuar no combate ao narcotráfico através de ações combinadas entre a Polícia Federal, Forças Armadas e instituições equivalentes colombianas. O presente artigo por meio de pesquisa bibliográfica, destacará o histórico para a implantação da Operação COBRA, seu funcionamento e suas metas.

Palavras-chave: Brasil; Colômbia; Defesa.

Introdução

A restauração dos regimes democráticos na América Latina a partir de meados dos anos 1980, abriu espaços para outras abordagens entre os países, pois sociedade e Estado passavam por redefinições. Entretanto, ainda hoje apesar das várias políticas desenvolvidas existe no Brasil um grande desconhecimento sobre as origens, a natureza e a evolução do conflito colombiano no que tange os assuntos do tráfico de drogas e a presença de guerrilhas no país vizinho. A sociedade brasileira é informada de maneira superficial, pois o tema não recebe tanta relevância da mídia.

¹ Graduando de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima.

² Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/br.html>>. Data de acesso: 25 mar. 2016.

³ Disponível em: <<http://www.terra.com.br/brasil/2000/09/26/098.htm>>. Data de acesso: 25 mar. 2016.

O acompanhamento do conflito é mais presente e pode-se caracterizar como restrito as esferas da segurança, como Ministério da Defesa, Polícia Federal, Agência Brasileira de Segurança, entre outros. Esse seguimento ocorreu devido o conflito ser interpretado como uma ameaça direta para o Brasil.

O Plano Colômbia, ação conjunta do governo norte-americano e colombiano, apresentou implicações na sua implantação pois ultrapassava os limites da Colômbia. Nesse contexto surgem temores por parte do Brasil de que os problemas colombianos ultrapassassem as fronteiras.

A Operação COBRA (nome definido pelas primeiras sílabas de Colômbia e Brasil) se apresentou como “resposta”, pois esta através da cooperação entre a Polícia Federal, Forças Armadas e instituições equivalentes da Colômbia, objetivava um controle mais efetivo nas vias de penetração da fronteira Brasil-Colômbia para combater o tráfico de drogas através de ações combinadas. O artigo busca enumerar as razões que levaram o governo brasileiro a desenvolver tal Operação, seu funcionamento e seus objetivos, além do Plano Colômbia e suas implicações no Brasil fazendo o uso de pesquisa bibliográfica.

Plano Colômbia

Durante as décadas de 1980 e 1990 o tráfico de entorpecentes possuiu um crescimento notável no território colombiano, houve o aumento das plantações de coca e o deslocamento do sistema produtivo para a Colômbia, enriquecendo os carteis da região rapidamente, estes últimos por sua vez eram responsáveis pela produção e distribuição de grande parte da substância consumida principalmente nos Estados Unidos.

O denominado Plano Colômbia foi criado pelo governo dos Estados Unidos, oficialmente para combater o narcotráfico e sua produção. Também visava a desestruturação das guerrilhas ali presentes, por exemplo, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

O Plano possuía outras estratégias voltadas para a pacificação do país, reformas sociais, reforma do sistema jurídico, combate a corrupção e o desemprego, fortalecimento político e econômico, porém a estratégia antinarcóticos ganhou maior atenção, além do que a maior parte dos investimentos e ações dos EUA foram voltados para esse item. Isto é, embora tal seja descrito de forma inicial como humano e social, mostrou-se de iniciativa essencialmente militar.

A partir de 1999, o Plano entrou em funcionamento. Neste período a Colômbia passava por problemas internos, dentre eles, alta taxa de desemprego, elevados níveis de violências. A presença do Estado era inexistente em algumas regiões onde os grupos armados detinham o controle.

O Plano contava com o apoio financeiro e militar norte-americano e trabalho conjunto com o governo colombiano. A presença de guerrilhas espalhadas no território colombiano acabou criando empecilhos nas ações de combate ao tráfico dos entorpecentes.

O combate a produção da coca teve início sobre os camponeses, os quais em muitos casos eram forçados a produzi-la pelos traficantes, as ações eram em grande parte a fumigação das roças de coca, realizada com substâncias nocivas as pessoas que ali habitavam.

As FARC's viram nesta operação bilateral entre Colômbia e Estados Unidos da América uma violação da soberania do Estado colombiano, alegando que a Colômbia estava atendendo aos interesses norte-americanos. Conseqüentemente, o Plano Colômbia ultrapassou os limites do país levando a tensões regionais com seus países vizinhos, ou seja, a condução do Plano tornou-se um problema regional.

Relações Brasil-Colômbia a partir da década de 1980

A relação da Colômbia com seus vizinhos, especificamente o Brasil foi marcada historicamente por indiferenças mútuas. De acordo com Marta Ardilla, o Brasil “pouco se interessava pela Colômbia e menos ainda por sua fronteira devido ao distanciamento comercial e cultural”⁴.

As relações externas podem-se destacar três pontos. Ambos países eram os maiores produtores de café e em 1993 por meio da Associação de Países Produtores de Café tentaram recuperar os preços internacionais do produto que estava em desvalorização desde o final da década de 1980. Além disso, durante as décadas de 1980 e 1990 houve negociação relativa a agenda de cooperação judicial, policial e militar, o que resultou na assinatura em 1981 de um acordo antidrogas e em 1991 um ajuste complementar sobre a cooperação judiciária. Essas iniciativas são consideradas insuficientes. Analisando politicamente, os governos têm visões contrárias em dois pontos: o Plano Colômbia e o Brasil no processo de negociação de paz. O Plano Colômbia, de iniciativa norte-americana é implementada durante o governo Pastrana, é visto com muita reserva pelos formuladores da política externa brasileira, que suspeitam de uma militarização das regiões andina e amazônica a partir da Colômbia.

⁴ ADILLA, Marta. La política exterior de Colombia hacia sus vecinos. Evolución, mecanismos y retos. In: ARDILLA, Marta, CARDONA, Diego e TICNER, Arlene (eds.). Prioridades e desafios de la política exterior colombiana. 2002, p. 332.s

“Para o Brasil, quatro observações sobre possíveis desdobramentos do Plano Colômbia podem ser ressaltadas: a) não se aceita eventual transferência do teatro de operações de qualquer ator armado para o território brasileiro; b) refuta-se qualquer participação militar no conflito colombiano; c) mesmo entendendo que a probabilidade de cenários adversos para a Amazônia brasileira é pequena, o Brasil procura proteger-se de eventuais desdobramentos; e d) o aprimoramento da capacidade de resposta dos órgãos estatais brasileiros na Amazônia se dá exclusivamente nesse contexto defensivo”. Com relação a divergência relativa a participação do Brasil no processo de paz colombiano. A posição oficial do governo brasileiro pode ser resumida da seguinte forma: a) a busca de uma saída negociada ao conflito; b) a adoção da mediação internacional do conflito, observado o princípio de não-intervenção, devendo a mediação ocorrer a partir de solicitação formal da Colômbia; c) recusa de reconhecimento das Farc e outros grupos guerrilheiros como terroristas (VILLA, R. A. D.; Ostos M. del Pilar, 2005, p. 21-22).

Durante o governo de Pastrana houve uma intensa negociação com as FARC, um dos facilitadores nesse processo foi a “Comissão de Países Facilitadores para o Processo de Paz”, o Brasil não foi convidado para compor tal grupo, embora angrariasse. Com os presidentes Lula e Uribe houve maior dialogo, aproximação das visões sobre o conflito, mas ainda alguns pontos divergentes mantinham-se.

Projeto Calha Norte e os sistemas SIVAM/SIPAM

Durante o século XX houve pelo governo brasileiro políticas de incentivo à colonização e integração da Amazônia. Posteriormente, essas iniciativas se associaram a indispensabilidade de proteger e preservar o local.

No decorrer do período militar e depois com a redemocratização, a política de defesa do Brasil passou por readaptações em seus objetivos em certos setores.

O Projeto Calha Norte (criado em 1985) foi um programa destinado inicialmente para promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável para região ao norte do rio Amazonas. Tal programa ultrapassa o aspecto de vigilância da região Amazônica, de interesse político-estratégico. Em virtude de tais desdobramentos na região foi ampliada sua área de abrangência (BRASIL, 2012).

Já década de 1990 o governo brasileiro decidiu implantar uma política que proporcionasse o desenvolvimento da região amazônica, foi nesse período que foram apresentados os projetos Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). Esses projetos ressaltavam a ciência do Brasil de sua responsabilidade na preservação da Amazônia, visando uma melhor qualidade de vida, desenvolvimento sustentável o que contribuiria para um equilíbrio ecológico do planeta.

A região amazônica tornou-se zona prioritária no patrulhamento das fronteiras e manutenção da soberania nacional, uma das causas foram as ameaças mais concretas oriundas principalmente do território colombiano.

A abrangência dos projetos SIVAM/SIPAM e Calha Norte não é restrita a áreas florestais.

Devido à importância estratégica e econômica da Amazônia ao país torna-se necessário considerar a extensão e a diversidade da área, a distribuição irregular da população, a dificuldade de controle e vigilância na área de fronteira, além das dificuldades de transportes, comunicação, deficiências da infraestrutura social no que se refere à mão-de-obra, saúde e economia, entre outros aspectos (LOPES; FERRAZ, s/d, p. 10).

De acordo com o Ministério da Defesa do Brasil, “o SIPAM tem como objetivo a integração e difusão de conhecimentos para permitir o planejamento e a coordenação de ações entre os vários organismos que têm atuação no cenário amazônico.” (DEFESA, 2010, p.2). A fim de assegurar que o SIPAM funcionasse de maneira plena foi necessário elaborar um mecanismo de detecção e transmissão de dados e informações, logo, para alcançar tal objetivo desenvolveu-se o SIVAM.

Operação COBRA

A preocupação por parte brasileira sobre possíveis consequências dos conflitos na Colômbia era nascente, embora diversas razões como o crescimento das guerrilhas, crise de legitimidade do Estado colombiano e suas repercussões nas relações internacionais na América do Sul já ofertavam um quadro conflituoso.

As primeiras iniciativas do governo brasileiro quanto a questão colombiana começou em meados dos anos de 1999 e 2000, por exemplo, a Operação COBRA e em 2002, houve uma intensificação na aplicação das políticas de controle na área limítrofe.

A operação COBRA foi criada em 2000 com o objetivo de empreender um controle nas vias de penetração na fronteira Brasil-Colômbia para atuar no combate ao narcotráfico por meio de ação combinada entre a Polícia Federal, Forças Armadas e instituições equivalentes colombianas. Houve o estabelecimento de diversas bases da Polícia Federal a fim de controlar as vias fluviais e pistas clandestinas que serviam para tráfico de ilícitos na região.

A crise colombiana ganha concretude para o Brasil em lugares específicos. Em certos pontos da fronteira, as externalidades para o Brasil são apresentadas de forma

mais explícita. O Brasil compartilha aproximadamente 1.790 km⁵ de fronteiras com a Colômbia, em áreas de selva, pouco povoadas e de difícil acesso mesmo com a gama de vias fluviais. A região conhecida por “Cabeça do Cachorro” tradicionalmente ocupa grande atenção das autoridades, é conhecida por ter se tornado um grande corredor do tráfico de drogas e de armas fazendo uso da malha fluvial da região para escoamento usando pequenas embarcações.

A tendência de aprofundamento da interdependência se torna notável entre o Brasil e seus países fronteiriços, implicando num maior grau de exposição da sociedade brasileira as dinâmicas e externalidades.

A Operação contou com uma estrutura permanente da Polícia Federal e o apoio das unidades militares ali presentes. Também haviam trocas de informações entre os governos colombiano e brasileiro.

Um acordo bilateral relativo ao controle dos voos ilícitos para a repressão a criminalidade e ao terrorismo foi ratificado, a Lei do Abate foi regulamentada. Os mecanismos para o funcionamento dessa lei são os serviços de informação da Força Área Brasileira, Delegacia da Polícia Federal, Agência Brasileira de Informação e também da infraestrutura na Aeronáutica hábil para identificar de maneira imediata as aeronaves irregulares. Os serviços de informação viabilizam a identificação das rotas, áreas além das estratégias dos traficantes.

Entre os anos de 2002 a 2006 foram realizadas Operações Combinadas com enfoque na fronteira Brasil-Colômbia-Peru, além de acordos bilaterais. Também houve a ampliação de verbas e área de atuação do Projeto Calha Norte, além do início do funcionamento do SIVAM que acabou se estendendo aos países vizinhos.

O município de São Gabriel da Cachoeira localizado no estado do Amazonas recebeu o 2º Batalhão de Infantaria de Selva que anteriormente era no Rio de Janeiro, além da criação do 9º Distrito Naval com sede na capital amazonense.

No ano de 2004 foi aprovado o decreto que regulamenta a abordagem da Patrulha Naval para a inspeção de navios e embarcações, o objetivo de tal seria a implementação e fiscalização do cumprimento de regulamentos e leis, nas águas pertencentes ao Brasil, na sua Plataforma Continental e no alto-mar, respeitando os tratados, convenções e atos internacionais ratificados pelo Brasil.

⁵ Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/br.html>>. Data de acesso: 25. Mar. 2016.

Considerações Finais

O Plano Colômbia desde a sua criação capturou atenção da comunidade internacional, devido a intensa participação norte-americana, o Plano teve atrelamento com política de segurança nacional americana, uma das razões é que a Colômbia ainda é o maior produtor de cocaína no mundo, além de possuir maior número de guerrilhas ativas na América Latina.

A Operação COBRA empreendeu a integração entre mecanismos de defesa dos países, no Brasil a Polícia Federal e as Forças Armadas e na Colômbia mecanismos equivalentes. Além disso foi dada maior atenção pelo Estado brasileiro a Amazônia por meio de programas de monitoramento, proteção, visando a segurança e defesa de seu território, assim como a preocupação ambiental com a região.

A Operação COBRA desenvolvida pelos governos brasileiro e colombiano na área de segurança, demonstra a regionalização do problema colombiano e o interesse do país vizinho cessa-lo.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasil, 2012. 370 p.

LOPES, J. C. S; FERRAZ, F.C.A. **O Plano Colômbia e seus reflexos no Brasil: Discursos, estratégias e ações**. Londrina, 11 p. Trabalho não publicado.

PAGLIARI, G.C. Segurança e defesa na América do Sul: a cooperação regional e o papel do Brasil. **Diálogo (Canoas)**, v. n. 16, p. 13-29, 2010.

VILLA, R. A. D.; OSTOS M. del Pilar. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. **Revista Brasileira de Política Internacional (Impresso)**, Brasília, v. 48, n. 2, p. 86-110, 2005.

VAZ, A. C. Impactos del Conflicto Colombiano en Brasil. **Colombia Internacional**, Bogotá, v. 43, p. 23-47, 2005.

SILVEIRA, W. A. **As FARC – EP, o Plano Colômbia e seus desdobramentos nas relações regionais**. 2014. 54 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

EPIDEMIAS GLOBAIS EMERGENTES

Noelline Freire Lemos¹
Rodrigo Alessandro Santana²

Resumo

A propagação internacional de epidemias infecciosas constitui-se como um grande desafio para a Saúde Global, tendo em vista que é crescente as questões transfronteiriças de saúde demandam novas formas de segurança internacional, nacional e regional, que incluem atores não tradicionais que irão compartilhar experiências e responsabilidades conjuntas globais pela saúde. Com a emergência de desafios de saúde para além das fronteiras nacionais, o tema está excedendo o âmbito técnico e se tornando essencial nas políticas externas e de segurança, assim como nos acordos comerciais. A propagação internacional de epidemias infecciosas configura pressões e problemas que abalam as barreiras entre a política doméstica e a internacional, em como as preocupações relativas a soberania do Estado-Nação e à inserção internacional. Assim, historicamente, o campo da saúde tem sido delimitado por uma abordagem positivista na qual as doenças, apesar de serem consideradas uma ameaça à ordem e a estrutura social, eram focadas essencialmente na existência dos indivíduos e no prisma clínico. Em função disto este breve artigo busca trazer um olhar acerca deste tema de crescente importância na agenda de segurança internacional e nas agendas de pesquisa em relações internacionais.

Palavras-chaves: Epidemias; Segurança Internacional; Emergentes.

Introdução

A noção de segurança em relações internacionais sempre foi bastante controversa, permeada por uma infinidade de debates não resolvidos acerca de seu verda-

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Roraima. E-mail: noellinefreire@gmail.com

² Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Roraima. E-mail: rodrigasantana.rr@gmail.com

deiro significado. As correntes de pensamento dessa área, interpretam a segurança do ponto de vista da segurança estatal, isto é, o medo de possíveis ameaças militares entre Estados. Essa visão pessimista da segurança internacional é compartilhada pelos contemporâneos neorealistas, como Kenneth Waltz e John Mearsheimer, que identificam a balança de poder como a característica central do sistema internacional (WALTZ, 1979; MEARSHEIMER, 1990).

No entanto a agenda de segurança se alargou e novos temas têm sido inseridos como importantes um deles são as epidemias infecciosas emergentes, onde a incidência esta aliada a atores sociais, tecnológicos e ambientais. A propagação internacional de epidemias infecciosas constitui-se como um grande desafio para a Saúde Global, tendo em vista que as questões de saúde demandam novas formas de segurança internacional.

Seguindo essa perspectiva, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foi a primeira iniciativa a “abraçar” oficial e institucionalmente essa noção de segurança do indivíduo. Em 1994, foi lançado o Relatório de Desenvolvimento Humano, que listava as diferentes categorias nas quais a segurança humana poderia estar em risco (segurança alimentar, econômica, pessoal, comunitária, ambiental, política etc.) e que propunha uma série de medidas com o objetivo de institucionalizar de fato o conceito de segurança humana e a necessidade de respostas globais aos mais diversos problemas relacionados às epidemias infecciosas.

Na tentativa de conter o avanço das epidemias e de seus efeitos devastadores, diversos programas foram lançados, em especial capitaneados por organismos do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), de modo a melhorar a conjugação das políticas dos governos nacionais e mobilizar forças internacionais em torno de políticas e objetivos comuns.

Assim, o que o presente trabalho procura entender é como a noção de segurança mudou ao longo das últimas duas décadas de modo a permitir a inclusão de um tema de saúde como uma das principais ameaças à estabilidade de regiões do planeta, algo impensável dentro de uma agenda de segurança estritamente militar, e ainda como o processo securitização, será explorado dentro desse novo tema de agenda.

Segurança Internacional: Abordagens Teóricas

A segurança envolvendo as questões domésticas de um estado é vista de outra perspectiva nos dias atuais. Com o estreitamento das relações entre os Estados, nos deparamos com uma realidade de incertezas, que são refletidas na insegurança. Um desafio que ultrapassa as fronteiras, tanto física quanto do mundo das ideias.

Pensando em num contexto mais globalizado, podemos por em ênfase à discussão em torno da segurança internacional, um tema indispensável das agendas dos Estados, e que passou a ter destaque ainda maior com o final da Grande Guerra. Em Baylis (2005) encontramos três definições de segurança:

Uma nação está segura na medida em que não esteja correndo risco de sacrificar valores centrais se deseja evitar a guerra e seja capaz, caso desafiada, de mantê-los por meio da vitória em tal guerra.

Segurança, em um sentido objetivo, mede a ausência de ameaças a valores adquiridos, e em um sentido subjetivo mede a ausência do medo de que tais valores serão alvo de ataque.

Segurança estável só pode ser alcançada por pessoas e grupos se eles não privarem outros dela mesma; isso pode ser alcançado se a segurança for concebida como um processo de emancipação.

No campo das Relações Internacionais, os estudos de segurança se consolidarão no decorrer do século XX. É durante esse momento que surgem linhas de pensamentos que definem a dinâmica do processo de segurança envolvendo os estados.

Dados os conceitos sobre a segurança, vale destacar que a proteção do espaço físico dos países era o principal foco dos agentes que lutavam pela soberania dos Estados. Mas outras questões passaram a fazer parte das discussões como as que envolvem o meio ambiente e a saúde.

Segundo Santos (2013), essas novas perspectivas, chamadas de “abrangentes”, passaram a desafiar a concepção tradicional de segurança ao alargar e aprofundar os estudos de segurança, tanto horizontal quanto verticalmente. Horizontalmente, os estudiosos abrangentes acreditam que, de fato, o conceito de segurança expandiu-se de uma jurisdição militar para outros setores tais como ambiental, econômico, societal e político.

Com a mudança no contexto econômico mundial, principalmente, relacionada com a crise do petróleo, o conceito de segurança internacional passa a demandar de novos elementos, que não tinham a ver apenas com questões militares. As novas abordagens teóricas vão se encontrar no pensamento ideológico construtivista.

Conforme ressalta Baylis (2005), os teóricos construtivistas têm um modo de pensar a política internacional bastante diferente daquele neorrealista. Para os construtivistas sociais, a estrutura é produto de relações sociais compostas de elementos como recursos materiais, conhecimento compartilhado e práticas. Adler (1999, p. 205) ressalta que o construtivismo é a perspectiva “segundo a qual o modo pelo qual o mundo material forma a, e é formado pela, ação e interação humana depende de interpretações normativas e epistêmicas dinâmicas do mundo material”.

É desse modo que o construtivismo perpassa a criação da Escola de Copenhague e sua “teoria de securitização”: a Escola considera que as ameaças são socialmente construídas, ao contrário do ideário tradicionalista que as toma como algo objetivo. A securitização e seus critérios, para os pensadores da Escola de Copenhague, são atividades intersubjetivas, por meio das quais um dado ator procura identificar a existência de uma ameaça à sobrevivência de um objeto referente (BUZAN et al., 1998).

Baseado nos conceitos sobre segurança, anteriormente empregados nesse artigo, vamos fazer uma análise das questões relacionadas a preocupação com saúde. Nosso foco é tratar dos problemas ocasionados pelas epidemias de doenças infecciosas, que ameaçaram e as que continuam ameaçando os países, que buscam criar mecanismos de proteção de suas fronteiras, contra um possível mal que possa prejudicar a população.

As epidemias infecciosas fazem parte da história da humanidade, mas pouco era feito para tentar evitar que a população mundial fosse afetada. Com o processo de fortalecimento da soberania dos Estados e, conseqüentemente, da proteção das fronteiras, a busca de mecanismos para combater o mal causado pelas epidemias de doenças infecciosas ganhou força. Nesse contexto, vale ressaltar o papel do Estado como agente de defesa para garantir a segurança da população.

De acordo com Silva (2014), as epidemias infecciosas têm sido entendidas pela literatura especializada como parte das novas dimensões de segurança internacional. Essa compreensão produz implicações que interferem ao mesmo tempo no campo das Relações Internacionais e no da saúde global: o desenvolvimento do regime e, conseqüentemente, da governança internacional desse segmento.

Em um cenário de mudanças das discussões sobre segurança, vemos uma posição mais ativa dos estados em adotarem uma postura mais humanizada de suas ações. A proteção do território, quem antes era a maior preocupação dos agentes estatais, deu espaço para as questões sociais, em que o ser humano passa a ter uma importância dentro desse novo sistema.

Epidemias globais emergentes e suas implicações para a segurança internacional

Antes de adentrar na análise das possíveis relações entre as epidemias globais e a teoria de segurança internacional, o objetivo deste capítulo é analisar previamente algumas literaturas que discute o entendimento das epidemias como um tema de

segurança. Nota-se que as epidemias são parte das chamadas novas dimensões da segurança internacional e procuram possíveis elos dessa aproximação.

A partir da contribuição de autores sobre o assunto, foi possível apresentar uma prévia forma de organizar essas abordagens, apresentando uma classificação preliminar de três abordagens para a relação entre epidemias globais e segurança internacional: (1) securitizadora; (2) “health security”; (3) segurança humana;

Na abordagem securitizadora, a partir da década de 1980, o campo de estudo das Relações Internacionais abrigará uma nova ordem de caráter ontológico e epistemológico. Talvez a mais expressiva evidência desse novo debate seja a respeito do alargamento do conceito de segurança internacional (KRAUSE; WILLIAMS, 1996; BALDWIN, 1997; WALT, 1991).

Para Keohane (1984), a segurança não era mais temática única ou prioritária na agenda internacional e a cooperação entre os Estados era capaz de modificar os interesses e expectativas desses atores devido ao alto custo relativo dessa atividade. Segundo David Fidler (2002), a segurança nesse caso deriva dos esforços cooperativos dos Estados para manter a paz e a segurança coletivamente, e, por isso, é entendida como “segurança comum”.

Outras contribuições consistentes para os estudos de segurança, e para uma redefinição do conceito de segurança internacional, segundo Buzan (1997), a produção desse campo acadêmico varia no espectro epistemológico com contribuições pós-modernas e críticas (HANSEN, 1997; KRAUSE, 1998), até posições positivistas (WENDT, 1999). O que une essa corrente é o entendimento do mundo e dos fatos enquanto construção social: o que nos leva a entender inclusive o conceito de segurança também enquanto fruto da interação social, e não como um dado concreto.

A importância da teoria da securitização para o entendimento da segurança internacional é evidente em, pelo menos, duas características: em primeiro lugar, a abordagem multissetorial, a base teórica para o alargamento da concepção de segurança.

Em segundo lugar, a teoria argumenta que o processo de securitização se dá por meio do ato de fala (BUZAN et al., 1998; WAEVER, 2000), o que advoga pela compreensão da segurança enquanto um processo de construção social de significados por um ator interessado em securitizar um objeto.

Compreender essa relação sob esse olhar estipula necessariamente o reconhecimento de que a ameaça colocada pelas epidemias globais não são assuntos “naturais” da segurança nacional ou da defesa, mas, sim, construções sociais desenvolvidas e apropriadas pelos atores interessados nessa dinâmica e responsáveis por essa agen-

da. Nesse sentido, a abordagem securitizadora é a ênfase na dimensão processual da relação entre epidemias e segurança.

Davies (2008) procura compreender como a comunidade internacional – especialmente os Estados ocidentais e a Organização Mundial da Saúde (OMS), tem construído a noção de que as epidemias infecciosas são ameaças à segurança. Davis argumenta que os países desenvolvidos iniciaram o processo de securitização das doenças infecciosas a partir os anos 1990.

Securitizar as epidemias trouxe benefícios tanto para os Estados ocidentais quanto para a OMS, segundo Davies, Em primeiro lugar, delegar a responsabilidade para lidar com a ameaça das doenças infecciosas para a OMS beneficiou os Estados ocidentais, pois a atuação da Organização é revestida de um caráter de neutralidade – e também pelo sua função de ajuda humanitária, como argumentam outros autores - perante diversos países, especialmente aqueles avessos à intervenção ocidental em seus assuntos domésticos. Por outro lado, a OMS se beneficiou desse processo ao fortalecer seu papel normativo e sua autoridade sobre essa agenda, demonstrando ser um ator fundamental da saúde global.

A abordagem da *health security* procura compreender a relação entre epidemias e segurança internacional destacando o impacto daquelas sobre a estabilidade doméstica dos Estados. Dessa forma, a teoria da *health security* pontua que as epidemias globais representam riscos à segurança ao ameaçarem a estabilidade das sociedades, agindo “por de dentro dos Estados”.

O apreço pela dimensão social dos impactos das epidemias em um país, segundo Prescott (2007, p.3), as epidemias “colocam um desafio para a coesão social, para o desempenho econômico e para a legitimidade política” das sociedades. Por isso, essa abordagem enfatiza o foco nas capacidades dos Estados no combate e resposta às epidemias infecciosas como fatores fundamentais para a consecução e garantia da segurança doméstica, regional e global.

As bases conceituais que informam uma primeira sistematização do campo de estudos da *health security* foram propostas por Price-Smith (2002) no livro “The Health of Nations”. Ao reconhecer que a propagação global das epidemias globais não ameaça propriamente a espécie humana, mas sim a prosperidade e estabilidade das sociedades, o autor procura compreender o impacto das epidemias sobre a capacidade estatal. Price-Smith defende que altos índices de epidemias infecciosas podem trazer consequências severas para economias, instituições políticas, contingentes militares, sistemas educacionais, entre outros (YOUDE, 2005).

As epidemias globais impactam a capacidade do Estado nas dimensões da economia e da governança política. No domínio econômico, elas afetam a estabilidade doméstica dos Estados ao afligirem a população trabalhadora, que, geralmente, pertence ao meio social com menor poder aquisitivo e é, portanto, mais vulneráveis. Em um caso extremo, o comprometimento da força trabalhadora afeta a produtividade da economia ao gerar o aumento dos gastos com substituição de pessoal.

A propagação de epidemias em larga escala também gera mudança nos padrões de consumo ao forçarem as famílias a redistribuírem seus orçamentos no esforço de aquisição de tratamentos médicos para a doença (PRICE-SMITH, 1999). Além de comprometer o crescimento econômico futuro de um país.

A terceira abordagem que procura compreender como as epidemias globais infecciosas são relevantes em termos de segurança internacional, e está articulada em torno da concepção de segurança humana. Esse conceito foi proposto em 1994 na publicação do Human Development Report, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e, em síntese, identifica o indivíduo como o ente adequado da segurança internacional, e não os Estados.

A proposta dessa nova dimensão de segurança a adoção desse novo conceito, seus proponentes e posteriores adeptos procuram chamar a atenção para a necessidade de considerar os indivíduos inseridos em contextos de vulnerabilidade e risco – sejam eles de ordem ambiental, econômica, social ou política, nas dimensões de segurança internacional. Por isso, a segurança humana é um conceito de aplicação acadêmica com conotação política.

De acordo com o relatório do (PNUD), a segurança humana é um conceito universal, centrado nas pessoas, cujos componentes são interdependentes. Apesar de o relatório não trazer uma definição direta e explícita do termo, alguns autores esboçaram desde então algumas conceituações. Segundo Sen (2000, p.1), a segurança humana diz respeito à habilidade de “levar uma vida sem ter a sobrevivência ameaçada ou a dignidade prejudicada”.

No entanto, para Maclean (1998), o conceito refere-se à segurança do indivíduo em seu meio, comunidade ou ambiente. Enfatizando a dimensão socioeconômica, King e Murray (2001, p.585), definem segurança humana como “o número de anos de vida futura passados fora do estado de ‘pobreza generalizada’”.

Nesse sentido, é evidente a abrangência instrumental e a variedade temática contidas nessa concepção de segurança humana. Isso fez com que o conceito ganhasse aplicação em diversas agendas da política internacional: direitos humanos, meio-ambiente, segurança trabalhista, reconstrução das capacidades estatais, etc.

No caso da abordagem da relação entre segurança e epidemias globais infecciosas proposta aqui, as contribuições informadas pelo conceito de segurança humana priorizarão a análise desse fenômeno como parte da relação mais abrangente entre saúde global e segurança.

Segundo Pereira (2008), o conceito de segurança humana apresenta-se como uma doutrina emancipatória, pacifista e em prol dos direitos humanos. No entanto, o autor argumenta, que a securitização das doenças epidemias infecciosas, os países ocidentais têm se apropriado desse conceito nas tentativas de securitização do tema como forma de reforçar seu poder hegemônico liberal no pós-Guerra Fria (PEREIRA, 2008).

A securitização das epidemias globais

Uma das principais características das epidemias globais é sua singularidade. Nesse aspecto, não é tanto sua escala que tem sido singular, mas sim seu imenso impacto sobre as práticas de saúde pública ao redor do mundo, sobre os direitos humanos e sobre a segurança internacional (MATIC, 2006).

Ao longo da história, o ser humano defrontou-se com uma diversidade de doenças infecciosas, que algumas vezes tomaram proporções de epidemia e pandemia, custando a vida de milhares de pessoas nas mais diferentes partes do mundo, muitas vezes causando profundas transformações econômicas, políticas e sociais.

A descoberta de antibióticos, o desenvolvimento de vacinas e seu uso em campanhas de alcance global, a criação da Organização Mundial da Saúde (OMS) e o progresso quanto às questões sanitárias em geral sinalizavam uma nova era, na qual seria cada vez mais raro morrer por uma doença infectocontagiosa.

De acordo com McInnes (2008), há três razões que explicam o porquê de as epidemias infecciosas despertarem preocupação na comunidade de segurança internacional: a disseminação dessas doenças pode representar uma ameaça direta à saúde e ao bem-estar dos indivíduos que deveriam ser protegidos pelo ente estatal e, pela primeira vez em pelo menos meio século, isso inclui populações de Estados ricos e poderosos; uma epidemia global pode causar perturbações sociais e ameaçar a estabilidade de um Estado, diminuindo a confiança na capacidade do Estado de prover um nível mínimo de proteção contra a doença e acentuando diferenças sociais.

E ainda uma epidemia em larga escala também pode contribuir para um declínio econômico generalizado, retirando pessoas do mercado de trabalho, forçando o governo a direcionar maior parcela dos recursos para a área da saúde, aumentando os custos dos seguros de saúde e reduzindo o investimento externo.

Algum grau de securitização em torno das epidemias globais, ainda é um processo que careça de aprofundamento, pois serve para abrir os olhos do mundo à necessidade de se investir tempo, pesquisa e recursos no combate à doenças.

Apaziguar o impacto social e econômico avaliar os impactos da epidemia e desenvolver estratégias para dirigir-se a eles, incluindo erradicação da pobreza e outras voltadas para mulheres, idosos, famílias e comunidades, bem como políticas de desenvolvimento para conter o impacto do vírus sobre o crescimento econômico, força de trabalho e recursos públicos.

Considerações Parciais

No contexto da mundialização, a presença de novas ameaças implica na presença de novas estratégias de securitização, e as epidemias globais operam em zonas escuras que as vezes escapam do controle Estatal. Abrir a agenda de segurança para novas ameaças existentes, torna-se uma questão securitária, pois esses novos fatores contemplam um cenário de vulnerabilidade social que pode variar entre os Estados e as regiões.

As novas facetas da segurança trás um crescente entendimento de que as novas dimensões do mundo globalizado, caracterizam-se por problemáticas da segurança nacional ou internacional, nem sempre a segurança abordará temas de dimensão militar ou ao risco de guerra, mas com o advento da globalização e das inovações tecnológicas, a agenda de segurança alarga-se para além do eixo militar.

Nesse contexto, ainda que a estratégia de securitização, tragam importantes medidas para ajudar as populações mais afetadas pelas epidemias, nada indica que novos surtos não venham a ocorrer no futuro, e se esta estratégia não vier acompanhada de transformações sociais, que elevem a redução da pobreza, à construção de infraestruturas eficientes de saúde, de nada valerá o esforço.

Referências bibliográficas

BALDWIN, David A. The concept of security. **Review of International Studies**, v.23, 1997.

BAYLIS, J. International and global security in the Post-Cold War Era. In: BAYLIS, J; SMITH, S. **The Globalization of World Politics**. Oxford: Oxford University, 2005. Cap. 12, p. 35-67.

BUZAN, Barry. Rethinking Security after the Cold War. **Cooperation and Conflict**, v.32, n.1, p.5-28, 1997.

BUZAN, B; WÆVER, O. De WILDE, J. **Security: a New Framework for Analysis**. Boulder and London: Lynne Rienner, 1998.

DAVIES, S. E. Securitizing infectious diseases. **International Security**, v.84, n.2, 2008.

FIDLER, David. **Global health governance: overview of the role of international law in protecting and promoting global public health**. 2002. Disponível em: <<http://apps.who.int/iris/handle/10665/68936>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

HANSEN, Lene. A Case for Seduction? Evaluating the Poststructuralist Conceptualization of Security. **Cooperation and Conflict**, v.32, n.4, p.369-397, 1997.

KEOHANE, Robert O. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KING, Gary; MURRAY, Christopher. Rethinking Human Security. **Political Science Quarterly**, v. 116, n.4, p.585-611, 2001.

KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael C. Broadening the Agenda of Security Studies: Politics and Methods. **Mershon International Studies Review**, v. 40, n. 2, 1996.

KRAUSE, Keith. The Research Program of “Critical Security Studies”. **Cooperation and Conflict**, v.33, n.3, p.-298-333, 1998.

MACLEAN, George. **The Changing Perception of Human Security: Coordinating National and Multilateral Responses, The United Nations and the New Security Agenda**.1998. Disponível em: <www.unac.org/canada/security/maclean.html>. Acesso: 23 fev. 2016.

MATIC, S. Twenty-Five Years of HIV/AIDS in Europe. In: MATIC, S; LAZARUS, J. V.,DONOGHOE, M. C. (Orgs.). HIV/AIDS in **Europe: Moving from death sentence to chronic disease management**. WHO: Genebra, 2006.

McINNES, C. Health In: WILLIAMS, P. (Ed.). **Security studies: An introduction**. Nova Iorque: Routledge, 2008.

MEARSHEIMER, J. Back to the future: Instability in Europe after the Cold War. **International Security**. v. 15, n. 1, 1990. Disponível em: <<http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/A0017.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

PEREIRA, Ricardo. Processes of Securitization of Infectious Diseases and Western Hegemonic Power: A Historical-Political Analysis. **Global Health Governance**, v.II, n.1, 2008.

PERTERSON, Susan. Epidemic disease and national security. **Security Studies**, v.12, n.2, 2002.

PRESCOTT, E. M. The Politics of Disease: Governance and Emerging Infections. **Global health governance**, v.1, n.1, 2007.

PRICE-SMITH, Andrew T. **The Health of Nations**: infectious disease, environmental change and their effects on national security and development. MIT Press, 2002.

PRICE-SMITH, Andrew T. Ghosts of Kigali: Infectious Disease and Global Stability at the Turn of the Century. **International Journal**, v. 54, n. 3, 1999.

SANTOS, Lucas. **O hiv/aids e a teoria de securitização**: a epidemia como um problema de segurança internacional. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

SEN, Amartya. Why Human Security? In: **International Symposium on Human Security**, Tokyo, 2000.

SILVA, Felipe. **Governança de Novas Dimensões de Segurança Internacional**: doenças infecciosas emergentes. Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

WALT, Stephen M. The Renaissance of Security Studies. **International Studies Quarterly**, v. 35, n. 2, 1991.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. New York: McGraw Hill, 1979.

WAEVER, Ole. The EU as a Security Actor: Reflections from a Pessimistic Constructivist on Post-Sovereign Security Orders. In: KELSTRUP, M.; WILLIAMS, M.C. **International Relations Theory and the Politics of European Integration**. Londres: Routledge, 2000.

WENDT, Alexander. **Social theory of international politics**. Cambridge University Press, 1999.

YOUDE, Jeremy. Enter the Fourth Horseman: Health Security and International Relations Theory. **Whitehead J. Dipl. & Int'l Rel**, v.193, n.6, 2005.

SEGURANÇA REGIONAL: O CASO DO CONTRABANDO DE ALHO NA FRONTEIRA BRASIL - GUYANA

*Kely Cristina de S. Lúcio¹
Fernanda M. Silva²*

Resumo

Na fronteira Brasil – Guyana há grande incidência de crimes como o contrabando de produtos importados, tráfico de drogas, passagem de veículos roubados, entre outros. A dinâmica existente nessa zona fronteira é característica do Sub-Complexo Segurança Regional Andino, conforme definido por Buzan. Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar a porosidade existente na fronteira, a partir do estudo de caso sobre o contrabando de alho utilizando dados de apreensões da Polícia Rodoviária Federal. Para isso, inicialmente, será dada uma breve explanação acerca da teoria do Complexo de Segurança Regional da América do Sul, de forma a melhor compreender a dinâmica da região sulina, antes de adentrar na questão do contrabando do alho, observando a grande vulnerabilidade existente nessa fronteira.

Palavras-chave: alho; contrabando; fronteira; segurança regional.

1. Introdução

A condição do Estado Roraima, que é faz parte de uma região de tríplice fronteira, interligado à Guyana³ pela BR-401, e à Venezuela pela BR-174, requer maiores cuidados em questões de segurança nacional, visto que são duas portas de entrada de fatores diversos, incluindo os crimes transnacionais. O contrabando de determinados alimentos vem crescendo rapidamente ao longo das rodovias amazônicas, representando inclusive, perigo a saúde pública.

Historicamente, na fronteira com a Guyana, os crimes de maior incidência são o contrabando de produtos importados, tráfico de drogas e a passagem de veículos

¹ Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima. E-mail: kelylucio@hotmail.com

² Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima. E-mail: fernandams02@hotmail.com

³ Para este artigo adotou o termo Guyana. De acordo com as considerações de Oliveira (2010) a expressão Guiana faz referência à ex- Colônia Britânica.

roubados. Notou-se que no início de 2014, houve um salto no número de apreensões de produtos alimentícios contrabandeados. No caso dessa fronteira, o alho aparece como campeão em quantidades apreendidas, o que abriu espaço para pesquisa acerca do assunto. Entendeu-se dessa forma, que se trata de um assunto relevante, dado que é de questão social, sendo esta uma modalidade ainda não explorada cientificamente.

Objetivou-se mostrar a quantidade de apreensões realizadas durante o período de 2013 a 2014, ano de implementação do Núcleo de Operações Especiais (NOE), de forma a se fazer uma análise mais específica. Entendemos que esta pesquisa se propõe em suma, a alertar para a incidência do contrabando de produtos alimentícios

Este artigo está dividido em três partes: tópicos conceituais, abordando temas relevantes à pesquisa em questão; depois se discorre sobre as características da cidade de fronteira Bonfim – Lethen, tratando das relações ocorridas nessa região, incluindo também as atividades ilícitas. Também abordaremos brevemente sobre a atuação dos órgãos de segurança nessas áreas, e por fim, trataremos do contrabando do alho, que é o foco de nossa pesquisa.

Para isso utilizou-se como metodologia a análise bibliográfica e exploratória, com a seleção de livros, artigos, bem como notícias de jornais e sites oficiais, e entrevistas com alguns profissionais dos órgãos que atuam na fiscalização das fronteiras e rodovias do Estado. As entrevistas foram realizadas junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento⁴, Agência de Defesa Agropecuária de Roraima⁵ e Polícia Rodoviária Federal de Roraima⁶. O conteúdo foi exposto por meio de uma abordagem qualitativa e analítica.

2. Complexo de segurança sulamericano

A América do Sul é caracterizada como um Complexo de Segurança Regional (CSR) específica baseada na teoria originada na Escola de Copenhague e desenvolvida por Buzan e Waeber, os quais analisam a segurança internacional com foco no regional, partindo do pressuposto de que as ameaças setoriais transladam entre curtas distâncias. Essa teoria leva em consideração os aspectos de amizade e inimizade,

⁴ Entrevista feita com Ailton Guedes – chefe da divisão de defesa agropecuária e Juan Herrera Mast – fiscal federal agropecuário do MAPA.

⁵ Entrevista feita com Emílio Bernadon Neto – médico veterinário, setor de gerencia de produtos de origem animal da ADERR.

⁶ Entrevista feita com Thiago Vaz, agente da PRF/RR.

e relações de poder entre atores internos de um complexo de segurança com maior fluidez do que com os atores externos.

Desta forma, o complexo de segurança da América do Sul possui dinâmicas e preocupações diferenciadas do restante do continente, considerando não apenas aspectos estratégico-militar, mas também questões econômicas, sociais, políticas e ambientais. Assim, a agenda de segurança do pós Guerra Fria está pautada nas novas ameaças, destacando para a região sul-americana temas como drogas, crime organizado, tráfico de armas e seres humanos, contrabandos de ilícitos e suas respectivas atividades (BUZAN e WAEVER, 2003; PAGLIARI, 2013).

De acordo com Pagliari (2013) a agenda regional deparou-se com a perda da referência do “inimigo externo”, de forma que nessa região as principais preocupações não se originam da dinâmica intraregional, e sim de problemas relacionados ao desenvolvimento dos países como questão de pobreza extrema e exclusão social afetam a estabilidade e a democracia, contribuindo para a multiplicação de algumas ameaças a segurança do Estado.

Este Complexo apresenta problemas de segurança diversos, possuindo características subdivididas em duas regiões. De um lado tem-se a sub-região andina fazendo fronteira com o norte do Brasil e que tem sido o foco central das tensões, principal motivo da falta de confiança mútua, marcada por processos de securitização e militarização. De outro lado, encontra-se a cone-sulina, que engloba os países Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai estabelecendo uma boa dinâmica de aproximação com redução de conflitos, fortalecida a partir de acordos bilaterais, favorecendo cooperações securitárias nessa sub-região.

Para Pagliari (2013), o Brasil tem limitações regionais que dificultam sua atuação junto à região Andina ao não consolidar uma maior presença ativa. Como também, enfrenta crítica referente ao seu posicionamento no Cone Sul, a partir de situações como de graves crises diplomáticas, onde apresentou ausência ou incapacidade de atuar como líder regional e se apresentar como mediador, não fazendo valer seu *soft power*.

3. Conceitos de Fronteira

De forma simplificada, o conceito de fronteira está relacionado ao elemento geográfico delimitador, organizada jurídica e politicamente. Lima (2012) argumenta que “a origem histórica da palavra mostra que seu uso não estava associado a nenhum conceito legal e que não era um conceito essencialmente político”, e chama a

atenção para a sinergia desenvolvida no espaço fronteiro pelas comunidades que lá habitam.

Assim, a fronteira é assim caracterizada como espaço físico de intensa interação entre os indivíduos. Conforme Senhoras (2012), elas dinamizadas tanto por forças de limitação e separação, quanto por forças de contato e aproximação, orientando-se pela cooperação e integração na internacionalização. Nesse ambiente os indivíduos desenvolvem relações econômicas, sociais, políticas, culturais dentre outras, o que poderá gerar novas configurações para as pessoas que nela convivem.

O conceito de fronteira também está ligado ao campo econômico, na aplicação do protecionismo comercial, e às diretrizes de segurança e defesa nacional, no emprego de barreiras contra ameaças. Segundo Senhoras (2012), “trata-se de uma zona híbrida de forças centrípeta e centrífuga que podem ser observadas principalmente naqueles pontos fixos de interação mais intensa como as cidades-gêmeas”.

Quanto à delimitação da fronteira, no Brasil ficou definido o limite de 150 km de largura, conforme o art. 20º, §2º da Constituição Federal, configurando-a como área fundamental à Segurança Nacional. Simbolicamente, essa faixa territorial é caracterizada por uma maior incidência e propagação de ilícitos, nessa perspectiva Prociópio (2005), isso é intensificado pelo grande fluxo de pessoas que nela transitam diariamente.

3.1. A fronteira Bonfim – Lethem

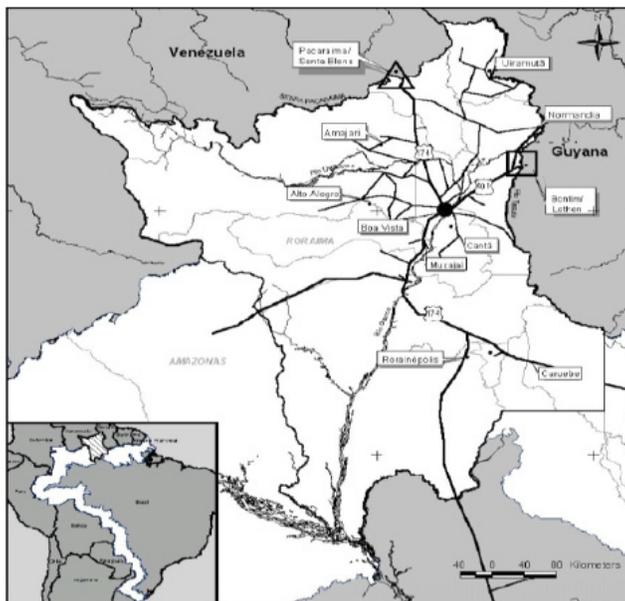
O Estado de Roraima compreende uma área de 225.11 km², ocupando 2,63% do território nacional e 5,82% da região Norte do Brasil, possui a única via terrestre de ligação entre o Brasil e a Venezuela, a BR-174, que também dá acesso à Manaus. Sua capital é o Município de Boa Vista (a única capital situada acima da linha do equador), cortada pela BR-174 e onde se origina a BR-401 que vai até fronteira entre Brasil e a Guayana.

No contexto geográfico da fronteira entre Brasil e Guayana, tem-se como “cidades-gêmeas” Bonfim, última cidade do lado brasileiro e Lethem, cidade guyanense, ambas localizadas na fronteira leste do estado. Assim, segundo Senhoras (2012):

“As cidades-gêmeas são áreas singulares constituídas em cada lado das fronteiras que demonstram bem a hibridizade fronteira marcada por *objetos técnicos* característicos como os fortes, os quartéis, as aduanas, os postos de fiscalização e por *ações humanas* de instrumentalização *diplomática*, efetuada por diplomatas e presidentes, como agentes da política externa, e *paradiplomática*, efetuada pelos representantes subnacionais, como prefeitos, e pelas ações

individuais e coletivas das pessoas por meio de uma série de fluxos convergentes ou conflitivos, legais e ilegais” (SENHORAS, 2012).

Figura 1: Roraima - região de tríplice fronteira



Fonte: Fernandes Neto, 2005 (Adaptado)

O município de Bonfim localizado as margens do rio Tacutu (fronteira natural). Sua economia mantém-se basicamente em torno do setor primário, sendo produzido arroz, milho, banana, caju, mandioca e gado de corte. Roraima é conectado a esse país pela ponte sobre rio Tacutu, oficialmente seu nome é Ponte Prefeito Olavo Brasil Filho, construída em 2010, através de um acordo bilateral entre Brasil e Guyana, porém a via de acesso terrestre do lado guyanense não está asfaltada, o que dificulta o acesso à cidade de Lethen (Guyana).

Este município está localizado a 375 km de Georgetown, capital do país, cujo acesso, também é feito por estrada não asfaltada que se torna intransitável durante os períodos de chuvas. Sua economia é em grande parte sustentada pelo comércio de mercadorias ilegais e chinesas, mantido principalmente, por brasileiros que compram desde alimentos, produtos eletrônicos, roupas, calçados, dentre outros.

Nessas regiões de fronteira o trânsito de pessoas e comércio é intenso, fenômeno este conhecido como “comércio formiga”. No entanto, como podemos observar

a relação transnacional entre cidades fronteiriças, vai além dos fluxos comerciais como importação e exportação, trânsito de pessoas, como migrantes e turistas. Também servem de alimento para o crime organizado, fazendo parte dessa relação os ilícitos transnacionais, como contrabando, tráfico e descaminho, que interligam o âmbito nacional e internacional. Infelizmente essa região não é diferente.

Na fronteira com a Guayana percebe-se que com a construção da ponte sobre rio Tacutu houve uma intensificação dos índices de criminalidade. Conseqüentemente, facilitou a saída de veículos roubados no Brasil e o contrabando de produtos piratas, antes feitos apenas por barcos e balsas.

É perceptível a incidência de outros crimes transfronteiriços que utilizam Roraima como via de acesso, seja para o restante do Brasil ou para os países que fazem fronteira com o Estado, usando principalmente as rodovias como escoadouro. Assim, a BR-401 e a BR-174 são permeadas por crimes como tráfico de drogas e armas, tráfico de ouro/diamantes (provenientes do garimpo ilegal), de pessoas com vistas à exploração sexual, dentre outros. Salienta-se que quanto ao tráfico de drogas, há uma maior incidência da cocaína, oriunda dos países andinos e da maconha cultivada na Guayana.

4. Segurança na fronteira

As iniciativas institucionais para manter a segurança nas fronteiras e rodovias do país não são recentes. É possível citar como marco regulatório de defesa a instituição da PDN (Política de Defesa Nacional), instituída em 1996, renovado em 2005. Essa iniciativa representou um grande avanço no combate aos ilícitos na fronteira. Com o mesmo sentido, foi criado o ENAFRON (Estratégia Nacional de Fronteira), visando reforçar a segurança nos municípios fronteiriços com o objetivo de coibir a criminalidade nas zonas de fronteira (NAEA, 2012).

Podemos observar como atuação para prevenção e combate aos ilícitos nas fronteiras internacionais de Roraima, o trabalho desenvolvido pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que na faixa de fronteira atua na vigilância dos insumos agropecuários, assim como a Agência de Defesa Agropecuária de Roraima (ADERR) que fiscaliza a procedência dos alimentos que entram no território nacional, e, à Polícia Rodoviária Federal cabe o papel de agir no patrulhamento ostensivo das rodovias federais

A necessidade de instituir um policiamento ostensivo atuante tanto na fronteira quanto nas rodovias reside da vulnerabilidade existente nessas regiões. Essa compe-

tência está exposta na Constituição Federal de 1988, artigo 144, que também trata da importância da segurança pública para a preservação da ordem pública e da segurança das pessoas e de seus patrimônios. No Decreto nº 1.655/95 e no Código de Transito Brasileiro, Lei nº 9.503/97 também constam competências nas atividades de segurança.

A condição do Estado de Roraima de fazer parte de uma tríplice fronteira requer uma fiscalização mais constante, e esse trabalho de combate aos ilícitos transnacionais acaba dificultado devido à grande extensão da malha viária. Também existem dificuldades como a falta de efetivo e de estrutura física. Ciente disso, são promovidas iniciativas de políticas públicas para solucionar a questão dos ilícitos, dentre elas, atuação conjunta de órgãos de segurança pública estadual e federal. Recentemente, houve a implantação na PRF de Roraima (5º DRPRF/RR) do Núcleo de Operações Especial (NOE), com a finalidade de atuar em ações específicas de combate a crimes.

A partir da tabela a seguir, foi possível analisar as apreensões do NOE ao longo das rodovias federais, entre o período de agosto de 2013 e julho de 2014, o que levou a observar o número de apreensões de produtos diversos provenientes de contrabando e descaminho. A nossa ênfase será dada para um produto alimentício, o alho:

Tabela 1: Apreensões do Núcleo de Operações Especiais

Ocorrência	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jul	TOTAL
Veículos recuperados	1	1	2	4	2	0	1	1	1	0	1	14
Armas apreendidas	0	1	2	1	1	2	0	0	0	0	0	7
Contrabando - Gasolina	515 Lt	1000 Lt	3425 Lt	0	600 Lt	2655 Lt	4080 Lt	0	270 Lt	0	1545 Lt	14.090 Lt
Contrab. / descaminho Itens diversos	270	49790	6603	0	2252	432	20358	2368	0	3088	2200	87361
apreensão de Drogas	0	0	0	200 Gr	1,3 Kg	3,8 Kg	0	0	0	0	01Kg	6,3 Kg
Crime Ambiental	0	0	2	0	1	0	0	0	0	2	0	5
Apreensão de Carne	0	0	0	0	0	0	236 Kg	0	2886 Kg	0	0	3122 Kg
Apreensão de Alho	0	0	0	0	0	0	729 Kg	0	0	0	1040 Kg	1769 Kg
¹ Pessoas Detidas e encaminhadas para Polícia Federal; ² Pessoas Detidas e encaminhadas para Polícia Federal;												

Fonte: Núcleo de Operações Especiais da PRF/RR

A partir dessa tabela, observa-se que nos três primeiros meses de atuação do NOE, um grande número de apreensões de produtos como a gasolina e itens diversos. Em incomum podemos notar os números referentes a itens alimentícios como o alho por exemplo: cujas apreensões datam de fevereiro de 2014, em grande quantidade. Nesse caso, houve um aumento significativo no volume de apreensões do alho no mês de maio.

De acordo com informações obtidas no site do Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento (MAPA), a legislação brasileira e os acordos internacionais para o trânsito de alimentos e produtos de origem vegetais, animal e insumos agrícolas estabelecem regras para garantir a qualidade e segurança dos produtos, levando a procedimentos e exigências fitossanitárias. Estas exigências encontram-se elencadas em regulamentos da instituição. Ciente disso, existe uma atuação do (MAPA), muitas vezes em conjunto com a Receita, a Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal na fronteira.

Uma nova medida por parte do governo brasileiro em repressão aos ilícitos transnacionais altera o crime previsto no art. 334 do Código Penal. Após a mudança, o crime de contrabando passa a configurar tipo penal autônomo. Assim, de acordo com a lei ordinária nº 13.008/14, a pena para quem cometer crime de contrabando é de 2 a 5 anos de reclusão, e no caso de descaminho, a pena é de 1 à 4 anos. Esta norma passa a vigorar em junho de 2014, definindo-se assim:

Descaminho (Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)

Art. 334. Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria (Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos. (Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)
(...)

Contrabando

Art. 334-A. Importar ou exportar mercadoria proibida:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos. (Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)
(...)

III- reinsere no território nacional mercadoria brasileira destinada a exportação;

Porém, criminosos conseguem burlar a vigilância na fronteira de Roraima e adentram o território nacional, utilizando além das rodovias, rotas alternativas para fazerem com que produtos alimentícios em condições ilegais, circulem pelo Estado. Diante da lucratividade e a facilidade de negociação desses produtos, essa modalidade de contrabando também chama a atenção também para o risco que representa

à saúde pública. A PRF/RR em conjunto com outros órgãos de segurança, vem fazendo elevadas apreensões de alho, na BR-401. É importante destacar que esse ilícito representa sérios perigos a saúde pública, pois não se conhece a procedência do mesmo.

Em RR, polícia prende dois homens por suspeita de contrabando de alho

(...) “De acordo com o policial rodoviário Gouveia Brito, o alho é proveniente da Guiana, país fronteiriço com o estado. Os suspeitos confessaram o contrabando. “Eles disseram que o produto era do país vizinho e seria revendido em feiras de Boa Vista”, informou o policial. (...) “Ninguém sabe o processo de manejo desse alho, por isso envolve saúde pública, caracterizando contrabando e também descaminho”, concluiu.” (G1/RR, 02 de fevereiro de 2014).

5.1. O contrabando de Alho na fronteira Bonfim - Lethem

Com a construção da ponte sobre o rio Tacutu na divisa com a Guiana, Roraima poderia passar a exportar mais os itens oriundos do agronegócio, porém, os postos de fiscalização situados em Bonfim, que deveriam ter como meta a garantia e agilidade de trabalhos de inspeção dos produtos, não podem executar um trabalho eficaz devido a pouca estrutura. O despacho aduaneiro deveria minimizar o embargo de produtos considerados de entrada ilegal no Estado, mas não é o caso do alho proveniente da Guiana.

De acordo com informações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), este item é todo importado da República Popular da China, o maior produtor de alho do mundo. Devido aos baixos preços do alho chinês, o produto atrai compradores de todo o mundo, afetando a concorrência de mercado. Diante da ameaça econômica da importação do alho chinês, os produtores brasileiros solicitaram uma medida por parte do governo, que através do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) definiu uma tarifa antidumping, com a intenção de nivelar a concorrência com o produto chinês, muito mais barato.

Geralmente a rota usada pelos contrabandistas de alho vindo da Guiana, é a BR401 sentido Boa Vista, onde já teriam compradores certos, ou o destino da mercadoria seria as feiras livres, expondo a perigo saúde pública já que o produto não passa por regularização e inspeção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Em pesquisa junto ao MAPA, foram apontadas possibilidades de regularização para

importação do alho a partir da aprovação de requisitos fitossanitários, conforme a Instrução Normativa nº 6, de janeiro/2003 (artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º) que revogou a Instrução Normativa anterior de nº 25 de agosto/2000:

Art. 1º Aprovar os requisitos fitossanitários para importação de alho (*Allium Sativum*), destinado ao consumo (Categoria 3, Classe 4), produzidos na República Popular da China.

Art. 2º As partidas de alho importadas, de que trata o artigo anterior, deverão estar acompanhadas de Certificação Fitossanitário, emitido pelas autoridades fitossanitárias da República Popular da China.

Art. 3º Caso seja detectada, no ponto de ingresso, a presença de qualquer praga quarentenária nas partidas importadas de alho procedentes da República Popular da China, deverão ser suspensas as importações do produto até a conclusão da revisão da análise de risco de pragas.

Art. 4º A Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF da República Popular da China deverá comunicar à ONPF do Brasil qualquer das ocorrências fitossanitárias nos campos de produção de alho na China.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Instrução Normativa nº 25, de 3 de agosto de 2000.

A viabilidade da regularização do alho, porém, não possibilita a lucratividade do produto quando esse é resulta do ilícito. As apreensões feitas na fronteira e ao longo da BR-401 não são rotineiras, porém, quando são feitas tendem a ser em número bastante elevado, um exemplo foi uma apreensão feita pelo NOE/RR, no início do ano, de 729 kg de alho e apenas em maio foi feita apreensão de mais de uma tonelada. Uma questão a ser observada é o destino dado a esse produto, que geralmente é encaminhado a Polícia Federal para realização de procedimentos legais e em seguida encaminhado para serem incinerados.

Figura 2: Apreensão de alho pelo NOE/PRF



Fonte: G1 Roraima.

Considerações finais

A fronteira Brasil a Guyana, interligada pela BR 401, é um verdadeiro corredor de produtos contrabandeados. É perceptível a extrema carência de efetivo da PRF e outros órgãos que atuam na fiscalização dessa área, o que impossibilita a atuação constante, não conseguindo-se também suprir necessidades estruturais como a falta de postos de fiscalização. Tudo isso inviabiliza desde as atividades dos profissionais.

Atualmente, a Polícia conta com apenas uma Unidade Operacional em condição de uso as margens da BR-174, e utiliza parte das instalações disponibilizada pela secretaria fazendária na fronteira com a Venezuela, mas de forma esporádica. No caso da fronteira com a Guyana, a indisponibilidade de um pátio também não possibilita uma fiscalização permanente.

Mesmo com a implementação do Núcleo de Operações especiais na PRF/RR a carência no efetivo também é uma problemática, possuindo um número reduzido para atuação no Estado. O primeiro ano de implantação do grupo coincidiu com a grande quantidade de apreensões de produtos alimentícios, dentre eles, o alho. No caso deste, trata-se também de uma questão fitossanitária, o qual requereria uma ins-

peção do produto na fronteira, o que não ocorre por falta de condições estruturais do órgão competente.

Entende-se que essa atitude poderia facilitar a legalização do comércio desse produto no mercado local. O surgimento de um Núcleo de combate ostensivo ao crime, por parte da PRF/RR é louvável, que mesmo diante das necessidades estruturais, reiteradas em diversos Relatórios da instituição, consegue se fazer presente na fiscalização e policiamento das rodovias. Demonstra-se, desta forma, o quanto é importante o surgimento de novas políticas públicas para a segurança social.

Referências bibliográficas

BOTTA, Carlos G. Z; LIMA, Marcos C; LYRA JÚNIOR, Américo A. (Org). **Governabilidade e fronteira: os desafios amazônicos**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012.

BRASIL. Lei ordinária nº 13.008/14, de 26 de junho de 2014. Dá nova redação ao artigo 344 do Decreto-Lei nº 2848 de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal e acrescenta-lhe o artigo 334-A. **Diário Oficial da União**, 27 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 30 de Setembro de 2014.

DIÁRIO COMÉRCIO INDÚSTRIA E SERVIÇOS, de 21 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.dci.com.br/economia/roraima-promove-obras-fortalecer-trocas-com-a-guiana-id126913.html>. Acesso em: 11 de setembro de 2014.

FERNANDES NETO, Pedro. A faixa de fronteira internacional norte do Brasil: Uma análise comparativa entre os dois pares de Cidades-Gêmeas de Roraima: Pacaraima (Brasil)/Santa Elena(Venezuela) e Bonfim (Brasil)/Lethen (Guiana). **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. USP, 2005. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj>. Acesso em: 19 de Setembro de 2014.

G1 RORAIMA, de 22 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www.g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2014/02/em-rr-policia-prende-dois-homens-suspeita-de-contrabando-de-alho.html>. Acesso em: 10 de setembro de 2014.

ISHIDA, Eduardo. Política de segurança integrada da Amazônia. **I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (2009)**. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br>. Acesso em 20 de setembro de 2014.

JORNAL DE RORAIMA, de 09 de maio de 2014. Disponível em: [http://www.jornalderoraima.com/noticia/1789/denuncia resulta na apreensao de alho chines](http://www.jornalderoraima.com/noticia/1789/denuncia%20resulta%20na%20apreensao%20de%20alho%20chines). Acesso em: 11 de setembro de 2014.

MAGALHÃES, Maria das Graças. O Estado de Roraima e as fronteiras com a Venezuela e a Guiana. **Textos e Debates**, v.1, n.12 (2007). Disponível em: <http://www.revista.ufrb.br>. Acesso em 20 de setembro de 2014.

MARTINS, Estevão C. de R; MOREIRA, Felipe K. (Org.). **As Relações Internacionais na fronteira Norte do Brasil**: coletânea de estudos. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Instrução Normativa nº 6, de janeiro/2003 que revogou a instrução normativa anterior de nº 25 de agosto/2000. Boa Vista – RR, 26 de setembro de 2014.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. RELATÓRIO DE GESTÃO 2009, 2012 e 2013. Departamento de Polícia Rodoviária Federal, 5º Distrito Regional da PRF. Disponível em: http://www.justica.gov.br/Acesso/auditorias/arquivos_auditorias/policia-rodoviaria-federal/roraima. Acesso em 25 de Setembro de 2014.

NASCIMENTO, Durbens M; GUIMARÃES, Jarsen L.C; FERREIRA, Aurilene dos S. Redes institucionais e capacidade de regulação política na fronteira amazônica. **Pappers do NAEA** n.299, ISSN 15169111. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br>. Acesso em 22 de setembro de 2014.

PROCÓPIO, Argemiro. **Destino Amazônico**: devastação nos oito países da Hiléia. São Paulo: Hucitec, 2005.

RURAL BR, de 12 de setembro de 2013. Disponível em: <http://agricultura.ruralbr.com.br/noticia/2013/09/medidas-antiduping-para-alho-chines-geram-inseguranca-a-produtores-brasileiros-4266678.html>. Acesso em 11 de setembro de 2014.

SILVA, Ana Regina F. **Perspectivas das políticas territoriais na faixa de fronteira internacional da Amazônia Oriental brasileira**: Estados do Pará e do Amapá. Dissertação de Mestrado (Programa de pós graduação em Geografia). UFPA, 2011. Disponível em: <http://www3.ufpa.br/ppgeo>. Acesso em: 20 de Setembro de 2014.

ATUAÇÃO DA ONU NO COMBATE AO TRÁFICO DE MULHERES

Júlia de Oliveira Hadad¹

Resumo

A origem do tráfico humano tem sido difícil de identificar pela sociedade internacional. Supõe-se que advém da escravidão, desde os tempos primórdios da humanidade, mas vai além na complexidade. O tráfico de mulheres denota a exploração sexual e a venda da mulher como objeto de troca, onde as vítimas são por muitas vezes enganadas e coagidas para entrar neste trabalho forçado. Essa prática criminal afeta todas as regiões do mundo, pondo em vulnerabilidade a segurança entre nações. Em função disto, este artigo é um estudo sobre a atuação da ONU no que diz respeito ao combate do tráfico de mulheres no âmbito global, fazendo um retrospecto desde sua criação, em 1945, até o Protocolo de Palermo, indicando seu progresso social, em respeito à segurança internacional e fazendo um breve panorama da história do tráfico no Brasil, em especial na Amazônia.

Palavras-chave: Tráfico Humano; ONU; Segurança Internacional; Protocolo de Palermo.

Introdução

O tráfico humano ocorre tanto no âmbito doméstico quanto no internacional. É uma violação aos direitos humanos que precisa ser enfrentada por todos os países do mundo. Em virtude disso, faremos um retrospecto da história das Organizações das Nações Unidas para compreender sua importância e influência em combater esse crime internacional.

Fundada em 24 de outubro de 1945, após o fracasso da Liga das Nações², a Organização das Nações Unidas (ONU) é uma organização internacional criada por

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Roraima. E-mail: julia.hadad@hotmail.com

² As potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial fundaram a Liga das Nações para negociar um acordo de paz entre os estados soberanos. Idealizada em 28 de abril de 1919, em Paris, teve sua última reunião em abril de 1946. Acabou devido sua incapacidade de evitar a Segunda Guerra Mundial.

países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz, segurança internacional, desenvolvimento mundial e garantir os direitos humanos.

O total de membros fundadores da ONU é de 51 países, entre eles o Brasil. Nas Nações Unidas há dois órgãos principais de decisão, de acordo com a Carta da ONU, que gerenciam aos muitos problemas que a organização atende. São eles a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança.

Fazem parte da Organização aqueles países que aceitarem aos compromissos e obrigações dispostos na Carta. Atualmente, a ONU é composta de 193 Estados-membros, nos quais cinco possuem cadeira permanente no Conselho de Segurança e direito a veto, sendo eles os Estados Unidos da América, China, Rússia, Inglaterra e França. Fazem parte também mais dez países, que são trocados a cada dois anos. É permitido a participação de qualquer outro membro da ONU, desde que esteja de acordo com o artigo 31, da Carta das Nações Unidas, exposto que:

Qualquer membro das Nações Unidas, que não for membro do Conselho de Segurança, poderá participar, sem direito a voto, na discussão de qualquer questão submetida ao Conselho de Segurança, sempre que este considere que os interesses do referido Membro estão especialmente em jogo (ONU, 1945).

Já na Assembleia Geral, os 193 Países-membros possuem um voto, sendo assim o principal órgão deliberativo da ONU e por isso existe total igualdade entre todos seus membros. Suas resoluções funcionam como recomendações e não são obrigatórias para os membros.

Os direitos humanos são considerados objetivos principais das Nações Unidas. Em 1948 foi estabelecido a Declaração Universal dos Direitos Humanos, uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações, e que estabelece a proteção universal dos direitos humanos. Uma série de tratados e acordos internacionais foram adotados a fim de expandir o corpo de direito internacional de direitos humanos, e dentre eles está o Protocolo de Palermo.

No artigo III da Declaração Universal dos Direitos Humanos, diz respeito ao direito de todo ser humano à vida, liberdade e segurança pessoal. E logo em seguida, no artigo IV, fala que “ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas”. Garantindo assim que todo e qualquer ser humano esteja amparado em casos de tráfico de pessoas e/ou escravidão, como forma de prevenção ao crime, já que os mesmos são proibidos aos Estados que adotam esta norma.

Porém, estes dois artigos colocam em contradição o que as pesquisam assinalam, que o tráfico de pessoas é a atividade ilícita que mais cresce, ficando entre as três maiores atividades criminosas mais lucrativas do planeta (atrás somente do tráfico de drogas e armas). Dados da ONU apontam que “mais de 700 mil pessoas são vítimas da rede organizada do tráfico humano para fins de trabalho escravo e exploração sexual por ano” (Félix, 2013).

Em virtude de explicar o que o tráfico humano, Félix (2013) elucida que é um crime silencioso que atua de forma transnacional e transcontinental, por ser uma rede que se articula em várias cidades e países. Ainda sobre o assunto, ela destaca que

Os criminosos enganam as vítimas para depois explorá-las de todas as formas degradantes possíveis. Por isso, esse crime é considerado a “escravidão dos tempos modernos”, não deixando dúvidas de que viola os direitos humanos básicos e fundamentais da pessoa, como a liberdade de escolha e a de ir e vir. (FÉLIX, 2013)

A ideia contemporânea do que é o tráfico de pessoas considera um crime como consequência da globalização, devido ao grande fluxo de informações e indivíduos que permeiam pelo mundo. Sendo assim também globalizado os males sociais, que vai desde o tráfico de escravos, passando pelo tráfico de mulheres até o tráfico para o trabalho forçado.

Podemos associar o tráfico à globalização não só por causa do aumento do movimento de pessoas, “mas também a uma estratégia de alocação de recursos internacional para reduzir custos de produção e para obter maiores lucros” (Justo, 2008).

O tráfico especificamente das mulheres virou assunto internacional desde meados do século XIX, e sempre foi tratado como um problema. Geralmente associado à práticas de exploração sexual, ele é discutido como o comércio de sexo e venda da mulher. De um modo geral, o tráfico está ligado a tratados internacionais que tentam lidar com o assunto desde a época da Liga das Nações, sendo a ideia desse ato sempre associada a migrações de mulheres sozinhas para o exterior, sua captura e por fim, escravização para a prostituição em terras estrangeiras (Kempadoo, 2005).

Mas como as mulheres são sujeitadas a esse trabalho forçado? Mulheres vítimas do tráfico por muitas vezes são enganadas com propostas para trabalhar no exterior, por possuírem a vontade de se mudarem com a perspectiva de melhora de vida. O que elas não têm conhecimento, é do perigo das rotas subterrâneas que têm para atravessar a fronteira, os custos financeiros, as condições de vida e os tipos de atividades que estão aceitando. Acabam, assim, caindo na dependências daqueles cujo a coagiram a aceitar esse estilo de vida. A respeito disso, Kempadoo fala que

As pesquisas mostram que a maioria das “pessoas traficadas” expressam algum desejo de migrar e, por exemplo, em torno da metade das mulheres no trabalho sexual global parecem conscientes antes da migração de que estarão envolvidas em alguma forma de trabalho sexual (KEMPADOO, 2005).

Quatro fatores básicos sintetizam a importância da discussão deste crime no âmbito internacional. São eles, segundo Justo (2008): movimentação de pessoas através de fronteiras, envolvimento do crime organizado que se transnacionalizou, cooperação internacional e não menos importante, os valores sobre o que seria este tráfico, valores que se propõem a serem universais. Obviamente, não distancia-se esses fatores, todos eles estão ligados entre si.

Por essas características, principalmente a da transnacionalidade do tráfico de mulheres, que criou-se a preocupação de uma ação concertada internacional para lidar com essa questão da maneira mais eficiente possível a fim de garantir a paz e segurança internacional.

Tráfico de Mulheres: papel da ONU no combate ao crime internacional

A maioria das vítimas do Tráfico Humano é composta por mulheres, crianças e adolescentes que são atraídas para exploração sexual ou trabalho escravo e forçado. Segundo os balanceamentos globais da ONU, mais de 2 milhões de pessoas são vítimas do tráfico humano a cada ano (UNODC, s/d). A globalização, como já citada aqui neste artigo, gera grandes oportunidades no desenvolvimento internacional, mas também cria riscos e abre espaço para o crime organizado transnacional. Por causa disso, torna-se mais fácil hoje traficar uma pessoa que nos séculos anteriores.

Por esses fatores, que as discussões a respeito da segurança humana tornou-se mais fervorosas nos debates internacionais. Criou-se um consenso que a questão da segurança humana está relacionada com os direitos humanos e desenvolvimento.

O termo “segurança humana” foi oficialmente utilizado em 1994, em um relatório do PNUD das Nações Unidas. Nesse relatório, o PNUD expõe pela primeira vez que “para a maioria das pessoas, sublinha, um sentimento de insegurança resulta mais dos receios engendrados pela vida cotidiana do que por um acontecimentos apocalíptico mundial” (PNUD, 1994). Portanto, a segurança humana inclui assim a segurança pessoal, política, coletiva, econômica, do meio ambiente, fome e saúde (DAVID, 2000).

Comentando as características mais destacadas do conceito de segurança humana, Charles-Philippe David afirma que “de feição universal, fundada sobre a inter-

dependência, centrada na prevenção e focada nos indivíduos, a ‘segurança humana’ diminui a ênfase nos territórios e acentua a atenção dedicada às populações” (2000). Já quando Bazzano (2014) discursa sobre os aspectos de segurança, ela diz que:

A segurança humana possui dois aspectos principais: manter as pessoas a salvo das ameaças crônicas como a fome, as doenças, a repressão (*freedom from want*) e protegê-las de mudanças súbitas e nocivas nos padrões da vida cotidiana, por exemplo, das guerras, dos genocídios e das limpezas étnicas (*freedom from fear*).

Esses aspectos da segurança humana foram inspirados no famoso discurso proferido pelo Presidente Franklin Roosevelt ao Congresso Americano em 1941. Dessa maneira, influenciados por Roosevelt, os formuladores da segurança humana atribuíram a ela essas duas dimensões: *freedom from want* e *freedom from fear*. O que, por um lado, significa proteger as pessoas das vulnerabilidades decorrentes do subdesenvolvimento e, por outro, protegê-las das violências físicas que provêm das guerras e dos conflitos civis (Bazzano, 2014).

Para Charles-Philippe David, a segurança humana concretiza uma vontade internacional de inteligência, a despeito ou contra a soberania estatal, quando populações estão com dificuldades ou em perigo devido ou não a um problema militar de segurança. Também marca a separação entre a segurança do indivíduo e a do Estado, que antes era um laço que não havia separação, segundo concepção vestefaliana do Sistema Internacional.

A capacidade falha do Estado de garantir a segurança humana, muitas vezes se revela principal fator para a causa da própria insegurança estatal. Complicando assim, quando novos atores se aproveitam da fraqueza ou da falta de controle do Estado para pôr em perigo, tanto ou mais que os Estados, a segurança dos humanos que é suposto privilegiarem. É a partir destes conceitos que sentiu-se a necessidade da ONU de tomar iniciativa em combater ao crime do tráfico humano.

Os primeiros documentos internacionais oficiais para extinguir o tráfico geridos pela ONU, lá no século XIX, possuíam caráter abolicionista. Neles, eram condenados quaisquer práticas de prostituição, visto como um mal social tanto nacional quanto internacional.

A Convenção de 1950, Convenção para Repressão do Tráfico de Pessoas e no Lenocínio, foi a primeira a proteger todo ser humano do crime. Anteriormente, os outros acordos eram sempre direcionados à mulheres e crianças e o uso do termo “tráfico de pessoas” tornou possível abranger os perfis das vítimas. Mas ainda assim, essa Convenção era considerada abolicionista pois nela não se distinguia prostituição

voluntária de prostituição forçada, inclusive no seu preâmbulo há uma associação direta entre prostituição e tráfico de pessoas:

Considerando que a prostituição e o mal que a acompanha, isto é, o tráfico de pessoas para fins de prostituição, são incompatíveis com a dignidade e o valor da pessoa humana e põem em perigo o bem-estar do indivíduo, da família e da comunidade (MJ, 2009).

Vale destacar também que, em relação à outras convenções, a Convenção de 1950 foi marcada por um deslocamento do debate puramente moral sobre o tráfico de pessoas e prostituição para uma discussão que se relaciona com a dignidade da pessoa humana (Bazzano, 2013). E por essa convenção incluir a condenação geral da prostituição, vários países não a assinaram, menos da metade dos Estados-membros da ONU ratificaram a convenção.

Em 1993 temos a primeira declaração que afasta a visão abolicionista, a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres. Utiliza-se a expressão prostituição forçada, onde

A violência contra as mulheres abrange, mas não se limita a: (...) A violência física, sexual e psicológica ocorrida na comunidade em geral, incluindo estupro, abuso sexual, assédio sexual e intimidação no trabalho, nas instituições de ensino e em outros lugares, o tráfico de mulheres e a prostituição forçada (Tradução: Bezzano, 2013).

O uso do termo “prostituição forçada” assinalou uma mudança na discussão internacional acerca do tema. Resultou em documentos oficiais que tratavam da prostituição forçada e dos direitos da mulheres.

É nesse viés que viu-se a necessidade da ONU diferenciar o tráfico de mulheres de prostituição. Rhadika Coomarswamy, Relatora Especial da ONU sobre Violência com as Mulheres, definiu a “prostituição como forma legítima de trabalho, e o comércio global do sexo foi definido como um lugar, mas não o único, em que ocorre o tráfico” (Kempadoo, 2005). Então, a partir de 1996, o tráfico passou a ser entendido pelas Nações Unidas como comércio e exploração do trabalho em condições de coação e força. Para Guimarães (2004), coação é “o ato de exercer pressão psicológica ou constrangimento no indivíduo a fim de fazê-lo praticar, independente se por ação ou omissão, ato que não deseje”, o que explica bem basicamente como se explica a inserção da mulher no tráfico humano.

Com o intuito de combater ao crime internacional do tráfico humano, a ONU ratificou em 2003 o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o

Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças, conhecido como Protocolo de Palermo³, o mais recente protocolo antitráfico existente nas Nações Unidas.

O Protocolo entrou em vigor em 2003, e, em 2006, 117 países já eram signatários. Até 2012, 134 países e territórios haviam promulgado uma legislação que criminaliza o tráfico de pessoas. Atualmente, o número de signatários é de 154 (UNDOC, 2012). Nele, o tráfico define-se como:

(...) o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso de força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, os trabalhos ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos.

A partir de tal definição, o termo principal para determinar e compreender o crime de tráfico de pessoas, segundo o próprio Protocolo, é a exploração. Considera-se tal protocolo como um sucesso histórico, devido sua rápida adesão pelos Estados, tornando uma importante ferramenta jurídica de cooperação internacional. Obviamente que a ratificação de tratados e leis não são o suficiente para enfrentar o tráfico humano, mas o Protocolo pode possibilitar o cumprimento dos três eixos da atuação desse crime: prevenção, repressão e atendimento às vítimas.

Piscitelli (2006), visa que ainda assim o Protocolo de Palermo deixou de fora conceitos importante para delimitações do tráfico, como “a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual”, “servidão”, “outras formas de coerção”, “abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade”. As definições dessas expressões contemplariam vários tipos de compreensão do crime de tráfico e exatamente quem seriam suas vítimas (Bezzano, 2013). É por isso que ainda deixa-se dúvidas na hora de reconhecer uma situação do crime, já que a partir do Protocolo de Palermo, compreendemos que o crime de tráfico de pessoas só ocorre quando se dá na seguinte ordem: captação, transporte e traslado. Dificultando na ONU em combater ao crime internacional.

³ O Protocolo de Palermo disponível na íntegra em: <<http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/OIT-Protocolo-de-Palermo.pdf>>. Acesso em: 23 de mar. de 2016.

Tráfico de mulheres no Brasil: um olhar sobre a Amazônia

No Brasil, possuímos a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas Decreto Nº 5.948, de 26 de Outubro de 2006, que estabelece, dentre outras, as bases do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – PNETP. Ela é uma legislação bastante avançada, em se comparando a outros países, principalmente porque tem por finalidade estabelecer princípios, diretrizes e ações de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas e de atendimento às vítimas. Ou seja, a nossa legislação não criminaliza as vítimas. O problema é que a aplicação da lei, em muitos casos, criminaliza a vítima juntamente com o crime organizado (OLIVEIRA, 2013).

Apesar disso, o PNETP possui problemas. O principal se dá ao fato de que a operacionalização do mesmo é feita pelos núcleos que estão espalhados nas regiões mais vulneráveis, fazendo com que não consigam concretizar a legislação. Falta formação específica para os agentes operacionais, que deixam um vácuo nessa questão.

Detentora de 11 mil quilômetros de fronteira dos quais o Amazonas responde por uma faixa de 6,5 mil quilômetros, a Região Amazônica tornou-se um dos corredores internacionais do tráfico de pessoas. O crime é um grave problema a ser enfrentado na Amazônia devido à ausência de punição dos criminosos e de implantação de uma política no âmbito estadual de prevenção e repressão ao crime e assistência às vítimas.

E isso acontece desde o processo de colonização da Amazônia, onde os grupos indígenas que se encontravam aldeados às margens dos grandes rios amazônicos foram alvo de toda forma de exploração, principalmente a sexual, num processo de contínua vulnerabilidade das mulheres e crianças.

No Ciclo da Borracha (1879–1945), foram registrados raptos e a comercialização de crianças e adolescentes do sexo feminino para o trabalho escravo e a exploração sexual. A partir da década de 60, o deslocamento do campo para a cidade tornou-se muito mais intenso e favoreceu a “feminização” das migrações onde as mulheres passaram a migrar em busca de trabalho nas fábricas do Distrito Industrial. Muitas migraram e continuam migrando sozinhas ou por intermédio de amigos, parentes ou conhecidos (OLIVEIRA, 2013).

Oliveira (2013) afirma ainda que todos esses elementos históricos nos permitem compreender uma das dimensões da condição da mulher na Amazônia e a necessidade de desnaturalizar as relações de poder e dominação a que fomos e continuamos sendo submetidas.

Essas condições de dominação deixam caminhos abertos para a atuação das redes de tráfico em toda a região onde crimes como a pedofilia, o estupro e a escravidão não são denunciados e favorecem a atuação dos traficantes que recrutam mulheres e meninas para a prostituição nos grandes centros, nos garimpos clandestinos no interior da Amazônia, nas frentes de trabalho dos grandes projetos como a construção do gasoduto de Coari, das hidroelétricas e mineradoras. Além disso, muitas também são levadas para outros países com o mesmo intuito.

Considerações Finais

O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) alerta desde 2015 que as ações implementadas por governos e organismos internacionais para coibir o tráfico de mulheres são pouco efetivas, apesar de ser um dos que mais violam direitos humanos no mundo. O órgão pediu mais engajamento dos Estados para dismantelar as redes internacionais de crime organizado e também para prestar maior assistência às vítimas.

Todos os anos, milhões de mulheres são vítimas do tráfico de pessoas para exploração sexual, trabalho forçado, remoção de órgãos e servidão doméstica. Esse crime envolve pelo menos 152 países de origem e 124 de destino, de acordo com o Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas, publicado pelo UNODC. Ao todo, 33% das vítimas são crianças, sendo que as meninas representam duas em casa três crianças traficadas. As crianças e as mulheres adultas somam 70% de pessoas traficadas por todo o mundo.

Atualmente, está em vigor o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças, também conhecido como o Protocolo de Palermo. O documento aborda todos os tipos de tráfico de seres humanos e tem como foco proteger, especialmente, as mulheres e as crianças.

Apesar do avanço que é esse Protocolo, O UNODC avalia que a legislação de alguns países nem sempre está alinhada com o protocolo e acaba falhando ao tentar cobrir o tráfico de pessoas, além de deixar as vítimas desamparadas e vulneráveis. Assim, poucos casos acabam sendo resolvidos. Em geral, 40% dos países monitorados pelo Relatório Global reportaram dez condenações por tráfico de pessoas ao ano, enquanto 15% não tiveram nenhuma.

Esse grau de impunidade se torna inaceitável, a medida que os traficantes estão fugindo desses crimes. Os recursos dos Estados, juntamente com a ONU, para com-

bater ao tráfico estão diminuindo cada vez mais, o que faz com que os criminosos tomem vantagem dessa fraqueza nos tornando mais vulneráveis.

Acredita-se que para mais eficiência da promoção da paz, os Estados deveriam desempenhar mais da segurança coletiva, que está diretamente relacionada ao combate ao crime de Tráfico de Mulheres. Charles A. Kupchan e Clifford A. Kupchan discursam em *The Promise of Collective Security* (1995) a respeito desta segurança, para ambos os autores, o caso da segurança coletiva baseia-se na noção de todos contra um, oferecendo mais estabilidade. Sob a segurança coletiva, Estados concordam em cumprir com certas normas e regras para manter a estabilidade e, quando necessário, se unir para parar uma agressão (que no nosso caso, seria o Tráfico de Mulheres).

Referências bibliográficas

BAZZANO, Ariana. Segurança humana: o discurso ‘para’ ou ‘da’ periferia? **Revista Inter-Relações**, Ano 14, No 40. 2014, pp. 41-53

_____. Gênero, crime e preconceito: um panorama histórico das normativas internacionais de combate ao crime de tráfico de pessoas. **Interseções**, Rio de Janeiro: 2013. Vol. 15 No. 2, pp. 417-445

Carta das Nações Unidas disponível em: <http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf>. Acesso em: 22 de mar. de 2016.

DAVID, Charles-Philippe. **A Guerra e a Paz**. 1ª edição: Instituto Piaget, 2000, 448 p.

Declaração Universal dos Direitos Humanos disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em: 22 de mar. de 2016.

FÉLIX, Tatiana. **Tráfico de Pessoas: da Informação ao Aprendizado**. Tráfico de Pessoas: Uma Abordagem para os Direitos Humanos. 1ª ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2013, pp. 207-214.

GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. **Dicionário técnico jurídico**. 6ª ed. São Paulo: Rideel, 2004.

JUSTO, Nathália. **Tráfico de Pessoas, Valores e Prostituição**. 2008. 57 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Relações Internacionais, Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2008

KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. **Cadernos pagu** (25), jul-dez 2005, pp. 55-78

KUPCHAN, Charles; KUPCHAN, Clifford. **The Promise of Collective Security**.
Source: *International Security*, Vol. 20, No. 1 (Summer, 1995), pp. 52-61

PISCITELLI, Adriana. Sujeição ou subversão: migrantes brasileiras a indústria do sexo na Espanha. **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia: ed. jul-dez 2006, pp. 13-55

O Protocolo de Palermo disponível na íntegra em: <<http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/OIT-Protocolo-de-Palermo.pdf>>. Acesso em: 23 de mar. de 2016.



II ENCONTRO ESTADUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA DE RORAIMA

18-20 de maio de 2016

RESUMOS

ANÁLISE DE SEGURANÇA INTERNACIONAL COM O USO POLÍTICO DE COMPANHIAS MILITARES PRIVADAS NA GUERRA DO IRAQUE

Samuel P. Franklin

Graduando de Relações Internacionais da UFRR.
E-mail: s.pastana@me.com

Companhias militares privadas, ou em inglês “Private Military Company” (PMC) é o termo dado para exércitos privados, que são contratados por Estados ou por empresas privadas. Normalmente são formadas por ex militares ou por recrutas, igual exércitos nacionais, com o diferencial de agruparem pessoas de todo o mundo e servirem à aquele que oferecer pagar pelo serviço. Como são companhias privadas, o uso delas é praticamente igual a qualquer serviço privado, no caso um governo ou empresa contrata esse serviço, a companhia é paga para fazer e depois de feito, “desaparece”, no caso não precisaria responder pelas ações e poderia muito bem ser usada para realizar trabalhos “sujos”, onde um exército nacional responderia por tais ações.

Palavras-chave: Segurança; Iraque; privatização; militar; intervenção; guerra.

AS NOVAS AMEAÇAS À SEGURANÇA NA TRÍPLICE FRONTEIRA SETENTRIONAL BRASILEIRA: ONGISMO, INDIGENISMO, AMBIENTALISMO E OUTROS “ISMOS”

Marcos Lazaro Ferreira Gomes

Pós-Graduando de Segurança Pública e Cidadania da UFRR.
E-mail: mlazaro@outlook.com

A multiplicação do conhecimento científico e o exponencial acesso massificado às novas tecnologias ao longo dos anos tem alterado, significativamente, a compreensão do mundo e das relações nele desenvolvidas. À evidência de claras distorções na leitura política nacional às ameaças potenciais e efetivas que, eventualmente, afetam a soberania nacional, verificamos uma tendência, quase que permanente, à falsa percepção da realidade, motivada ou imotivada, contaminando o ordenamento jurídico e a opinião pública, garantindo que permaneçam ocultos os reais objetivos minerários dos países centrais em relação ao solo nacional. O “*sujeito ativo*” das ameaças, por sua vez, percebeu que a guerra convencional, baseada na violência inviabi-

lizaria seus desígnios, pelo menos, em se tratando de América Latina e Brasil, sendo necessário encontrar novos métodos de imposição da vontade. O terreno estava pronto para a entrada em cena da doutrinação ideológica, ou seja, da deflagração e do êxito da guerra ideológica, apta a fazer ruir os alicerces da repressão e consolidar o liberalismo, tudo ao gosto do freguês. Nesse contexto, de “*pós-guerra*”, surge no cenário pátrio o ONGismo, o Indigenismo, o Ambientalismo e tantos outros “*ismos*”, corporificados como “*movimentos*” ou “*tendências*”. A endêmica conivência criminosa de atores nacionais, em qualquer das hipóteses, isolada ou conjuntamente, hoje se desvela na conduta dos envolvidos em processos de demarcação de terras indígenas, unidades de conservação e outros devaneios que não ligados diretamente à questão fundiária. Há a necessidade de que se proceda uma investigação séria desses “*movimentos/tendências*”, porquanto se revelam como “*novas ameaças*” à soberania nacional considerando o ativo suporte ideológico, operacional e material dos “*ismos*” à fragmentação territorial.

Palavras-chave: segurança; fronteiras; militares; indigenismo; ambientalismo.

A SECURITIZAÇÃO NAS FRONTEIRAS DE RORAIMA FRENTE ÀS NOVAS AMEAÇAS

Francisco César B. Visgueira

Graduando de Relações Internacionais da UFRR
E-mail: fc-cezar@hotmail.com

Elói Martins Senhoras

Prof. Dr. do Curso de Relações Internacionais da UFRR
E-mail: eloisenhoras@gmail.com

As fronteiras do estado de Roraima são constituídas pela livre circulação de pessoas e possui baixa eficiência fiscalizatória o que as tornam uma rota fácil para o narcotráfico, contrabando, imigração indocumentada, evasão de divisas, crimes ambientais, entre outras formas que se encaixam no padrão das novas ameaças à segurança individual e coletiva da população. As fronteiras internacionais dos países, cada vez mais entram no processo de securitização. A securitização consiste em uma nova abordagem na qual se rompe com o padrão interestatal de ameaça, inserindo novas conceptualizações de emprego das forças policiais e armadas, incluindo-se as novas ameaças descentralizadas. Há uma nova preferência governamental no emprego das forças de defesa no policiamento e na integração às forças de segurança

e inteligência. Esta pesquisa utilizará artigos e trabalhos científicos além de revisões bibliográficas, afim de se obter um grau qualitativo de informações, meios de comunicação locais também serão objetos de estudo visando um maior detalhamento de informações. Conclui-se que as fronteiras do estado de Roraima necessitam de políticas públicas fortes em relação à segurança, dado as imediatas ações para se prevenir de modo eficiente os crimes que ocorrem na região de fronteira. Ocorrem operações de segurança na região, entretanto são necessários o permanente emprego dos fiscalizatórios dos postos fronteiriços. O artigo pretende discutir as fronteiras de Roraima a partir dos principais ilícitos que ocorrem na região e as ações dos órgãos de segurança no combate a tais problemas e a demonstração de dados e operações que ocorrem nas fronteiras de Roraima, além de argumentar sobre as características e resultados alcançados pelas políticas dos órgãos de segurança.

Palavras-chave: Fronteiras; Novas ameaças; Roraima; Securitização;

TERRA INDÍGENA YANOMAMI E DEFESA NACIONAL: BUSCANDO A COSMOVISÃO YANOMAMI DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Alan Robson Alexandrino Ramos

Mestre em Sociedade e Fronteiras pela UFRR.

E-mail: alanrobsonce@yahoo.com.br

Os índios Yanomami vivem em área demarcada em 1992, tendo população aproximada de 20.000 índios em território brasileiro. A terra indígena Yanomami ocupa área de aproximadamente 97.000 quilômetros quadrados localizado no extremo norte do Brasil, na porção oeste estado federado de Roraima, área de extrema importância para a defesa nacional, em razão de vasta área fronteiriça terrestre, em fronteira porosa, com a República Bolivariana da Venezuela. Dos antropólogos Viveiros de Castro e Bruce Albert, bem como de recente obra publicada do xamã Davi Kopenawa extraímos o estudo do pensamento ameríndio. A partir destas leituras busca-se elementos de compreensão da cosmovisão Yanomami acerca do fenômeno do Exército Brasileiro atuando, dentro de suas atribuições, em território indígena Yanomami.

Palavras-chave: perspectivismo; ameríndios; defesa nacional.

A QUESTÃO ORÇAMENTÁRIA E O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Emerson Luís de Araújo Pângaro

Doutorando em Ciências Militares pelo Instituto Meira Mattos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (IMM-ECEME).

E-mail: e.pangaro@gmail.com

O presente trabalho foi desenvolvido com o propósito de verificar os impactos da questão orçamentária no processo de transformação do Exército Brasileiro. A pesquisa é organizada por meio de pesquisa bibliográfica dividida três etapas conceituais, explanadas ao longo de cinco tópicos. Na primeira etapa procura-se conceituar o termo “transformação militar”, identificando qual o modelo teórico adotado pelo Exército Brasileiro. A partir daí, verifica-se o processo e concepção da transformação militar pelo Exército Brasileiro. Na segunda etapa verificam-se os gastos militares de defesa do Brasil tomando-se os referenciais comparativos de três diferentes universos: a) UNASUL; b) BRICS; c) maiores potências militares do planeta. Na terceira etapa são apresentados os novos horizontes temporais do processo de transformação do Exército Brasileiro e são apresentadas possíveis alternativas para fazer face ao cenário orçamentário desfavorável. Como resultados, a pesquisa conclui que o Exército Brasileiro adotou a concepção mais ampla de transformação, no modelo teórico de Elionor Sloan, bem como a aquisição de capacidades por meio de atuação integrada nas diversas variáveis do componente militar sendo o núcleo do processo transformador para aquisição de um novo paradigma de poder de combate. Conclui-se também que o Brasil gasta muito pouco em defesa, concentrando o orçamento excessivamente no pagamento de salários e encargos previdenciários, o que torna um fator crítico ao atendimento da demanda da Força Terrestre na condução do projeto de transformação. A avaliação dos conceitos e resultados da pesquisa potencializa a necessidade da busca por soluções alternativas para a condução do processo de transformação do Exército Brasileiro.

Palavras-chave: política de defesa brasileira; combate contemporâneo; transformação militar; orçamento de defesa no Brasil.